

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

-----Mandato 2017-2021-----

----- **SESSÃO ORDINÁRIA DE SETEMBRO - SEGUNDA REUNIÃO
REALIZADA NO DIA DEZASSETE DE SETEMBRO DE DOIS MIL E
DEZANOVE.**-----

----- **ATA NÚMERO OITENTA E TRÊS** -----

----- Aos dezassete dias do mês de setembro de dois mil e dezasseis, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo sétimo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sexto do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, nº 14, em Lisboa, em Sessão Ordinária, segunda reunião, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvado pela Excelentíssima Senhora Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César e pela Excelentíssima Senhora Maria Virgínia Martins Laranjeira Estorninho, respetivamente Primeira Secretária em exercício e Segunda Secretária.-----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Aline Gallash Hall de Beuvink, Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Margarida Mota Vieira da Silva de Moraes, Ana Maria de Campo Pedroso Mateus, Ana Maria Gaspar Marques, André Nunes de Almeida Couto, António Manuel Pimenta Prôa, António Modesto Fernandes Navarro, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Carla Cristina Ferreira Madeira, Carlos de Alpoim Vieira Barbosa, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Davide Miguel Santos Amado, Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues, Fábio Martins de Sousa, Fernando Garcia Lopes Correia, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Francisco Américo Maurício Domingues, Graciela Lopes Valente Simões, Hugo Miguel Mateus Gaspar, Inês Drummond Ludovice Mendes Gomes, Isabel Cristina Rua Pires, Joana Margarida Durão Ferreira Alegre Duarte, João Diogo Santos Moura, João Luís Valente Pires, João Maria Correa Monteiro Macieira Condeixa, José Alberto Ferreira Franco, José António Barbosa Borges, José António Cardoso Alves, José Inácio da Silva Ramos Antunes Faria, José Luís Sobreda Antunes, José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Margarida Isabel Paulino Bentes Penedo, Maria Alexandra Almeida da Cunha Cordeiro da Mota Torres, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luisa de Aguiar Aldim, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Teresa Craveiro Pereira, Mário Jorge Paulino de Oliveira de Almeida Patrício, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natacha Machado Amaro, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Paula Inês Alves de Sousa Real, Patricia Carla

Serrano Gonçalves, Paulo Jorge Velez Muacho, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Raúl Jorge Gouveia da Silva Santos, Rodrigo Maria Santos de Mello Gonçalves, Rui Pedro Costa Lopes, Rute Sofias Florência Lima de Jesus, Silvino Esteves Correia, Diogo Manuel da Silva Malhado, Susana Maria da Costa Guimarães, Margarida Alexandre do Nascimento Afonso, José Roque Alexandre, Nuno Miguel dos Santos Silva, Pedro Miguel Tadeu Costa, Maria Capitolina Marques, José Manuel Marques Casimiro, Humberto Luís Rosado Cabral da Silveira, Gonçalo Maria Vassalo Moita, Gabriel Maria Símplicio Baptista Fernandes e Rodolfo Knapic. -----

----- Faltou à reunião o seguinte Deputado Municipal:-----

----- Hugo Alberto Cordeiro Lobo.-----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- José António Nunes do Deserto Videira (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Susana Maria da Costa Guimarães. -----

----- Pedro Miguel Sousa Barrocas Martinho Cegonho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Ourique, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Pedro Miguel Tadeu Costa. -----

----- Ana Sofia Dias Figueiredo (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Penha de França, por um dia, tendo sido substituída pelo substituto legal Deputada Municipal Maria Capitolina Marques. -----

----- Jorge Manuel Jacinto Marques (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Ajuda, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Diogo Manuel da Silva Malhado.-----

----- Rui Paulo Figueiredo (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Margarida Afonso.-----

----- José Moreno (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputado Municipal José Roque Alexandre.-----

----- Augusto Miguel Gama (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nuno Santos Silva. -----

----- Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santo António, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Rodolfo Knapic. -----

----- Maria Cristina Castel Branco Alarcão Júdice (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Gabriel Maria Baptista Fernandes. -----

----- Francisco Rodrigues dos Santos (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Gonçalo Maria Vassalo Moita.-----

----- Ricardo Moreira (BE), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Casimiro.-----

----- Rita Calvário (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Humberto Silveira.-----

----- Através da Ata da Mesa da Assembleia Municipal de Lisboa número 21/2019, de 17 de setembro de 2019, foi deliberado o seguinte a descrever: -----

----- Retirar a falta marcada ao Deputado Municipal José António Cardoso (PS-PJF de S. Domingos de Benfica) na 80ª Reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (Sessão Ordinária de junho- 3ª Reunião), realizada em 16 de julho de 2019. -----

----- Justificar a falta do Deputado Municipal: Davide Amado (PS - PJF Alcântara) e à 81ª reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (51ª Sessão Extraordinária), realizada no dia 23 de julho de 2019.-----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Vice-Presidente João Paulo Saraiva e pelos Senhores Vereadores: Paula Marques, Manuel Grilo e Catarina Vaz Pinto.-----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: Nuno Correia da Silva, João Pedro Abreu Costa, Orísia Roque, Nuno Rocha Correia e Ana Rita Costenla. -----

----- Às quinze horas e quinze minutos, constatada a existência de quórum, **a Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, declarou aberta a reunião. -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Sejam bem-vindos. -----

----- Queria pedir que tomassem nos vossos lugares.-----

----- Tenho algumas informações para vos transmitir, desde logo foi-me chamada a atenção pelo Senhor Deputado Sobreda Antunes, que as quatro propostas que estão agendadas hoje de repartição de encargos, a documentação que está no *site* está incompleta, falta a discussão em reunião de Câmara, já está corrigido, já está no *site* e tinha sido distribuído em papel, provavelmente não tiveram tempo de ver, porque só chegou ontem à Assembleia Municipal, eu já estive a verificar que não tive qualquer discussão em Câmara, foi apenas a votação, de qualquer modo já está completo no *site*.-----

----- A outra coisa que vos queria dizer, o Senhor Vice-presidente da Câmara em reunião recente, disse aqui que estavam a finalizar uma plataforma informática na SRU, para dar conhecimento dos projetos e de todas as contratações. Eu mandei distribuir hoje por todos os senhores deputados a informação do Senhor Vereador, com a indicação de tudo o que pode ser consultado a partir de agora no *site* da SRU, onde tem não só os projetos importantes das intervenções que vão ser desenvolvidas, nomeadamente a Escola Básica EB1+JI Ator Vale e o Edifício Municipal, Largo de São Julião, Calçada de São Francisco, com todos os processos completos e, também, um separador de contratação pública onde podem ser consultados todos os procedimentos concursais em curso e concluídos.-----

----- Portanto, toda a crítica que tem sido feita no sentido da Assembleia não ter acesso a esta informação, ela agora passa a estar disponível não apenas aos senhores deputados, mas a todos os cidadãos que a queiram consultar através do *site* da SRU,

que é www.lisboaocidentevalesru.pt e, portanto, esta informação está dada e penso que os senhores deputados poderão agora ter melhores condições para escrutinar o trabalho da SRU. -----

----- Na nossa ordem de trabalhos de hoje temos um ponto extra, que é um excerto de uma ata que é necessário ser publicado em Boletim Municipal para efeitos de Tribunal de Contas, já iremos lá. -----

----- Temos dois votos de pesar que, também, já lá vamos. -----

----- Em relação à Proposta n.º 599, que é o Ponto 2 da ordem de trabalhos, que é a transferência para o Município na área da saúde. Entraram três propostas uma do PCP, outra do Bloco de Esquerda e outra do PEV, que vão ser votadas em conjunto com a proposta da Câmara, portanto, chamo a vossa atenção para isso, e foram todas destruídas e estão no *site*. -----

----- Finalmente dizer-vos que, relativamente ao Ponto 5 da ordem de trabalhos não há parecer da Comissão Permanente. O Ponto 5 que era o Regulamento das AUGI's na especialidade, a Comissão Permanente considerou não haver e ou não receber nenhuma iniciativa, nem nenhum impulso para apresentar qualquer espécie de alteração ao Regulamento e, portanto, falei com Senhor Presidente e entendemos está em condições de ser agendado para ser votado na especialidade. -----

----- Queria apenas confirmar com o meu gabinete que temos uma recomendação? Há uma recomendação da 1ª Comissão Permanente a 083/02, quando lá chegámos eu logo explicarei isto, que não seguem integralmente o parecer da Comissão, por que no parecer da Comissão recomendava-se, para além de qualquer coisa sobre a descentralização de competências do Estado para o Município, que é o que está em causa, acrescentava-se uma alínea sobre “descentralização do munícipe para as freguesias”, eu propus que essa alínea não constasse desta recomendação, uma vez que a proposta não é sobre isso, não estamos a discutir descentralização para as freguesias e a Senhora Presidente da Comissão e o Senhor relator concordaram, quando lá chegarmos logo veremos. -----

----- Nós gostaríamos de começar a sessão. -----

----- Penso que a Informação Escrita é da responsabilidade a intervenção do Senhor Presidente, espero que o Senhor Vice-presidente ou alguém aí da mesa possa conferir se o Senhor Presidente está a chegar. -----

----- Nós de qualquer maneira antes da intervenção do Senhor Presidente, temos dois votos de pesar e um excerto de uma ata para aprovar e vou pedir, não tenho aqui a Senhora Primeira Secretária comigo, vou pedir à Senhora Segunda Secretária se não se importa de ler, são dois votos de pesar apresentados pelo Bloco de Esquerda, a Segunda Secretária vai ler o falecimento de Lara Crespo.” -----

----- **VOTO DE PESAR n.º 083/01 (BE) – (Subscrito Pelo Grupo Municipal Bloco de Esquerda) VOTO DE PESAR “Pelo falecimento de Lara Crespo”;** -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra procedeu à leitura do Voto de Pesar: -----

----- *VOTO DE PESAR*-----

----- *Pelo falecimento de Lara Crespo*-----

----- Lara Crespo nasceu em Lisboa a 16 de junho de 1971, mas residia na cidade de Almada. Foi co-fundadora, em conjunto com Eduarda Alice Santos, do Grupo Transexual Portugal, um coletivo pelos direitos das pessoas trans e contra a patologização da transexualidade. Foi também, desde os primeiros anos, organizadora da Marcha do Orgulho LGBTI de Lisboa. -----

----- Com um longo percurso no ativismo, principalmente a partir dos anos 2000, após o trágico homicídio de Gisberta, Lara Crespo esteve presente nos momentos marcantes da história do movimento trans em Portugal, tendo sido uma das ativistas pioneiras na luta contra a discriminação da qual foi vítima toda a sua vida. Nas suas entrevistas, blogs e partilhas, Lara descrevia como ainda era vítima de uma enorme discriminação não só social, mas também institucional, cultural e política. -----

----- Sempre incansável e corajosa lutadora, Lara, salientou ao longo da sua vida, a intersecção entre a transfobia e o machismo que torna as mulheres trans num grupo particularmente vulnerável e discriminado. "Somos (mulheres trans) discriminadas diariamente e continuamente". A Lara deixou-nos no passado dia 9 de setembro após uma vida de luta, resistência e de ativismo. -----

----- Não aguentou a discriminação que ela própria combatia e denunciava, tornando-se mais uma vítima da sociedade transfóbica e opressiva para tantos e tantas transexuais. Devemos lembrar Lara para que estes não sejam os fins trágicos de quem não aguenta mais, mas também para lembrar o seu legado e o contributo incalculável que nos deixou. A Lara será inspiração para todas as mulheres, homens, transexuais, que lutaram, lutam e lutarão para que todos e todas possam viver com dignidade, direitos, respeito e segurança. -----

----- Assim, a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida a 17 de setembro de 2019, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alínea k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera: -----

----- 1. Expressar o seu profundo pesar pela morte da mulher e ativista que foi Lara Crespo, e expressar aos seus familiares e amigos as mais sentidas condolências, fazendo um minuto de silêncio em sua homenagem. -----

----- Lisboa, 16 de setembro de 2019 -----

----- As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda, -----

----- Isabel Pires -----

----- José Casimiro" -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos passar à votação do **Voto de Pesar n.º 083/01**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, 7 IND e do Senhor Deputado Municipal Independente Raul Santos. O **Voto de Pesar n.º 083/01** foi **aprovado por unanimidade**. -----

----- (Ausência de um (a) Deputado (a) Municipal Independente, do Senhor Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves e do Senhor Deputados Municipal Independente Rui Costa da Sala de Plenário) -----

----- **VOTO DE PESAR n.º 083/02 (BE) – (Subscrito Pelo Grupos Municipais do BE e PS e pela Senhora Presidente da Assembleia) VOTO DE PESAR “Pelo falecimento de Jorge Leite”;** -----

----- **A Senhora Primeira Secretária em exercício, Patrocínia Vale Cesar,** no uso da palavra procedeu à leitura do Voto de Pesar: -----

----- “VOTO DE PESAR -----

----- *Pelo falecimento de Jorge Leite -----*

----- *Faleceu no passado dia 24 de agosto Jorge Leite.-----*

----- *Portugal herda de Jorge Leite a obra do jurista insigne e o testemunho do cidadão imensamente solidário. -----*

----- *Foi reconhecidamente um pioneiro e um nome maior da afirmação do Direito do Trabalho em Portugal, seu professor na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e seu cultor num relacionamento pedagógico e cívico sempre disponível junto de sindicatos, associações de trabalhadores e movimentos de defesa dos direitos dos precários. A sua obra académica articulou sempre o rigor do jurista com o imperativo ético e político de valorização do homem e da mulher trabalhadora. À sua inspiração se devem muitas das soluções legislativas de consagração e proteção dos direitos dos trabalhadores em Portugal. -----*

----- *Foi um cidadão marcante da democracia no nosso país, que aliou a intervenção pública com a generosidade e a simplicidade. Foi deputado na I e II Legislaturas, eleito pelo PCP, e presidiu à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias. Foi um colaborador permanente e dedicado do movimento sindical, foi membro do Observatório das Crises e Alternativas e um dos dinamizadores do Congresso Democrático das Alternativas, de cuja Comissão Coordenadora fez parte. Nos anos da intervenção da Troika, Jorge Leite foi uma das vozes mais qualificadas e empenhadas na denúncia da desvalorização económica e pessoal dos trabalhadores. Entre 2016 e 2018, integrou o Grupo de Trabalho para a elaboração de um Plano Nacional de Combate à Precariedade. -----*

----- *A vida de Jorge Leite é uma referência para todos os que lutam pela justiça social e pelos direitos do trabalho. A sabedoria e o sentido de justiça do seu magistério e da sua vida são um desafio à conformação da nossa sociedade por regras de equilíbrio e de respeito pelo trabalho e pelo trabalhador. -----*

----- *Assim, a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida a 17 de setembro de 2019, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alínea k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera: -----*

----- *1. Expressir o seu profundo pesar pela morte de Jorge Leite e apresentar condolências à sua família e amigos. -----*

----- *Lisboa, 16 de setembro de 2019 -----*

----- *As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda, -----*

----- *Isabel Pires -----*

----- *José Casimiro” -----*

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos passar à votação do **Voto de Pesar n.º 083/02**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, 7 IND e do Senhor Deputado Municipal Independente Raul Santos. O **Voto de Pesar n.º 083/02** foi **aprovado por unanimidade**. -----

----- (Ausência de um (a) Deputado (a) Municipal Independente, do Senhor Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves e do Senhor Deputados Municipal Independente Rui Costa da Sala de Plenário) -----

----- (Neste momento, foi feito um minuto silêncio pelo falecimento de Lara Crespo e Jorge Leite) -----

----- **APROVAÇÃO DO EXCERTO DA ATA N.77, DE 2 DE JULHO DE 2019.**---

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Obrigada Senhora e Senhores Deputados. -----

----- Vamos então pôr à vossa consideração este aditamento à ordem de trabalhos que tem a ver com o excerto da Ata n.º 77. Pergunto se alguém se quer pronunciar sobre isto? Ninguém pede a palavra.” -----

----- “Vamos passar à votação **Excerto da Ata n.º77**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, PPM, 6 IND, do Deputado Municipal Independente Raul Santos e do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves. O **Excerto da Ata n.º 77** foi **aprovado por unanimidade**. -----

----- (Ausência de um (a) Deputado (a) Municipal Independente e o Deputado Municipal Independente Rui Costa da Sala de Plenário) -----

----- De forma a dar cumprimento ao disposto no DL. n.º 4/2015, de 07 de Janeiro, que aprova o novo Código de Procedimento Administrativo, mais precisamente no n.º 3 do seu artigo 34.º, não participaram na votação do excerto da Ata 77, os Senhores Deputados Municipais que abaixo se referenciam, em virtude de não terem estado presentes na reunião a que a mesma respeita. -----

----- Excerto da Ata n.º 77, Sessão Extraordinária, realizada em dois de julho dois mil e dezanove, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: André Couto (PS), Diogo Feijó Leão (PS), Pedro Delgado Alves (PS), Rute Lima de Jesus (PS), Nuno Santos Silva (PS), Maria Capitolina Marques (PS), Carlos Barbosa (PSD), Margarida Penedo (CDS-PP), Fábio Sousa (PCP), Isabel Pires (BE), José Casimiro (BE), José Inácio Faria (MPT) e Helena Roseta (IND). -----

----- **PONTO 1 - APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, AO ABRIGO DA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS (RJAL), PUBLICADO EM ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, E DA ALÍNEA E) DO N.º 2 DO ART.º 4.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA; GRELHA H – MÁXIMO 3H 20M;** -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Agora sim, entramos no ponto um da Ordem de Trabalhos com a Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara, foi distribuída também uma errata nas páginas 105 e 107, e portanto, estamos em condições de ouvir a intervenção do Senhor Presidente, faça favor.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- No momento de apresentação desta Informação Escrita, coincide com a abertura do ano letivo, um momento importante na vida da cidade, na vida das famílias, na vida de toda uma comunidade, e quero afirmar aqui que este ano letivo arranca bem. --

----- Arranca bem nas escolas da cidade, porque neste momento, na abertura deste ano letivo, entram em funcionamento sete escolas novas totalmente recuperadas ou com grandes intervenções ao abrigo da escola nova. -----

----- Sete escolas, nas Freguesias de Marvila, Beato, Alvalade, São Domingos de Benfica, Belém, todas elas com capacidade para confeção local, umas já de imediato outras muito em breve, mas já com a infraestrutura para isso. Todas com o melhor que é possível fazer em matéria de recuperação e de equipamentos em sede de recuperação para a vida destas escolas, e num total de um acréscimo de quinhentas vagas em jardim-de-infância público. -----

----- Este ano letivo começa com sete escolas novas, e começa também com mais quinhentas vagas na rede pública de jardim-de-infância. -----

----- Este é um investimento da maior importância, o investimento numa escola pública. Uma escola pública de qualidade, um investimento de mais de 15 milhões de euros e, também, um investimento central em assegurarmos um garante de igualdade de oportunidades para todos. -----

----- Este ano letivo marca, também, um esforço e uma determinação em prepararmos bem o próximo ano letivo. Estão neste momento, adjudicadas quatro novas creches que iniciarão a construção e que estarão abertas no arranque do próximo ano escolar, não sendo parte da rede educativa têm importância no apoio às famílias, duas no Beato, uma em São Domingos de Benfica e uma no Parque das Nações, no total de duzentas e cinquenta e duas novas vagas, e estão obras em curso com conclusão prevista para o próximo ano em mais sete novas escolas num total de investimento de 16 milhões de euros. -----

----- Ao mesmo tempo, e fruto da pressão do Município e do trabalho do Município com o Ministério da Educação, foi possível desbloquear com o arranque da obra de dois importantes investimentos, duas importantes realizações na cidade de Lisboa, como seja o arranque das obras no Liceu Camões e o arranque das obras de ampliação na Escola Básica do Parque das Nações, em particular esta, num trabalho de parceria com a Junta de Freguesia no sentido de reforçar a dimensão do equipamento desportivo. -----

----- Este trabalho faz-nos enfrentar com confiança o desafio de assumirmos na íntegra as novas competências relativas à gestão das escolas do 3º Ciclo e do Ensino Secundário, porque sabemos a nossa capacidade para fazer, porque conhecemos bem as necessidades da cidade, porque conhecemos bem as dificuldades durante muitos e

muitos anos em especial no âmbito das escolas EB 2-3 para resolverem a situação das suas instalações, porque sabemos bem o impacto que a boa qualidade das escolas tem no acesso à educação, nomeadamente em zonas mais desfavorecidas e, também, naturalmente, no sucesso educativo das nossas crianças e jovens. -----

----- É por isso, que posso hoje aqui anunciar, que nós pretendemos no próximo ano encerrar o Programa Escola Nova, ao nível das instalações do 1º Ciclo, porque já terá realizado mais de noventa intervenções de fundo, num parque escolar de cerca de noventa e cinco, mas, fundamentalmente, que nós abriremos duas linhas de trabalho em matéria de infraestruturas de educação. -----

----- Uma que é de um programa de requalificações pesadas e de investimentos regulares em manutenção. É uma falta da cidade! É uma falta da cidade em vários domínios, que é dispor de uma política sistemática de obras de manutenção regular em várias áreas, e em vários tipos de equipamentos. -----

----- Esta ausência que começamos a colmatar com a alteração da orgânica do Município, criando uma equipa especialmente dedicada a estas manutenções pesadas, separando a construção nova, a pequena obra na cidade do que é manutenção pesada sistemática, que vamos lançar a partir do próximo ano ou a partir já do orçamento que vai ser apresentado a esta Assembleia, um programa de manutenção regular dos vários equipamentos. E ao mesmo tempo, vamos poder lançar agora que assumimos as responsabilidades, sem medo, sem receio, com coragem de enfrentarmos a dificuldade de quem vai ter que resolver aquilo que durante muitas décadas, não foi resolvido no parque escolar da capital do país, nomeadamente nas escolas EB 2-3. -----

----- Vamos lançar um novo e ambicioso programa de requalificação do parque escolar das EB 2-3. A partir de agora, agora que do nosso lado demos um avanço muito significativo no 1º Ciclo, constatando que no Ensino Secundário muito já foi feito pela administração central, pelo país e também na cidade, é essencial lançarmos no novo grande desafio relativamente a equipamentos, a requalificação das EB 2-3. Ficaremos então assim, com dois programas que darão resposta ao fundamental das infraestruturas, um programa de recuperação e manutenção pesada nas escolas do 1º Ciclo, e um programa de uma escola nova no 2º e 3º Ciclo que tão bem precisa na nossa cidade. -----

----- Quero por último, destacar a importância que neste momento do arranque do ano letivo tem, também, os investimentos que estão a ser feitos nas áreas dos equipamentos de apoio às famílias. -----

----- Pela primeira vez, conseguimos depois de duas tentativas não bem-sucedidas, conseguimos a adjudicação de três dos novos centros de saúde, do conjunto de centros de saúde que constam do protocolo celebrado com o Governo ainda antes de a competência ter transitado para o Município de Lisboa, iremos continuar na renovação do concurso até aos restantes. -----

----- Começará, também, em breve a obra para a instalação do centro de saúde no equipamento dos Serviços Sociais da Câmara Municipal de Lisboa, que vai servir de forma muito significativa, as Freguesias de Arroios, as Freguesias do Areeiro e as Freguesias da Penha de França. -----

----- E foi, também, com uma grande alegria que pude estar na abertura da Loja do Cidadão do Saldanha, que vem pôr fim àquilo que tinha sido uma decisão anacrónica, sem qualquer defesa e sem qualquer consulta ao Município de Lisboa, que tinha sido o fim abrupto e a brusco da Loja do Cidadão dos Restauradores, que era simplesmente a Loja do Cidadão que mais pessoas servia em todo o país.-----

----- A partir de agora, há uma nova Loja do Cidadão com capacidade ou até com capacidade acrescida de resposta acrescida, porque tem os serviços da Administração Central, tem os Serviços do Município, tem os serviços das empresas municipais, para poder servir condignamente as necessidades de quem vive em Lisboa, de quem trabalha em Lisboa, de quem aqui estuda, e todos os dias precisa de se relacionar com o estado. A Loja do Saldanha é uma conquista e uma vitória desta Câmara, que teimaram para que ela acontecesse e é, também, feita numa parceria estreita pelo Governo, não só na sua construção, como também na sua gestão que pela primeira vez vai ser feita a partir do Município. -----

----- Quero em segundo lugar, Senhora Presidente e Senhores Deputados, dar-vos nota sobre os avanços em matéria de acesso à habitação. Uma preocupação central da cidade dos lisboetas, um problema que afeta a cidade de Lisboa, os lisboetas, como afeta muitas outras cidades em todo o mundo, num momento muito difícil criado por esta circunstância de taxas de juro muito baixas durante um longo período de tempo. --

----- Face a isso, não hesitamos em definir como estratégia a utilização de todos os instrumentos possíveis, todos os instrumentos possíveis para aumentarmos a oferta de promoção e de iniciativa pública na cidade. -----

----- Ocorreu no período desta Informação Escrita, a segunda edição do Programa Habitar no Centro Histórico, que tão bons resultados já tinham na sua primeira edição, em particular na Freguesia de Santa Maria Maior, agora concentrado nas Freguesias de Arroios e da Estrela. -----

----- Fizemos a atribuição de mais de cinquenta casas, no que representa num total de candidaturas válidas de cerca de cinquenta e cinco, isto é, conseguimos dar uma resposta efetiva a quase totalidade dos casos que preenchendo os requisitos nos procuravam.-----

----- Procedemos também neste período à aquisição dos onze prédios da Segurança Social, que nos permitiu lançar o Programa PRESS, o programa de reabilitação dos edifícios da Segurança Social, que no seu final poderá assegurar a resposta a cerca de duzentas e cinquenta famílias em habitação, e a mais de trezentos e cinquenta quartos, camas para estudantes do Ensino Superior. Mas este período mais do que ficar marcado pela aquisição dos edifícios, fica marcado pelo arranque das obras nestes mesmos edifícios. -----

----- Estão já em obras dois edifícios na Avenida da República, um precisamente na Avenida da República, outro na Rotunda de Entrecampos mais conhecido, aliás, antes pelas longas filas que no Centro Nacional de Pensões registava naquele próprio edifício, num total de mais de oitenta e um fogos, que já estão neste momento em construção. Entra em obra ainda este mês, um edifício na Visconde Valmor o que totalizará oitenta e uma habitações já em construção. -----

----- Está já adjudicado o prédio da Avenida da República 4, vai para adjudicação na próxima semana em Reunião Pública de Câmara, os dois edifícios dos Estados Unidos da América, num valor de mais de 7 milhões de euros, e está para lançamento a empreitada para a requalificação da Avenida da República 100. -----

----- Conseguimos em muito poucos meses firmar um acordo com o Estado Central, fazer a aquisição dos imóveis, fazer os projetos, lançar os concursos e iniciar as obras, para que no próximo ano estas casas estejam disponíveis para Lisboa e para os lisboetas. -----

----- Mas não ficamos por aqui, porque apresentamos um novo regulamento que regula o direito ao acesso à habitação no Município de Lisboa, espero em breve que tenha condições de ter uma aprovação final em Câmara e votado por esta Assembleia, para rapidamente poder entrar em vigor. E contamos ainda durante o mês de outubro, início do mês de novembro fazer o lançamento do novo *site* “Habitar em Lisboa” que vai permitir a inscrição, a primeira inscrição, vai ser no fundo o portal único de acesso à habitação, seja o regime de renda apoiada, seja o regime de renda acessível, e que a partir daqui nós lançaremos ainda durante o mês de novembro, o primeiro concurso para atribuição das primeiras cento e vinte casas feitas ao abrigo do regime de renda acessível. -----

----- Vinte delas localizam-se no Bairro da Ajuda, na recuperação de um edifício municipal da Eduardo Bairrada e cem outras habitações de património municipal em várias de freguesias desta cidade.-----

----- Estamos pois a intensificar os nossos esforços em matéria de política de habitação, que já nos permitiu no ano passado fazer atribuição de mais de seiscentas casas em todos os programas de habitação do Município, que nos permitirá fechar 2019 com a atribuição de mais de oitocentas casas em todo o Município e na totalidade dos programas, e que nos permitirá ao longo de 2020 acelerar e intensificar de forma muito significativa as casas em particular dirigidas ao segmento da classe média.-----

----- É verdade que temos feito um esforço muito grande de acelerar a recuperação das casas e a sua atribuição. É verdade, também, que temos dado prioridade àqueles quem mais precisa, por essa razão em 2018 e no ano de 2019, a parte mais importante destas seiscentas casas de 2018 e das oitocentas casas de 2019 tiveram como destinatários candidaturas do regime de renda apoiada, é assim e deve ser assim, porque devemos privilegiar, apoiar quem mais necessita.-----

----- Mas a verdade, também, é que nós vivemos hoje uma crise no acesso à habitação associada às habitações dirigidas às classes médias. Por esta razão, o nosso empenho em apoiar todos os programas e todas as iniciativas, e neste caso as iniciativas diretas da parte do Município na aquisição, na reabilitação e na disponibilização de fogos que já conheceram resultados nestes anos, que vão dar agora um salto no final deste ano e que teremos novas casas em volume significativo no ano de 2020.-----

----- Quero em terceiro lugar falar-vos dos avanços relativos à política de mobilidade. -

----- Creio que hoje ninguém discute os méritos da introdução e do empenho que tivemos na criação e na introdução do “Navegante” como passe único intermodal do sistema de transportes na Área Metropolitana. -----

----- Os números, aliás, falam por si.-----

----- O número de vendas de novos passes é hoje, em média de cerca de setecentos mil quando, em período homólogo era de cerca de quinhentos e cinquenta mil, temos um aumento de quase 30% nas vendas de títulos de transportes, o que significa que só na cidade de Lisboa na operação da Carris e do Metro se estão a realizar cerca de mais de um milhão de viagens por mês, face aquilo que se realizava. -----

----- Ouvi muitas vozes, dizendo “*Não, o preço não interessa nada para a procura, o que interessa é só a qualidade da oferta, o seu funcionamento, a sua regularidade, a sua pontualidade, e que não há aqui nenhum problema com o tarifário.*”-----

----- A verdade vem desmentir isso em absoluto, nós tínhamos um gravíssimo problema no tarifário, que se traduzia num grave problema de acesso aos transportes públicos na Área Metropolitana de Lisboa. E fizemos bem quando defendemos a política de diminuir significativamente mais os valores dos títulos de transporte em passe para os municípios da Área Metropolitana mais afastados do centro da Área Metropolitana, que é a cidade de Lisboa.-----

----- Quando apoiamos e defendemos, quando desenhamos, apoiamos, defendemos uma proposta que se traduzia numa diminuição muito mais forte para aqueles que a partir de Mafra se dirigiam Lisboa ou de Palmela se dirigiam a Lisboa, depois a seguir de Sintra para Lisboa, de Vila Franca de Xira para Lisboa ou de municípios como o Seixal, como o Barreiro até Oeiras. O que nós fizemos na proposta que desenhamos e que defendemos, é que as mais fortes diminuições deveriam vir desses municípios para um sistema que se aproximasse de um tarifário único, trinta e quarenta euros e a resposta está aí! Está aí com o aumento significativo da procura de transporte público a partir destes municípios, onde estamos a substituir transporte em carro individual, por transporte coletivo, e estamos a conseguir obter resultados nesta frente.-----

----- Mas durante este período, registou-se um avanço ainda importante, que também muitos desconfiavam que não seria possível, mas, que mais uma vez se provou ser possível, foi a criação do “Passe Família.”-----

----- O “Passe Família” que no fundo limita ao pagamento a dois títulos, a totalidade das despesas de transportes de uma família que pode ser numerosa. Uma família que tenha hoje um casal com três filhos pagará no máximo dois títulos de transportes, uma família que tenha quatro filhos pagará dois títulos de transportes, uma família composta por um casal com dois filhos e um ascendente pagará dois títulos de transporte e a verdade é que esta procura que fizemos já resultou na venda de mais de quatro mil quinhentos e sessenta “Passes de Família” que atingiram dezassete mil pessoas na Área Metropolitana de Lisboa. -----

----- Mas a par disto estamos, naturalmente, a investir no que é necessário fazer que é melhorarmos a qualidade da oferta. Não vou aqui repetir os dados relativamente à Carris que têm-no feito de forma bastante regular nesta Assembleia, mas gostava de vos dar nota do que estamos a fazer a nível metropolitano. -----

----- Em primeiro lugar, está autorizada a criação da Empresa de Transportes Metropolitanos de Lisboa, uma iniciativa da Área Metropolitana acolhida pelo Governo, empresa que irá gerir o contrato de prestação de serviços do transporte rodoviário, que irá assumir as funções de autoridade de transportes a nível metropolitano, e que irá no âmbito da proposta que fizemos ao Governo assumir as funções de autoridade de transportes sobre todos os meios de transporte coletivo dentro da Área Metropolitana de Lisboa, tirando naturalmente os de âmbito municipal e, também, de acordo com a proposta que fizemos poder assumir posições acionistas nas companhias de operação. -----

----- E no âmbito dos trabalhos na Área Metropolitana, está já estabilizado que este novo concurso de aquisição de quilómetros rodoviários, que vai ser lançado ainda durante o ano de 2019, está já definido que o concurso será lançado com um pedido de quilómetros que é 40% superior à oferta de quilómetros hoje disponibilizada pelos operadores rodoviários. -----

----- Significou isto que, os municípios da Área Metropolitana tomaram pela primeira vez de forma unânime, de forma corajosa, de forma empenhada um desafio da contribuição dos seus próprios orçamentos de 40 milhões de euros por ano para financiar o sistema de transportes rodoviários, para poder adquirir mais quilómetros numa frota renovada, numa frota integrada com a Carris, com um sistema de informação único, com um sistema de bilhética único, com linhas metropolitanas de melhor desempenho, com capacidade de servir o tráfego dentro da Área Metropolitana, também, dentro de cada município e assim servir, também, de forma essencial o Município de Lisboa pela redução dos automóveis que terão de vir a entrar dentro da nossa cidade.-----

----- Quero por último destacar dentro da mesma filosofia de política de mobilidade, o arranque das obras relativamente à ciclovia da Manuel da Maia e da Guerra Junqueiro, e em breve a apresentação que faremos relativamente à Avenida Gago Coutinho, Avenida da Liberdade e Baixa. -----

----- O novo regulamento de estacionamento que espero, também, aprovado, debatido aqui e aprovado até ao final do próximo ano e abertura dos dois novos parques de estacionamento de características diferentes, o parque de estacionamento do Areeiro, com alguma capacidade de ser um parque com alguma característica de parque dissuasor situando-se numa entrada da cidade de Lisboa, e junto a uma estação do metro, mas também o parque de estacionamento de Campo de Ourique, nas piscinas de Campo de Ourique, mais dirigido para oferta de estacionamento para residentes numa zona profundamente carenciada e onde a desproporção entre lugares disponíveis em parque e população residente é muitíssimo significativa. -----

----- Senhora Presidente, Senhores Deputados, agradeço a atenção que dispensaram a esta apresentação e creio que toquei três pontos nucleares, o ponto dos serviços às famílias na área da educação, na área do pré-escolar, na área dos serviços de saúde e na área dos serviços gerais aos cidadãos. Os avanços que estamos a fazer na área central da política de mobilidade, mas também e fundamentalmente aquilo que

estamos hoje a construir para que a habitação e o acesso à habitação, o direito de acesso à habitação seja uma realidade no Município de Lisboa.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhor Presidente. -----

----- Senhores Deputados, lembra-vos o formato desta parte dos nossos trabalhos, ele foi incluído e recordado na convocatória para esta reunião, mas vou lembrar, procedesse da seguinte forma: Uma única volta, portanto, há uma intervenção inicial do Presidente que acabamos de assistir, depois há intervenções dos Grupos Municipais ou dos Deputados Independentes, sendo que cada intervenção dos Grupos Municipais e Deputados que exerce o seu mandato com independente é seguida de imediato da resposta do Presidente da Câmara ou de quem o Presidente da Câmara delegar. Portanto, é numa única volta, se houver várias intervenções do mesmo grupo, façam o favor de as juntar, quando falar um conjunto ou uma só pessoa de cada grupo Senhor Presidente responde ou dá a palavra a um vereador para responder e assim seguiremos até ao fim. -----

----- No caso, o Senhor Deputados Independentes, vamos, também, temos várias inscrições vamos, também, fazê-las todas seguidas. O Senhor Presidente, depois responde ao conjunto das intervenções dos vários Senhores Deputados Independentes para simplificar os nossos trabalhos e vamos dar início à primeira intervenção.-----

----- Senhor Deputado Luís Newton pede a palavra, para? Faça favor, microfone ao Senhor Deputado Luís Newton.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção à Mesa:-----

----- “Senhora Presidente, eu estava aqui a consultar o regulamento, porque ficámos aqui com dúvidas sobre a questão da continuação do período de intervenção do Senhor Presidente e ao tempo que ele utilizou. Ele utilizou tempo depois...”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte resposta:-----

----- “Eu reparei nisso e a prática que seguimos aqui é a mesma prática que se segue na Assembleia da República normal, há um tempo atribuído ao Senhor Presidente para intervenção e para a resposta, quando o excede de tempo na intervenção inicial desconta-se no tempo de resposta. Como verificou o tempo de resposta foi descontado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção à Mesa:-----

----- “Exato! Eu então faria aqui um apelo, porque parece-me um pouco que essa metodologia transforma o período de debate num monólogo, no limite pediria ao Senhor Presidente para fazer a intervenção toda no período de respostas, também!-----

----- Era uma reflexão, então que queria deixar porque, de facto, não encontrei! Daí a pergunta!-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a deu a seguinte resposta: -----
----- “Senhor Deputado é a sua apreciação, nós sempre fizemos assim e assim vamos continuar a fazer.-----
----- Eu só chamo a atenção do Senhor Presidente, que naturalmente terá que distribuir o tempo de resposta que tem, para poder responder a todos, são nove Grupos Municipais e onze Senhores Deputados Independente, portanto, peço que giram o tempo da melhor maneira possível. -----
----- Muito obrigada.” -----
----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----
----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Mário Patrício do Partido Socialista.”-----
----- **O Senhor Deputado Municipal, Mário Patrício (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----
----- “Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Cidadãos e Cidadãs.-----
----- Fazer cidade é criar oportunidades, alimentar a esperança, melhorar a qualidade de vida das pessoas. -----
----- Melhores serviços públicos influenciam no dia-a-dia a qualidade de vida das famílias, e contribuem decisivamente para o aumento da produtividade de todos. -----
----- Estes serviços são instrumentos fundamentais e imprescindíveis para quem inicia um percurso de vida, para quem constitui uma família e aqui o Executivo Municipal liderado pelo Partido Socialista tem feito obra! -----
----- Uma Lisboa Cidade para Todos! -----
----- Serviços públicos de excelência, equipamentos modernos, atrativos, bem equipados e sustentáveis é o que se garante nesta informação escrita com a adjudicação de quatro novas creches na cidade.-----
----- Congratulo-me que o Parque das Nações venha a beneficiar da sua primeira creche pública, é uma área da cidade de Lisboa carenciada de equipamentos públicos. -
----- Felizmente voltaram a dar a este território a importância devida, recorde que esta freguesia sendo a mais jovem do município, é também uma das áreas da cidade que acolhe um maior número de crianças, é uma boa notícia, será uma excelente obra, e um promissor equipamento para apoio às famílias jovens. -----
----- Importa ainda informar, no que respeita aos equipamentos públicos, e sabendo que a ampliação da Escola Básica Parque das Nações não é competência da Câmara, (por isso não consta nesta informação escrita), esta importante obra para a minha comunidade contou com o empenho do Executivo municipal. -----
----- A obra está adjudicada, a empreitada está em curso. -----
----- Está a acontecer pelo empenhamento de diversos políticos do Partido Socialista, começando por referir o Senhor Primeiro Ministro, foi na sua qualidade de Presidente de Câmara o primeiro a lutar por esta infraestrutura, permitam que lhe faça este agradecimento público, obrigado!-----

----- Ainda na qualidade de eleito local, agradeço ao Presidente Fernando Medina por ter estado sempre ao lado dos meus fregueses, pelo seu empenho e persistência na resolução deste impasse que se arrastava há nove longos anos, termino a agradecer ao Ministro da Educação, Tiago Brandão Rodrigues.-----

----- Assim no ano letivo de 2021/2022 o aumento da oferta pública de ensino na freguesia de Parque das Nações será uma realidade. -----

----- Também e com grande impacto na vida de todos aqueles que vivem e se deslocam em Lisboa, as diversas medidas implementadas na mobilidade da cidade, são saudadas pelo Grupo Municipal do Partido Socialista.-----

----- Realçamos neste período a implementação dos dois novos títulos de transporte: ---

----- - O título “Navegante Metropolitano Família”, com mais descontos nos transportes, com maior oferta, e a possibilidade real de uma família usufruir de todos os meios de transporte público da área metropolitana, destinado a todos os membros do seu agregado pela quantia de oitenta euros.-----

----- - E o título “Navegante Municipal Família”, para usufruir por todo o agregado nos limites do município selecionado pela família, com um custo igual a dois títulos de transporte, o que representa sessenta euros por mês.-----

----- Estes dois produtos concorrerão para o elevado crescimento das vendas dos títulos de transportes públicos, como está expresso neste documento no mês de junho foram vendidos mais 28% de títulos de transporte, do que no período homologado, mais de 680 mil.-----

----- Sendo a atração de mais famílias para Lisboa uma preocupação do Partido Socialista, importa realçar e ainda dentro da mobilidade, a apresentação do novo “Regulamento Geral de Estacionamento e Paragem na Via Pública”, que se encontra em discussão pública e que oferece melhorias na organização do estacionamento na via pública, cuja prioridade será dada aos residentes:-----

----- - Destaca-se a gratuitidade do primeiro dístico de residente, o estacionamento de proximidade para famílias numerosas com filhos até aos dois anos de idade, e as novas regras para cargas e descargas.-----

----- - Abrange ainda as novas tendências de mobilidade, indo ao encontro do investimento feito pela cidade com infraestruturas e novos meios de mobilidade suave.-----

----- É por estes motivos, aliás, fortes motivos que Lisboa está na moda, não apenas para quem nos visita, mas essencialmente para quem cá vive! -----

----- Para muitos dos que vivem em Lisboa a prática da atividade física e de desporto é uma escolha, para nós um exemplo a seguir pelos mais jovens.-----

----- As Olisipíadas são um projeto em consolidação, que pretende promover práticas saudáveis e iniciar as crianças da cidade num primeiro contato com os diversos desportos.-----

----- Este ano foram trinta as modalidades presentes e participadas pelas crianças entre os cinco e os catorze anos, na Fase Final da 5ª Edição realizada mais uma vez no Estádio 1º de Maio, contou com a participação de quase três milhares de crianças, que ao longo do ano teve dezoito mil inscrições.-----

----- Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia realço a maior participação de sempre de crianças do Parque das Nações.-----

----- O esforço feito pelos técnicos de desporto e educação, foi recompensado. O trabalho apresentado foi repartido entre o serviço público e o associativismo local, com enfoque nas nossas escolas públicas e na piscina municipal do Oriente. -----

----- Nos que vivem em Lisboa não poderíamos esquecer ou excluir os animais, são muitas e diversas as iniciativas levadas a cabo neste período em defesa dos direitos e do bem-estar animal. -----

----- A entrega da primeira viatura de socorro apetrechada com equipamentos de emergência veterinária para animais doentes ou acidentados na via pública, e a campanha de sensibilização para o não abandono animal, são excelentes iniciativas para a nossa cidade.-----

----- Lisboa continua vibrante, a transformar-se para melhor, na vanguarda, a adaptar-se às novas tendências, a adotar boas práticas urbanas, continua a servir e a elevar a qualidade de vida dos seus, mas também dos que cá trabalham e daqueles que nos visitam. -----

----- Citando o Presidente Fernando Medina, uma frase intemporal da sua tomada de posse: *“Vivemos um momento único em que devemos ter a ambição de tornar Lisboa uma das melhores cidades do mundo para viver, para trabalhar, para visitar, para criar, uma cidade global.”* -----

----- Senhoras e Senhores este é o caminho que a nossa cidade está a percorrer. -----

----- A Habitação como sabem, é uma das prioridades para este executivo liderado pelo Partido Socialista.-----

----- É reconhecido por todos nós o défice que Lisboa tem relativamente à oferta de casas, em especial no mercado do arrendamento, e em particular para a classe média. --

----- Hoje passámos à fase de concretização, estamos a combater este problema, e neste período muito aconteceu. -----

----- Começamos por destacar a submissão a consulta pública do projeto de Regulamento Municipal do Direito à Habitação, este documento agrega três importantes programas municipais: renda apoiada; renda acessível; e o subsídio municipal ao arrendamento. -----

----- Realçar a assinatura de três contractos de comparticipação entre o município de Lisboa e o IHRU: que contempla numa primeira fase a reabilitação urbana com a empreitada de construção de cento e quarenta e quatro novos fogos nos Bairros da Boavista e Padre Cruz. Contribuindo de forma decisiva para a requalificação do património municipal.-----

----- O investimento feito pelo município no período a que se refere esta informação escrita, foi superior a cinquenta e sete milhões de euros na aquisição de onze prédios ao Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social.-----

----- Não só foram adquiridos, as empreitadas de reabilitação deste edificado já se encontram em curso, nomeadamente nos prédios sito na Avenida da Republica e na Avenida Visconde Valmor.-----

----- Mais do que prometer e falar, convido-os a passear por Lisboa, passar nestes locais e ver a realidade a acontecer, a cidade a crescer.-----

----- Aguardemos a chegada de uma nova geração de lisboetas para estes programas municipais, eles irão confiar-nos o seu futuro e das suas famílias.-----

----- É imperioso atrair habitantes para a nossa cidade, promover o regresso daqueles que foram vítimas das políticas que privilegiaram o poder económico em detrimento de direitos fundamentais, estamos a fazê-lo, a concretizar projetos, a realizar obra.-----

----- Estes investimentos e programas, estão a cumprir uma dupla função: a de repovoar a capital, e a atrair reflexos positivos na promoção do Emprego.-----

----- Lisboa está a contribuir para o início do regresso daqueles trabalhadores da construção civil, que em período de crise foram obrigados a emigrar.-----

----- Esta é a oportunidade que estes trabalhadores têm para concretizarem o desejo de regressarem às suas origens, regressarem ao trabalho em Portugal, regressarem à sua cidade.-----

----- Lisboa também é Arte e Cultura, conluo convidando-os a visitarem a mais recente obra de arte pública “o Lince Ibérico”, cujo autor é o jovem munícipe e artista, Bordalo II.-----

----- Esta obra de arte atualmente localizada no Rossio dos Olivais, foi executada com resíduos de plástico, disponibilizados pela Direção Municipal de Higiene Urbana.-----

----- É a memória que a “Conferencia Lisboa +21” realizada no passado mês de junho, nos deixou, ali foram discutidos temas fundamentais para o Futuro do Nosso Planeta.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Presidente ou quem o Senhor Presidente entender para responder à intervenção do Partido Socialista.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra deu a seguinte resposta:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

----- Senhores Deputados quer agradecer ao Deputado Mário Patrício a intervenção que fez, que me permite reforçar de forma telegráfica a importância do que está a acontecer em matéria de acesso à educação na cidade de Lisboa.-----

----- Começa precisamente no Parque das Nações, porque o que se conseguiu no Parque das Nações foi desbloquear um problema central de falta de acesso a equipamentos fundamentais, que vinha desde o tempo da Expo 98. Porque a verdade é que do plano original aprovado após a Expo 98 para vigorar na cidade depois da Expo 98, muito foi feito naquele território com a exceção de alguns equipamentos básicos e fundamentais.-----

----- E a verdade como trouxe aqui várias vezes a explicação à Assembleia, tínhamos um bloqueio de uma entidade chamada a Sociedade Parque Expo, que entendia que todos esses equipamentos tinham que ser comprados a preço comercial pelo Município de Lisboa, mesmo tratando-se de obrigações que constava em plano.-----

----- Só com este Governo, com fim da sociedade, como os atos finais de finalização da sociedade transferência para o património do Estado, foi possível fazer a

transferência patrimonial, para que o Ministério da Educação fizesse as obras que está a fazer na Escola do Parque das Nações. Para que se desbloqueasse a construção do Centro de Saúde no território do Parque das Nações e para que se permita agora avançar por iniciativa da Junta de Freguesia na construção de um equipamento de desporto, um pavilhão, com características maiores do que aquelas estão inicialmente previstos, mas com a participação municipal para podermos resolver, não só o acesso ao desporto, em âmbito escolar, mas também o que é uma prioridade nesta freguesia e em várias outras que é a freguesia de ter um equipamento desportivo com mais valências para servir a freguesia.-----

----- Isto vai-nos permitir, também, a conclusão da obra da nova Escola Básica do Parque das Nações, na zona norte do Parque das Nações, que está há tanto tempo adiada. -----

----- Aliás, o Senhor Deputado aqui referiu e bem, era profundamente paradoxal que na zona mais modernas da cidade de Lisboa, isto é, de construção recente, tivéssemos as famílias com tão pouca opção de acesso a serviços públicos de qualidade, porque só o podiam encontrar no setor privado.-----

----- Foi graças a perseverança de muitos, da Junta de Freguesia, da Câmara de Lisboa durante muito tempo de forma muito sistemática, mas também devido à ação do Governo que resolveu em definitivo estes problemas que se arrastavam há vinte anos na cidade de Lisboa, estamos hoje, poderemos hoje dizer que terminaremos este mandato autárquico com as principais infraestruturas e equipamentos públicos construídos ao serviço dos munícipes do Parque das Nações, isto é, ao serviço da cidade de Lisboa.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente. -----

----- Agora sim, a intervenção seguinte.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Isabel Pires do Bloco de Esquerda.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Isabel Pires (BE)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Senhoras Secretárias, Senhoras e Senhoras Deputadas, Senhor Presidente da Câmara, Executivo, Público presente. -----

----- Analisamos hoje a Informação Escrita do Presidente que compreende o período entre 1 de junho e 31 de agosto, é de realçar o lançamento de alguns programas no âmbito dos direitos sociais que são muito relevantes, em especial para a população mais idosa, que cresce na cidade de Lisboa e, por conseguinte, necessita de respostas diferenciadas e de resposta especializadas e nesse sentido o Projeto Radar que é referido no documento, é um desses programas e que esperamos que possa ser rapidamente espalhado pelo resto da cidade. Também sobre o arranque do ano letivo,

relevamos que uma melhor oferta pública e de maior qualidade é o garante de bom início de ano letivo. -----

----- Sobre o tema da sustentabilidade e ambiente, a informação escrita traz o reporte de várias ações e programas, mas na mesma altura foram saindo notícias preocupantes (algumas delas já tivemos oportunidade de aqui discutir brevemente) sobre poluição da cidade de Lisboa. Seja no que toca aos estudos sobre solos contaminados, seja sobre os estudos do impacto do ruído na cidade (em especial por via do aeroporto e o tráfego que se verifica durante a noite, bem acima dos valores permitidos por lei) ou sobre os estudos da poluição dos aviões (existência de partículas acima das médias permitidas). São questões que, como disse, tivemos oportunidade de levantar em algumas sessões anteriores mas que, do nosso ponto de vista, ainda carecem de uma resposta clara sobre que estratégia vai a Câmara adotar para lidar com estes problemas de sustentabilidade. -----

----- Estratégias de fomento de mobilidade suave ou reforço do transporte público são fundamentais, mas não podemos ficar por aí ou fica pelos prémios que a cidade ganha. Estes não servirão de muito contra o ruído provocado pelos aviões em horários noturnos e que têm consequências diretas e mais do que estudadas na saúde das pessoas; ou sobre as partículas que também advém dessa atividade. Também por aí é preciso pensar a sustentabilidade e não permitir que se continue a ignorar a legislação; a contestação cresce na população e as preocupações com a saúde dos e das cidadãos deveriam estar acima do crescimento desenfreado de pessoas que chegam ao aeroporto de Lisboa. -----

----- Relativamente à referência feita ao programa de renda acessível e, neste caso, a aquisição de imóveis da segurança social, temo-lo dito: este tipo de programa só resulta se for de iniciativa pública e, com a nova lei de bases da habitação, há mais do que instrumentos para acelerar os processos de renda acessível. Tanto mais que a situação é já hoje tão grave que os programas que existem não dão, ainda, uma resposta cabal ao problema. É preciso olhar para os estudos e alertas e perceber que o ritmo de PRA's público tem que aumentar e expandir-se a várias zonas da cidade. -----

----- Há, no entanto, alguns temas/questões que gostaríamos de colocar e que não vemos, infelizmente, espelhadas na informação escrita. -----

----- Em primeiro lugar, sobre o PREVPAP. Já por várias vezes colocamos a questão e a resposta tem sido sempre a mesma por parte do senhor vice-presidente de que foram todos aceites e regularizados. Sendo verdade a parte das candidaturas que foram aceites, têm-nos chegado relatos, se vários departamentos diferentes, de que a promessa de abertura de concurso continua a ser adiada. Ou seja, as pessoas sabem que foram aceites, continuam sem contrato. A última informação dada era que os contratos abririam até final do mês de setembro; isto vai ser mesmo assim? Como se justifica tão longa espera para abertura de concursos? Quando podem estas pessoas finalmente respirar de alívio com a conclusão de todo o processo? -----

----- Em segundo lugar, sobre o longo processo da rua dos lagares. Todos e todas conhecemos o processo, a Câmara até melhor do que muitas de nós, visto ter conseguido firmar um acordo com o senhorio para obras e alargamento por um prazo

finito dos contratos de arrendamento. No entanto, estas moradoras já estiveram aqui e em reuniões de Câmara por várias vezes colocando questões e alertando para o facto de o acordo poder não estar a ser cumprido. Houve aumento de rendas que algumas pessoas não podem pagar, obras de muita fraca qualidade que mantêm e agravam problemas de infiltrações e água a cair. Estas informações chegaram já à Câmara, mas as moradoras continuam sem resposta. -----

----- Há uma manutenção, apesar de tudo, de uma situação precária para estas pessoas. Foram e são um dos casos paradigmáticos do que tem acontecido à cidade de Lisboa, em especial ao centro e à sua desertificação. Porque não podemos ter uma cidade feita de fachadas e edifícios bonitos que não têm ninguém a morar lá permanentemente, nem podermos ter uma cidade sem tecido social e de bairro. -----

----- Achamos que seria importante que estas respostas fossem dadas às moradoras. ----

----- Em terceiro lugar, sobre o Centro de Arqueologia de Lisboa. Creio que não terá passado despercebida a reportagem da SIC relativamente a este centro, as condições de limite do depósito e perspectivas de futuro. Numa cidade em que há tantas obras e, ao mesmo tempo, há tanto espólio arqueológico que é encontrado, as expectativas de há 15 anos para o que seria o crescimento esperado do espólio foram largamente ultrapassadas. -----

----- O depósito do CAL (Centro de Arqueologia de Lisboa) é já pequeno para dar resposta ao que existe hoje, com perspectiva de novas intervenções terá que ser bem pensado como se responde ao potencial de crescimento que ainda existe, garantindo condições de trabalho e de acondicionamento do material encontrado. Obviamente que terá que existir uma continuação de esforço conjunto entre o Ministério da Cultura e a Câmara Municipal de Lisboa, mas há coisas que não se percebem. Por exemplo, como admite o Estado Central que parte de um dos espólios com maior relevância e antigos já descobertos na cidade de Lisboa estejam à guarda de um hotel. --

----- As questões de cultura e, acima de tudo, de património têm sido alvo de muito debate nesta Assembleia Municipal. Acho que todos queremos acreditar que há uma necessidade urgente de olhar com a maior importância para esta temática e assegurar, por todas as formas, que há condições dignas para armazenamento e estudo continuado das descobertas arqueológicas. O que gostaríamos de saber é de que forma pretende a Câmara contribuir para essa necessidade, em especial no caso do centro de arqueologia de Lisboa. -----

----- Em quarto lugar, e porque a Informação Escrita refere alguns momentos de intervenção sobre direitos dos animais, nomeadamente uma campanha para parar o abandono de animais e uma iniciativa para que crianças tivessem oportunidade de recomendar melhorias no âmbito da provedoria dos animais. São ações importantes, não colocamos isso em causa, mas de facto Lisboa e, em especial, a Câmara Municipal de Lisboa tem alguns problemas graves para resolver nesta matéria. -----

----- Como é de lei, tem que existir um veterinário municipal reconhecido pela DGAV (direção geral de alimentação e veterinária) como autoridade veterinária municipal; esta figura em municípios como Loures, Amadora ou Sintra, é o chefe de divisão do canil municipal. Ora, em Lisboa isto não acontece, não existindo, desse modo, uma

autoridade veterinária municipal que promulgue atos legais em sanidade animal e saúde pública. Quando está o município a pensar corrigir esta lacuna? -----

----- Outra lacuna que se tem vindo a deteriorar tem a ver com a recolha de animais, com queixas de muitos munícipes e associações da incapacidade que a Câmara tem de fazer esta tarefa e que passa permanentemente esta tarefa para associações não têm claramente os mesmos recurso e os mesmos meios que tem a Câmara Municipal. Portanto parece-nos que há aqui uma falta operância da Câmara Municipal e uma atitude de não conseguir resolver problemas que já estão mais do que identificados os recursos e meios existem mas os problemas estão a agravar-se e não existe uma articulação real com as associações que estão no terreno todos os dias.-----

----- Para terminar, uma questão que teve algum impacto durante os meses onde é referida esta Informação Escrita, mas que não tem nenhum reflexo na informação que nos foi enviada, tem a ver com o Martim Moniz, não queremos deixar de notar que a população continua à espera de poder ter voz e participação prática numa futura decisão do que vai existir naquele espaço, sendo que apelamos novamente que se ouça a população e que se avance com rapidez possível para uma solução de usufruto do espaço público de uma forma pública, não fechada nem semi-privatizada e muito menos privatizada como está atualmente com as condições que está.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada. -----

----- Não há mais intervenções do Bloco de Esquerda, pedia à Câmara para responder.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra deu a seguinte resposta: ----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Senhora Deputada de forma telegráfica e relativamente ao Martim Moniz estão praticamente concluídas as negociações com a empresa detentora da concessão e por isso, as obras serão muito em breve, a poucos dias de poderem serem iniciadas e, também, finalizadas, não são obras que tenham particular monta ou complexidade. Seguir-se-á depois com tive oportunidade de informar em reunião de Câmara, a aprovação em Câmara dos termos para um concurso de ideias para a Praça do Martim Moniz, que será obviamente alvo de intenso debate público. -----

----- Relativamente àquilo que referiu sobre os animais, temos feito uma parceria muito importante com as associações do setor e tem funcionado e, creio, aliás, que a situação de Lisboa, uma cidade da dimensão da nossa é no quadro das novas competências que nós temos significativamente melhor do que a de outros sítios e o que resulta, também, uma preparação mais atempada relativamente à legislação que saiu. -----

----- Relativamente à questão da Rua dos Lagares, mal tenha informação, não tenho deste momento comigo disponível informação sobre a avaliação do grau de cumprimento da notificação do Município. Essa é uma questão nuclear a saber, na medida em que o proprietário foi intimado para a realização de obras, mal tenha essa informação fornecerei à Assembleia. -----

----- Por último, antes de passar a palavra ao Vice-presidente, relativamente à questão do PREVPAP (Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública), dizer sobre as questões da Arqueologia. -----

----- O gosto e a importância que a Arqueologia tem na cidade de Lisboa são indelmentáveis, aliás, talvez prova disso mesmo ou evidência disso mesmo, teve a cidade aquando da realização da obra no Campo das Cebolas, atual Campo José Saramago, onde todo o processo de Arqueologia, de tratamento arqueológico, de descoberta arqueológica, do seu tratamento, da sua decisão, foi não só gravado para poder ser mostrado posteriormente, como o próprio local foi sendo alvo de visitas guiadas acompanhadas por parte de munícipes e turistas que tinham curiosidade em perceber muito da nossa história que se via através daquela obra. -----

----- É evidente que a Câmara só por si não tem capacidade para albergar e para tratar a totalidade do que são os achados em todos os espaços arqueológicos da cidade de Lisboa, isso seria algo absolutamente impensável, porque basta imaginar precisaríamos quase, passo o exagero, quase de outra cidade do mesmo tamanho para podermos albergar tanto espólio arqueológico e para o tratar e para o classificar. Temos feito o que podemos essa matéria, temos identificado em conjunto com a DGPC (Direção Geral de Património Cultural), no âmbito das competências o seu tratamento e a sua utilização e, por isso, sem prejuízo, de nós podemos aumentar a nossa capacidade, creio que temos que procurar uma linha um pouco diferente da linha de ser a Câmara Municipal a armazenar tudo quanto existe desta cidade, porque isso é virtualmente impossível. -----

----- Senhor Doutor João Paulo Saraiva, Vice-presidente, por favor.”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente, João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- Boa tarde a todos. Senhora Presidente, Senhores Deputados. -----

----- Só para informar, também, muito telegraficamente que os concursos, como referiu a Senhora Deputada e, bem, do PREVPAP vão ser abertos em final de setembro princípio de outubro, o facto de todo este processo demorar muito, nós somos completamente alheios a ele, porque não fomos nós que inventámos o processo, processo é, de facto, muito complexo. O departamento desta área dos recursos humanos está com uma quantidade muito grande, até por muitos anos de não abertura de novos concursos. -----

----- Só neste período a que diz respeita esta Informação Escrita, foram abertos seis novos concursos e estamos em processo de grandes concursos, como quer os concursos dos bombeiros, quer os concursos da higiene urbana, estão quinze novos concursos em preparação. E, talvez, agora percebam um pouco melhor com esta dificuldade que a estrutura da Câmara tem em que ter tantos concursos abertos ao mesmo tempo, em face de tantos anos sem concursos abertos, talvez se perceba agora melhor, porque é que nós propusemos a metodologia que propusemos para abrir concursos para dirigentes. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhor Vice-presidente.-----

----- Eu chamo a atenção à Câmara, que ainda temos sete intervenções de várias forças políticas e, portanto, para gerirem o vosso tempo da melhor maneira possível, o tempo disponível para que corra todo no melhor possível.-----

----- A Senhora Segunda Secretária vai continuar a dar que falar.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Sobreira Antunes do PEV.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Sobreira Antunes (PEV)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa tarde Senhora Presidente, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Público, Jornalistas, Funcionários.-----

----- Neste início do ano escolar, as nossas questões surgem inseridas neste contexto, pelo que solicitamos esclarecimentos mais objetivos.-----

----- Começamos por recordar que, em março deste ano, a maioria nesta Assembleia viabilizou a aceitação do Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro, que “concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação”.-----

----- Sabemos que ainda subsistem questões que o diploma remetia para futura regulamentação, mantendo alguma incerteza sobre as reais condições para o exercício destas competências. Na altura, o PEV alertou que se poderia estar perante o fim da garantia da universalidade deste direito, pois, em vez de uma política uniforme na área da educação, o País poderia passar a ter três centenas.-----

----- Fruto de algumas petições e diversas manifestações das associações de encarregados de educação e de alunos, tem sido evidente que o estado de alguns equipamentos escolares em Lisboa está longe de ser o mais saudável, por não apenas requerem intervenções de beneficiação, em alguns casos profundas, como a contratação de mais funcionários.-----

----- Perante a descentralização de competências nesta área, o Departamento de Educação já veio reconhecer, na página cento e cinquenta e oito da Informação Escrita, a necessidade de recrutamento de pessoal não docente para os agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas.-----

----- Todavia, sobre as obras indispensáveis para o normal funcionamento do ano letivo nada consta ou aparece previsto na Informação Escrita.-----

----- Senhor Presidente, questionamos por isso que, sem transferência de recursos adicionais por parte de Governo, se será ou não da responsabilidade da Câmara a execução das obras há muito exigidas pela comunidade escolar? E se sim, se compete ainda ao Município proceder ao seu financiamento?-----

----- - Como se sabe, a Câmara vem transportando os alunos EB Luísa Ducla Soares para a EB Gaivotas e EB Maria Barroso.-----

----- Inicialmente prevista para 2013, e devido a levantamentos arqueológicos, a EB Maria Barroso foi inaugurada no dia 2 de maio de 2017, num espaço do Tribunal da Boa-Hora, um antigo convento onde, durante o Estado Novo, se realizavam as iníquas sessões dos Tribunais Plenários que haviam sido criados para arbitrariamente encarcerar os opositores ao regime. -----

----- Também se sabe que parte do edifício do antigo Tribunal da Boa-Hora se destina a futura instalação do Conselho Superior da Magistratura e outra parte a ser cedida à Câmara, para ampliação da EB Maria Barroso. -----

----- Ora, nas Informações Escritas do ano passado, a Direção Municipal de Conservação e Reparação ainda referia um projeto de ampliação da EB1 Maria Barroso, mas desde então as Informações Escritas nada mais reportaram.-----

----- Senhor Presidente, pode esclarecer-nos sobre o que se passa, porque não existe informação recente ou se o projeto de expansão do espaço escolar se encontra suspenso?-----

----- - A nossa questão seguinte reporta-se à qualidade do ar nas escolas. -----

----- Também como se sabe, a Agência Portuguesa do Ambiente vem promovendo uma Campanha Nacional do Ar que tem como objetivo alertar, sensibilizar e envolver a sociedade no fomento da responsabilidade pessoal e na maior motivação e compromisso com a proteção da qualidade do ar. -----

----- Sobre este tema, há exatamente um ano, no dia 18 de setembro de 2018 foi aprovada por unanimidade uma recomendação apresentada pelo Grupo Municipal de “Os Verdes”, onde se propunha que a Câmara efetuassem um estudo sobre a qualidade do ar interior em todos os estabelecimentos de ensino sob sua responsabilidade, em conjunto com a Escola Nacional de Saúde Pública; que estudasse as medidas necessárias no sentido de garantir uma boa qualidade do ar nas escolas e ainda que divulgasse esses dados, com a calendarização das medidas a implementar, com vista à resolução de eventuais problemas detetados. -----

----- Sucede que, um ano depois, e após interpelações várias do PEV, nada foi recebido na Assembleia Municipal relativa esta matéria de qualidade ambiental. -----

----- Ora a qualidade do ar tem reflexos na saúde humana e na qualidade de vida das populações. Passamos cerca de 80 a 90% do nosso tempo dentro de edifícios, desconhecendo os níveis de contaminação do ar interior que, quando falamos de crianças, são um grupo bem mais vulnerável. -----

----- Em 2013, o Centro de Estudos do Ambiente e do Mar havia monitorizado o ar das salas de 14 estabelecimentos do 1º ciclo da cidade de Lisboa, tendo avaliado falta de ventilação e taxas de poluentes no ar. -----

----- Assim, voltamos a questionar: -----

----- - como prevê a Câmara garantir uma boa qualidade do ar nos estabelecimentos de ensino?-----

----- - que medidas foram já entretanto encetadas com vista à elaboração de um estudo sobre a qualidade do ar interior das escolas sob sua responsabilidade? -----

----- - quando será apresentado a este plenário e à 4ª Comissão Permanente de Ambiente e Qualidade de Vida o estudo solicitado há um ano por esta Assembleia sobre a qualidade do ar nas escolas? -----

----- Tema seguinte sobre Implementação de painéis solares.-----

----- Na introdução da Informação Escrita, vem referido um processo de reabilitação dos Paços do Concelho visando melhorias de conforto térmico e de eficiência energética, mas também das soluções de painéis solares para a produção de eletricidade na cobertura. -----

----- Sabe-se que algumas piscinas municipais já aquecem as suas águas recorrendo a painéis fotovoltaicos. -----

----- Também recentemente a Lisboa E-Nova estabeleceu uma parceria com a empresa ‘Minicipia’ no âmbito do projecto SOLIS - Plataforma Solar de Lisboa, tendo como missão promover uma aceitação ampla da tecnologia solar na sociedade lisboeta. -----

----- A produção de energia em outros edifícios do Município poderia ser deveras relevante. Aliás, em anterior mandato, “Os Verdes” propuseram mesmo a instalação deste tipo de painéis no próprio Fórum Lisboa, solução que tarda a ser executada. -----

----- Por tudo isto, a questão é: tendo em consideração que um conjunto de escolas de ensino básico têm obras previstas, pondera o executivo vir nelas também a proceder à instalação de painéis solares? Reconhece o executivo as vantagens de poupança energética que tal medida comportaria para o funcionamento dos equipamentos escolares? -----

----- Finalmente, as obras no miradouro de Santa Catarina. -----

----- Em 25 de julho de 2018, a Câmara emitiu um comunicado informando que se iriam iniciar obras de requalificação no Miradouro de Santa Catarina, para a recuperação do espaço público, no valor de 330 mil euros. Durante este período o miradouro teria o seu acesso interdito com a colocação de uma vedação de proteção. --

----- Acontece que, na altura, a Câmara definiu que a conclusão da empreitada se encontrava prevista para o primeiro trimestre de 2019. Estamos no final do terceiro trimestre e não foi apresentada nova previsão para a reabertura do espaço a moradores e turistas. Também não foram dadas informações complementares relativas ao projeto e a Informação Escrita nada refere, à exceção de, na página 86, obras na iluminação pública. -----

----- Recorde-se que a 3ª Comissão desta Assembleia emitiu um conjunto de recomendações, entre as quais, que qualquer gradeamento fosse apenas temporário, que o uso do espaço se deveria manter público, garantindo o acesso e fruição pela população, e que a Câmara estudasse, em articulação com a PSP, o reforço do policiamento de proximidade.-----

----- Também até hoje, a Câmara não apresentou um qualquer plano para possível dinamização cultural daquele espaço.-----

----- Senhor Presidente, com toda a objetividade, quando e em que condições será aquele espaço devolvido à população? -----

----- Muito obrigada Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Muito obrigada, nós! -----
----- Senhor Presidente é a sua vez.” -----
----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra deu a seguinte resposta: ----
----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----
----- Foi um conjunto muito vasto de questões que é-me difícil tocá-las a todas, gostava de me situar sobre três fundamentais.-----
----- Primeiro lugar, relativamente à situação da Escola Maria Barroso e do Tribunal da Boa-Hora. Nós estamos neste momento a ultimar o diálogo com o Ministério da Justiça que tem corrido de forma francamente positiva, paramos ou a contento de uma solução para ambas as partes, está previsto no protocolo que estamos a trabalhar a passagem para o município de uma parte ainda adicional do Tribunal para a expansão da Escola Maria Barroso. -----
----- Está prevista a realização da obra global em todo o edificado, por parte de uma empreitada única a decorrer pela Câmara Municipal de Lisboa, com entregue ao Ministério da Justiça de uma parte e com o compromisso da abertura à população, à cidade, dos claustros e da sala de sessões plenárias. Portanto, é esta a base do princípio, estamos a trabalhar, temos tido um acolhimento muito grande a Senhora Ministra a que tem colocado grande empenho na resolução desta questão e convergimos, aliás, sobre dois objetivos fundamentais.-----
----- O primeiro o alargamento da escola, fazendo da Escola Maria Barroso uma escola com mais capacidade do que é hoje, uma extraordinária infraestrutura no centro histórico da cidade sem nenhuma alternativa compatível, mas também algo que sobre o qual convergimos, eu e a Senhora Ministra muito ao longo de todo este processo, que é a vontade de devolver à fruição pública dentro da medida que seja possível de compatibilizar com os usos que o Conselho Superior da Magistratura também fará daquele espaço, a sala de sessões plenárias e os claustros. -----
----- São duas áreas extraordinárias a todos os títulos, em particular do ponto de vista a título histórico por tudo o que ali se passou e que nós fazemos muita questão que seja preservado, que em seja aberto ao público. Por isso, conto em breve termos este diálogo concluído e este protocolo assinado, que permita estes dois grandes objetivos e naturalmente a ligação depois da sala das sessões plenárias e dos claustros ao trabalho que hoje se faz no Museu do Aljube, sendo mais uma peça, no fundo, dos espaços dedicados à resistência e à liberdade. -----
----- Em segundo lugar, relativamente à questão das obras nas escolas do 2º e 3º ciclo, foi uma decisão que nós assumimos com grande empenho, conscientes naturalmente das dificuldades, a partir do momento em que nós nos tornámos responsáveis por algo, naturalmente, que seremos nós os destinatários das perguntas a começar dos Senhores Deputados, da Assembleia Municipal, mas também dos munícipes e, bem, porque nós temos essa responsabilidade. E não será um trajeto fácil nem rápido, porque o estado em particular do parque das EB 2, 3, é um estado bastante exigente e difícil da nossa cidade. -----

----- Nós tínhamos uma opção, uma de duas, uma era não assumirmos esta responsabilidade e passarmos os tempos entre reuniões de Câmara e Assembleia Municipal, a aprovarmos moções ao Governo e ao Estado para que fizessem obras e com franqueza, a eficácia desse tipo de instrumentos é um pouco limitada e nós nem sequer conseguimos cobrir de forma adequada todas essas necessidades. -----

----- A segunda era de assumirmos nós essa responsabilidade por essas obras. -----

----- O que está inscrito na Lei, é que corresponde ao Ministério da Educação, ao Estado Central suportar os investimentos acordados relativamente ao estado dessas obras. Por essa razão é que solicitamos uma auditoria ao LNEC, que a está a fazer, para que possamos depois acertar com o Ministério da Educação as verbas adequadas à realização destas obras. -----

----- Mas, deixe-me, também, ser claro sobre este tema. Naturalmente faremos a negociação e a negociação será a melhor possível para a cidade de Lisboa, mas também lhe quero dizer o seguinte, a partir do momento em que esse equipamento sejam responsabilidades do município, nós estamos dispostos a investir mais do que sejam as simples obras recomposição de capacidade ou de emergência que cada escola necessita. -----

----- Várias escolas precisam de intervenções de fundo e várias escolas devem como o Senhor Deputado disse e muito bem, devem ser utilizadas estas obras para dar saltos do ponto de vista de outras políticas, nomeadamente em matéria de eficiência energética e até em exemplo de matéria de política ambiental, e isso exige investimentos acrescidos que o município deve fazer em minha opinião. -----

----- E, por isso, nós vamos entrar numa nova fase do ponto de vista das políticas públicas locais, municipais na cidade de Lisboa, que é, no fundo, esta fase de tendo passado os últimos anos desde o ano de 2009, cerca da última década no programa da reconversão das escolas do 1º ciclo. Iremos apresentar um programa que poderá ter um horizonte, também, significativo de tempo para a recuperação integral e estrutural deste parque, que vem para a cidade de Lisboa, que passa para a gestão do Município de Lisboa, e que é um parque em condições bastante deficientes, com muitas coisas que é preciso fazer e que serão parte financiadas pelo Ministério Educação o seu grosso. -----

----- Mas, volto aqui a sublinhar para que não haja equívocos, não me prenderei ao cêntimo aos orçamentos que sejam negociados, se entendermos que em determinada obra podemos inovar com instalações desportivas que sirvam melhor uma freguesia, com equipamentos de eficiência energética que sirvam melhor o ambiente e, também, as finanças do município, a médio longo prazo, com a instalação de práticas relativamente a utilização de água que o possam fazer, com a introdução de quintas pedagógicas ou de equipamentos que apoiem a sensibilização ambiental e, por aí adiante. Não nos ficando restritos ao orçamento que, em sentido estrito a Lei define que é, no fundo, as obras que são responsabilidade do Estado. -----

----- Relativamente, às obras do miradouro de Santa Catarina, a informação que tenho é que no final deste mês, no início de outubro, estas obras estarão concluídas e depois

poder-se-á dar início ao resto do desenvolvimento deste espaço, já no novo enquadramento. -----

----- Obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhor Presidente. Eu volto a lembra o vosso tempo, a gestão do vosso tempo. Senhor Presidente ainda tem seis intervenções para responder, só já tem vinte e dois minutos, portanto, veja se consegue conter-se no tempo, porque nas cedências de tempo poderá beneficiar, apenas da cedência de tempo imagino que do PS, mas é, também, pouco, é um terço do tempo restante, portanto, o tempo agora começa realmente a ter que ser muito bem gerido. -----

----- Vamos prosseguir.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Carlos Barbosa do PSD.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Municipal Carlos Barbosa, do PSD.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Barbosa (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, boa tarde. -----

----- Na informação que o Senhor Presidente fez na sua Informação Escrita fala, como hoje já falou, nas obras de requalificação da Avenida Manuel da Maia, Praça de Londres. -----

----- Acontece que não estão disponíveis os elementos do projeto e ninguém sabe o que é que se vai passar ali. Porque fui a todos os sítios procurar o projeto, os residentes e os munícipes não sabem o que se vai passar na zona, desconhecem em grande parte quais as medidas apresentadas e quais vão ser os seus direitos, o que se passa ali. -----

----- Segundo, é muito importante perceber de que por aquilo que nos foi dado perceber do que vai ser aquela zona 50% da oferta de estacionamento vai desaparecer, o que portanto, eu gostava de ter os seguintes esclarecimentos: que era qual é efetivamente a solução de mobilidade final, que sustenta este projeto de execução? Qual é a percentagem de estacionamento afeto a residentes, que será removida quer da praça de Londres, quer da Avenida Manuel da Maia? Que alternativas de estacionamento para residentes vai ter? Se é que foram estudadas e se é que foram introduzidos no projeto? -----

----- A passagem de peões, por exemplo, localizada na zona da Avenida Manuel da Maia será alvo de semaforização acionada pelo peão? Houve parecer da Junta de Freguesia e da Associação de Moradores e Comerciantes? -----

----- Isto são as minhas perguntas sobre o projeto da Manuel da Maia. -----

----- Em relação à Praça de Espanha, há aqui uma série de contradições sobre os estudos que foram feitos pela Câmara e com a informação que o Senhor Presidente agora faz em relação a isso. Eu pergunto-lhe, por exemplo, de que forma que é assegurada por este Executivo que a solução futura terá o melhor desempenho das atuais condições de circulação? Porque no estudo de reordenamento viário da Praça de Espanha está previsto um forte incremento na Avenida dos Combatentes e Avenida António Aguiar, traduzido, são palavras do estudo da Câmara, em congestionamentos permanente neste eixo, portanto, é uma contradição dizer que vai melhorar quando o estudo diz que vai continuar!-----

----- Depois quais são as bases de afirmação de uma melhoria das condições de circulação em relação à atual em alguns movimentos, designadamente na Columbano Bordalo Pinheiro/Avenida de Berna, quando no referido estudo são apresentados valores de crescimento de tráfego muito preocupantes, quer para a Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, aliás, resultante da nova distribuição de movimentos, a par do novo movimento de inversão de marcha, apresentado como fundamental para as viagens gerados pelos novos usos do solo, porquê? Porque esta solução que ressalva do estudo não assegura a capacidade oferecida atualmente, mas só vai satisfazer 70% da procura estimada, ou seja, agora satisfaz, no futuro não vai satisfazer.-----

----- Outra pergunta que gostava de fazer é quais as bases que sustentam uma melhoria dos percursos pedonais com o aumento das travessias? Porque no estudo onde é posta em causa a salvaguarda e a integração dos tempos mínimos de atravessamento para a nova Praça de Espanha, com a criação de atravessamentos pedonais executados em duas fases, no eixo quer da Avenida dos Combatentes, quer na António Augusto Aguiar, não privilegia de maneira nenhuma a criação do ambiente suburbano para atravessamento, porquê? Porque não só não dá tempo para os cidadãos com mobilidade condicionada, além das crianças e dos idosos para fazerem esse atravessamento. -----

----- Eu queria-lhe relembrar duas conclusões do estudo que visa a compatibilização das travessias pedonais com a circulação rodoviária, que constitui uma das principais dificuldades na definição do sistema de gestão dos entroncamentos, portanto, não têm solução ainda, e a segunda conclusão é que algumas travessias terão de ser realizadas em duas fases com tempos globais que não excedam os 90 segundos, ora isto, que não é possível, entre estas terá a ligação pedonal entre o quarteirão da Fundação Gulbenkian e a zona do futuro parque. -----

----- Por outro lado, gostava de lhe perguntar de que forma estão assegurados um aumento dos corredor Bus, fundamentais para a Carris funcionar, com uma diminuição nos atrasos dos transportes públicos, porque no estudo não é feita qualquer referência às medidas que reforçam a presença e defesa de redes de transportes públicos. E sendo a Câmara hoje em dia uma grande defensora dos seus transportes públicos, e ainda bem que o é, estes corredores Bus não só deviam ser aumentados como deviam ser protegidos e, neste caso no atravessamento da nova Praça de Espanha, nomeadamente a ligação eixo Avenida de Berna, acesso ao novo terminal de

Sete Rios, nem sequer é estudada e avaliada a integração do atual terminal da Praça de Espanha e a sua transferência para Sete Rios, com uma ausência de redesenho no acesso das carreiras provenientes da margem Sul, quer da TST e Carris que atualmente servem e utilizam este terminal. -----

----- Aliás, em relação à Praça de Espanha eu gostava de fazer uma pergunta diretamente ao Senhor Presidente e aqui aos Senhores Vereadores que é o seguinte, e tenho pena que ele não esteja cá, porque já tive esta conversa com ele e não obtive resposta nenhuma, que é o Vereador Miguel Gaspar. -----

----- O Vereador Miguel Gaspar trabalha para a TIS desde Dezembro de 2016. O Vereador Miguel Gaspar fez uma sociedade com a TIS e com o dono da TIS cuja sede era em casa da mãe do Vereador Miguel Gaspar, e vendeu serviços à Câmara Municipal de Lisboa, à EMEL, ao IMT, tenho aqui os documentos todos de venda desses, que vou entregar à Senhora Presidente da Assembleia Municipal.-----

----- Depois, o Senhor Vereador Miguel Gaspar, que basicamente fazia todos os trabalhos para o urbanismo, quando eram pedidos, à medida, pelo Arquiteto Manuel Salgado, também tive esta conversa várias vezes que o Arquiteto Manuel Salgado, quando o Arquiteto Manuel Salgado tinha também a mobilidade, além de urbanismo, e tive várias discussões de coisas que eram feitas pelo gabinete do Manuel Salgado e que depois eram encomendadas e feitas à medida à TIS. -----

----- O nosso Vereador Miguel Gaspar volta para a TIS novamente, volta a trabalhar, fornece vários serviços com a tal empresa quando vai salta de administrador e fica o Vasco Colaço como administrador, quando é eleito aqui para a Câmara Municipal de Lisboa sai e fica como administrador da TIS nesta empresa dele chamada “Mobilidade Suave, Mobilidade e Modelação limitada”, outra dona e parte da TIS.-----

---- A minha pergunta é esta: há ou não há conflito de interesses de que uma pessoa que trabalha desde outubro de 2009 na TIS, que trabalhou sempre na TIS, que a TIS forneceu milhares e milhares de euros para a Câmara Municipal, para a EMEL, para o IMT, para várias empresas ligadas, o IMT não é o caso, eu gostava de saber se o Senhor Presidente não considera que não há conflito de interesses, neste momento? ---

----- É porque eu quando vejo o Senhor Vice-Presidente João Paulo Saraiva falar aqui há 5 minutos, a dizer que nós fazemos concursos, concursos, concursos, enumerou inclusivamente 17 concursos, eu não consigo perceber porque é que não há concursos para a gestão da mobilidade, quando há dezenas de empresas concorrentes da TIS, algumas melhores que a TIS, e é sempre a TIS que faz os estudos para a Câmara de Lisboa, é a TIS e que ganha o estudante da Praça de Espanha, sobretudo com um Vereador que decide isso quando, no fundo, ele foi empregado da TIS durante 10 anos! -----

----- Eu acho que isto é um conflito de interesses enorme, e gostaria que a Vereação efetivamente se preocupasse com isso e começasse a fazer os Planos de Mobilidade com mais concorrentes, e que não seja a TIS permanentemente a fazer os concursos para a área de mobilidade. -----

----- Por outro lado, só para terminar, e tem a ver com os quilómetros de ciclovias que também falou no desenvolvimento de ciclovias, eu quero-lhe referir que eu acho que é

muito importante que esta Vereação e o Senhor Presidente pense que nós não podemos estar sujeitos a ditaduras de minorias, que é em relação quer aos ciclistas, quer em relação às trotinetes, nós estamos todos de acordo que as trotinetes e as bicicletas, que é um facto importantíssimo para todas as cidades, mas eu pedia-lhe para ler o estudo que saiu ontem do Eurostat, ontem, não é de há uma semana, saiu ontem, sobre a mobilidade nas cidades e os meios que são usados e os transportes e qual o equilíbrio que tem que haver entre os diversos meios de transportes, quer o carro, quer os transportes públicos, quer os meios de mobilidade suave. -----

----- Senhor Presidente, vou entregar estes documentos aqui à Senhora Presidente da Assembleia, para que ela faça o que entender, mas penso que há aqui um conflito grave interesses entre o Vereador Miguel Gaspar e as decisões que a Câmara Municipal toma de ser sempre a TIS, a empresa não ele trabalhou durante anos e anos a decidir a mobilidade em Lisboa. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.-----

----- Senhor Presidente, tem a palavra.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “Senhora Presidente, Senhores Deputados, quero começar por rejeitar em absoluto a forma de estar na vida pública do Senhor Deputado Carlos Barbosa, aliás, é a mesma forma, a única forma que ele nos habituou de estar na vida pública, é precisamente o único contributo que tem, e tem ao longo dos anos, aliás, repetido a fórmula. Esta fórmula diz, aliás, muito mais a propósito do Deputado Carlos Barbosa do que diz a propósito de qualquer outra coisa, porque é alguém que sempre se colocou na vida política pretendendo não fazer parte da vida política e utilizando a vida política, mostrando que não tem qualquer escrúpulo de qualquer acusação e de qualquer insídia sobre ninguém.-----

----- E por isso o Senhor Deputado fará aquilo que entender, já não tenho nenhuma expectativa, aliás, que nenhum esclarecimento, nem nenhuma diferença, nem que alguma coisa lhe venha a acontecer de mudança, já tem idade suficiente para sabermos qual é o seu carácter e como é que ele está moldado!-----

----- Gostava de dizer duas coisas, o Vereador Miguel Gaspar é um técnico competentíssimo e reputado na área. Ele ter sido administrador de uma das melhores empresas nesta área só abona a favor dele, aliás, como Vereador da Câmara Municipal de Lisboa.-----

----- O Vereador Miguel Gaspar teve, aliás, o cuidado de no início das suas funções não só, obviamente, de se desvincular a título profissional como empregado de uma empresa de se desvincular, como era como quis fazer, de não manter nenhuma ligação e de, aliás, escrever como a lei o obriga, invocando a sua impossibilidade e não relacionamento com a empresa em qualquer processo.-----

----- Agora o Senhor Deputado quer fazer a insídia de dizer que, por isso, ele ter sido trabalhador de uma empresa, que outro departamento, outra área, intervenção da Câmara, não pode ter uma relação com a empresa que, aliás, já tinha antes do

Vereador Miguel Gaspar, tem com a generalidade das empresas deste país, das Câmaras deste país, há de continuar a ter, independentemente do destino de um dos seus funcionários. Bom, eu só posso chamar a isto aquilo que ela é, que é insídia, é uma insídia que ficará consigo. Como digo já estou muito habituado a ver isto, é recorrente e, aliás, fique sabendo uma coisa, que é que há de chegar uma altura que todos nós na vida olharemos para trás e veremos o que fizemos. O Senhor Deputado há de olhar para trás, e quando olhar para trás o que fizer na sua vida pública e só vai encontrar coisa suja, só vai encontrar coisa suja, porque nenhum contributo relevante para mais terá ficado destas suas intervenções!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, eu agradecia que moderasse a sua linguagem!” -----

----- O **Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “Senhora Presidente, eu usei as palavras escrupulosamente porque, aliás, conheço bem a intervenção pública do Senhor Deputado em vários casos, e não só neste, e por isso sei bem o que é que está a tentar fazer, e já não vem de agora, já não vem de agora e, como digo, não tenho esperança que mude, mas ficará com ele, não ficará com mais ninguém. -----

----- Senhores Deputados, relativamente às questões que importam, o que os estudos dizem relativamente à matéria sobre a Praça de Espanha é que há dois tipos de conclusão relativamente aos movimentos da Praça de Espanha, o primeiro é de melhoria relativamente a dois fluxos fundamentais, Avenida de Berna/Calouste Gulbenkian, Avenida dos Combatentes/António Augusto de Aguiar, e haverá dois nos quais isso não acontece, que tem a ver com a viragem à esquerda da Calouste Gulbenkian para a Avenida dos Combatentes que é eliminada, como também a viragem à esquerda da Avenida de Berna para a António Augusto Aguiar. -----

----- Mas é importante reparar que esta obra não entrará em funcionamento sem a obra da Rua de Campolide estar concluída, aliás, a Rua de Campolide começou antes a sua obra, que é uma obra que é crucial para utilizar e potenciar a ligação ao eixo Norte-Sul. -----

----- Relativamente à obra do Manuel da Maia, ela foi amplamente discutida, debatida com a Junta de Freguesia também com o público, não sei se os projetos não estão na Internet, que deverão estar, ela não inclui nenhuma supressão de estacionamento, ela o que inclui é a supressão de uma via de trânsito, sendo que a Manuel da Maia só vai ter uma das vias. E, aliás, esta intervenção na Manuel da Maia vai responder a uma questão crítica levantada por muitos, e com muita razão, que é o problema dos acidentes que se colocam hoje na Avenida Manuel da Maia, em particular da passadeira, cuja situação melhorará de forma significativa, por termos uma via mais estreita, com menos velocidade.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O Senhor Deputado Carlos Barbosa pede a palavra para? Desculpe, tem que dizer primeiro para que efeito é que quer a palavra, microfone ao Senhor Deputado Carlos Barbosa, se faz favor.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Barbosa (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Queria responder ao Senhor Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O Senhor Deputado não pode responder, mas pode usar a palavra para um protesto, se assim o entender.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Barbosa (PSD)**, no uso da palavra fez o seguinte protesto: -----

----- “Exatamente, para um protesto. -----

----- É evidente que vou utilizar todos os meios ao meu alcance para que o Senhor Presidente prove onde é que eu olho para trás e minha vida é suja! Vai ter que o provar no sítio próprio... -----

----- Não, não responda que ninguém falou consigo! Estou a falar com a Senhora Presidente. E, portanto, vai ser no sítio próprio que vai responder, onde vai dizer que a minha vida é suja! Se eu olhar para a minha vida e vir o que eu fiz até hoje, você nem com o dobro da sua idade fará metade do que eu fiz até hoje!... Foi colocado na Câmara Municipal de Lisboa por favor político, porque não tinha qualquer espécie de garante político, a não ser com a calçadeira do Senhor António Costa...” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado agradecia que não entrasse agora nisso!” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Barbosa (PSD)**, no uso da palavra prosseguiu o seu protesto: -----

----- “Eu não entro em pormenores.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Então se faz favor diga a sua parte.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Barbosa (PSD)**, no uso da palavra prosseguiu o seu protesto: -----

----- “É só para dizer ao Senhor Presidente que em defesa da minha honra vai dizer em tribunal ou vai dizer no sítio próprio, onde é que a minha vida pública, pública e privada, foi como disse aqui, e está gravado, é uma vida suja e, portanto, eu quero ver depois o que é que o Senhor vai dizer! Está bem? Vamos ver toda essa coragem que você tem agora aqui! Obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Está registado o seu protesto, pergunto ao Senhor Presidente a palavra para contraprotesto, o Senhor Presidente tem três minutos.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara,** no uso da palavra fez o seguinte contraprotesto:-----

----- “Naturalmente, Senhora Presidente, o que disse, reafirmo! O Senhor Deputado Carlos Barbosa tem marcado a sua intervenção pública, e é essa a que me refiro, que é a única que me interessa, porque nada da outra conheço, nem quero conhecer, aliás, por uma contínua campanha de insídias quanto a várias pessoas da atual maioria. Aliás, não é preciso recuar muito para lhe encontrar esse relato sobre vários Vereadores da Câmara, várias vezes, aliás, sobre o Vereador Manuel Salgado, agora sobre o Vereador Miguel Gaspar e sempre que necessita de ter uma intervenção pública. -----

----- Aliás, registo que já não via o Senhor Deputado Carlos Barbosa nesta Assembleia intervir há muito tempo, e recordo-me e vejo, aliás, que a vez que o faz aqui é para fazer aquilo que fez! Aquilo que tenta fazer, que é tentar criar um, tentar lançar uma insídia sobre um Vereador que deixou a sua profissão e o seu lugar profissional para trabalhar na Câmara Municipal de Lisboa, que está sujeito às regras com que está sujeito, não participando em nenhuma intervenção, aliás, que essa empresa tenha acesso. E, por isso, o que se tentou fazer, como digo e volto a dizer, reafirmo, e nada melhor que, aliás, poderia dar razão à minha intervenção do que a sua intervenção primeira e do que a sua segunda intervenção agora, e por isso, responderei nos sítios que o Senhor Deputado entender, e talvez aqui seja o principal deles todos, que é o sítio do debate político àquilo que lhe disse, a sua intervenção política relativamente à Cidade de Lisboa, a sua intervenção política, pública e política... Senhor Deputado eu não conheço a outra! Olhe, digo-lhe uma coisa, eu, aliás, nem sou sócio do ACP desde que o Senhor é Presidente e, por isso, e por isso, eu nada conheço sobre isso, conheço bem é a sua intervenção pública e política, e acho-a a todos os títulos, o exemplo daquilo que está mal e que não se ia acontecer na nossa vida pública! Muito Obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Presidente. -----

----- Senhores Deputados, naturalmente, que o debate vai prosseguir, o que está dito está dito e ficará em Ata. Lembro apenas aos Senhores Deputados que a Constituição salvaguarda que ninguém pode ser impedido de exercer um lugar público por razões profissionais ou quaisquer outras, e a Lei salvaguarda que alguma pessoa que tenha tido alguma ligação profissional está impedido de votar sobre essa matéria. E, portanto, estas são as regras que têm que ser verificadas, estas são as regras têm que ser cumpridas. As pessoas têm que saber cumprir dentro das regras. -----

----- Em todo o caso os documentos que o Senhor Deputado Carlos Barbosa aqui entregou, a Mesa vai analisá-los e decidirá se os deve distribuir, naturalmente, ouvindo a Conferência de Representantes, como é dever da Mesa perante uma circunstância de tal gravidade. Penso que também naturalmente, deverá dar conhecimento deste caso ao visado, o Senhor Vereador Manuel Gaspar que não está presente. -----

----- Posto isto, o assunto será depois então, enfim, elucidado com mais detalhe, mas não agora, por agora vamos prosseguir com o nosso debate e a Senhora Segunda Secretária vai dar a palavra.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Municipal Aline Beuvink, do PPM.”-----

----- (Neste ponto da Ordem de Trabalhos “Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Câmara”, a Senhora Deputada Municipal Aline Hall de Beuvink (PPM), abandonou a Sala de Plenário como forma de protesto, na sequência das intervenções pronunciadas pelos Senhor Deputado Municipal Carlos Barbosa e Senhor Presidente da Câmara Municipal.)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “A Senhora Deputada Municipal Aline Beuvink, prescindiu da palavra. -----

----- Vamos prosseguir. -----

----- Agora Senhores Deputados temos cinco Deputados Independentes inscritos, há dez minutos de intervenção, há cedências de tempos de alguns em alguns e, portanto, as intervenções vão ser distribuídas da seguinte maneira: há dois deputados inscritos independentes do grupo dos seis deputados que pertenciam ao “Movimento Cidadãos por Lisboa” e cada um tem três minutos, o Senhor Deputado Rui Costa tem um minuto, o Senhor Deputado Rodrigo de Mello Gonçalves tem um minuto, e o Senhor Deputado Paulo Muacho, também, tem uma cedência terá dois minutos com esta distribuição de tempo todos terão o tempo que eu estou a dar, vai perfazer os dez minutos que estão disponíveis para os independentes. -----

----- Enquanto não houver uma regra regimental a definir exatamente como é que eu atribuo os tempos aos independentes, eu tenho que ter aqui, portanto, algum critério para gerimos por que se não torna-se muito difícil, portanto, os independentes vão falar todos a seguir uns aos outros, segundo a ordem que a mesa anunciar. O Senhor Presidente responderá apenas uma vez e o tempo é este que eu digo, três minutos para cada uma das Senhoras Deputadas que se inscreveu, um minuto para os restantes Senhores Deputados, sete para o Senhor Deputado Paulo Muacho que tem dois minutos, vamos prosseguir.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Joana Alegre Independente.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Joana Alegre (IND),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Excelentíssima Presidente, membros da Mesa, Excelentíssimo Presidente, membros do Executivo, Colegas, Público.-----

----- Os Deputados Municipais Independentes do “Movimento Cidadãos por Lisboa”, congratulou-se com a continuidade de medidas implementadas ao nível do ambiente, nomeadamente nos túneis da rede de drenagem, a certificação florestal do Parque

Florestal de Monsanto até 2021, a rede de água reciclada para rega junto ao Corpo Santo e Cais Sodré. -----

----- Felicitamos o Executivo pelo projeto vencedor em candidatura “*Life get Lungs*” a nível da estrutura verde, no âmbito das alterações climáticas. -----

----- Particularizamos ainda a importância da revitalização da Avenida da Liberdade, pela substituição do relvado por espécies mais sustentáveis. -----

----- E saudamos, também, “Lisboa ideia verde”, vemos com agrado a introdução da prática de transversalidade dos serviços na construção do Programa da “Capital Verde”. -----

----- Com tudo, reiteramos a necessidade e a pertinência de todos estes elementos se encontrarem no programa estratégico partilhado, é com apreensão que constatamos a ausência de orientações expressas no âmbito da “Capital Verde Europeia”, e reincidimos no que já havíamos declarar aqui. Consideramos urgente a elaboração de um documento estratégico ou feito um programa mesmo, que explicita e articule todos os instrumentos existentes numa visão devidamente integrada do que deverá ser “Capital Verde Europeia” em Lisboa. -----

----- Obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada. -----

----- Próximo.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte: -----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Teresa Craveiro.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Teresa Craveiro (IND)**, no uso da palavra, fez as seguintes perguntas: -----

----- “Boa tarde, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, caros Colegas. -----

----- A questão que colocamos aqui, já foi notada aqui pelo Senhor Presidente, a situação dos novos Centros de Saúde, no entanto, e sabendo que esse trabalho vem das várias “Cartas dos Equipamentos” que foram 2009 e outra. Salientamos a importância que dever-se-ia começar a trabalhar-se numa estrutura organizativa ligada à saúde, e porquê? Porque esta estrutura organizativa levaria a que não se identificasse saúde e qualidade de vida no documento apresentado, que vai desde ações do A,B,C, do fígado, até às questões do Dia Mundial ligado às medecinas naturais. -----

----- Ou seja, Lisboa merece um documento e uma prática de promoção de saúde e de estilos de vida capaz de se articular, o desporto, articular o ambiente e até matérias de urbanismo num documento que é um plano de saúde e acima de tudo em serviços capazes de articular com os centros de saúde, com a prática e com o plano de literacia agora emanado em março, ligado, e que fala dos parceiros como autarquias para ser trabalhado. -----

----- Achamos que a Câmara está a voltar para trás, naquilo que foi uma construção com os centros de saúde, com a rede portuguesa das cidades saudáveis, relativamente

a um projeto global, onde as várias ações podem ser inseridas e não discriminadas casuisticamente.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigada, Senhora Deputada pelo cumprimento rigoroso do tempo e vamos prosseguir.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Rui Costa, Independente.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Rui Costa (IND)**, no uso da palavra, fez as seguintes perguntas:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Deputados.-----

----- Julgo que este é um período de análise da Informação Escrita e tendo constatado da Informação Escrita a informação por parte do DAOSM (Departamento de Apoio aos Órgãos e Serviços do Município) que se encontra a preparar os atos eleitorais. Não podia deixar de perguntar se está a ser cumprida ou se foram tomadas medidas por parte da Câmara Municipal, para cumprir uma recomendação aqui aprovada por unanimidade em abril sobre acessibilidade de pessoas com dificuldades motoras de acesso, mas também como outras circunstâncias de deficiência, não só a nível do acesso como, também, do mobiliário adequado para exercerem o seu direito cívico.----

----- Foi proposto até por esta Assembleia Municipal, e recomendada a criação de um grupo de trabalho e não havendo notícia na Informação Escrita, pergunta-se se esta deliberação foi ou não cumprida pela Câmara.-----

----- Obrigado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Rodrigo de Mello Gonçalves.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Rodrigo de Mello Gonçalves (IND)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais.-----

----- Na Informação Escrita que é submetida a esta Assembleia, podemos ler no capítulo dedicado à Direção Municipal de Conservação e Manutenção, que a Câmara reabilitou três frações municipais devolutas na Travessa do Alcaide, reabilitação de edifícios com a recuperação de cinco fogos municipais devolutos na Rua da Adiça, na Rua dos Lagares. Recuperação de três fogos devolutos na Rua das Amoreiras, reabilitação de edifícios como recuperação de seis frações municipais devolutas na Rua Norberto Araújo, entre outras.-----

----- O Senhor Presidente falou de habitação e habitação é, de facto, um tema que tem sido recorrente dada a problemática que ela constitui na cidade. Mas para que esta Assembleia possa, no âmbito, dos seus poderes legais e políticos fiscalizar o Executivo, é preciso que tenha informação e uma vez mais a questão põe-se! A

Câmara Municipal vai ou não divulgar de uma vez por todas o estado do seu património devoluto e a listagem de património habitacional devoluto? Tem sido solicitado essa informação por diversas vezes, há recomendações e propostas apresentadas e votadas e aprovadas nesta Assembleia, por diversas vezes a pedir a informação e a Câmara não a dá!-----

----- No entanto, a Câmara tem conhecimento, porque na Informação Escrita refere que está a recuperar património devoluto e, portanto, a primeira pergunta é: Vai ou não a Câmara divulgar essa listagem e quando o vai fazer?-----

----- A segunda pergunta para terminar. Todos podemos ou penso que todos teremos assistido a uma reportagem que passou na TVI, acerca de um projeto previsto para a Lapa. A Câmara na sequência dessa intervenção, fez um esclarecimento que consta do seu *site*, onde acusa a reportagem de ser um repositório de falsidades, informação trocada e acusações difamatórias sem qualquernexo ou preocupação com a verdade. --

----- A pergunta que eu gostava de lhe fazer Senhor Presidente é, se o Executivo Camarário vai ser conseqüente com este esclarecimento que prestou e se vai levar o caso a tribunal?-----

----- Obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “O Senhor Deputado Rodrigo de Mello Gonçalves beneficiou de tempo cedido pelo PPM, embora não me tenha apercebido disso, mas, pelos vistos assim aconteceu. -

----- Eu agradeço que quando assim é, que me informem, porque nós distribuimos o tempo de acordo, enquanto não há norma regimental para o tempo dos Independentes, de acordo com o critério que eu tinha acabado estabelecer e depois isto alterou-se tudo e dificultou-nos aqui a gestão dos trabalhos, mas vamos continuar.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Paulo Muacho, Independente.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Paulo Muacho (IND)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa tarde Senhora, Presidente, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados.-----

----- Durante o Verão vieram a público várias notícias relativas a pragas sazonais na cidade. Aquilo que nós gostaríamos de questionar, é relativamente às medidas que a Câmara tomou para evitar estas pragas? E se estão previstas novas medidas que possam controlar estas pragas no próximo ano?-----

----- Por outro lado, também, ainda na questão da higiene urbana, na Informação Escrita consta a informação relativa as toneladas de resíduos que foram recolhidos neste período e aquilo que nós notamos é que existiu aqui uma grande diminuição relativamente a igual período do ano anterior. No ano anterior, foram setenta e oito mil toneladas de resíduos urbanos, este ano foram cinquenta e cinco mil e, portanto, também, aquilo que gostaríamos de questionar é se existe aqui alguma redução do lixo

que está a ser produzido na cidade de Lisboa ou se ao contrário, existe apenas uma redução do lixo que a Câmara está aqui a conseguir recolher? -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada. -----

----- Senhor Presidente, creio que terminámos os seis Deputados Independentes, agradeço que responda.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra deu a seguinte resposta: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Senhores Deputados, pedirei ao Vereador Sá Fernandes que prepare para breve, no próximo mês, quando tivermos uma Assembleia Municipal marcada em coordenação com a Senhora Presidente, para fazer uma apresentação do ponto de situação das iniciativas e das medidas relativamente a “Capital Verde”. Muito tem sido feito ao longo dos últimos meses na preparação do ano, um ano que tem uma ideia de fundo, que é a mobilização coletiva dos diferentes atores, dos diferentes agentes da cidade e, também, fora da cidade para avançarmos na agenda verde. -----

----- Em segundo lugar. Relativamente à Senhora Deputada, Teresa Craveiro, eu concordo muito com aquilo que diz, sobre o que tem de ser a nossa abordagem relativamente a saúde. A atuação da cidade, aliás, a cidade é o sítio, é o local as políticas públicas em que é mais claro que o nosso contributo na política de saúde é mesmo na promoção da saúde e não só na promoção dos equipamentos para tratar a doença. -----

----- Muitas vezes valoriza-se no debate a saúde, o debate sobre as infraestruturas da doença, permitam-me que as trata assim, isto é, as infraestruturas que servem para diagnosticar e tratar pessoas com determinado tipo de doença, seja ou nível de centros de saúde, seja ao nível hospitalar. Não sendo visível aquilo que hoje é absolutamente crítico em qualquer sistema de saúde, que tem a ver com a questão dos hábitos de vida, dos estilos de vida, com o próprio ambiente onde as pessoas se colocam, que depois vai jogar matérias tão importantes como a capacidade física das pessoas, a exposição a riscos para doenças cardiovasculares, nomeadamente, por via da poluição ou doenças respiratórias, as questões da obesidade e o seu impacto relativamente à diabetes e por aí fora. -----

----- Hoje, as cidades são o grande palco onde se jogam ou melhor é, no âmbito, das políticas de cidade e no âmbito das políticas gerais da cidade, que se joga muito do que tem a ver com a política central de saúde ou melhor com o central na política de saúde e creio que é evidente a nossa política no município, que muito temos feito relativamente a esta matéria. -----

----- A questão colocada sobre a questão das eleições. Creio que o trabalho tem sido feito a nível das Juntas Freguesias, gostava de dar aqui uma informação à Assembleia, nós temos preparado com muita atenção, com muito cuidado a questão do voto antecipado, em virtude da aprendizagem que estamos todos a fazer. O número de mesas, ele vai-se localizar as instalações na Universidade de Lisboa, será o local em

parceria com a Universidade, tem boa acessibilidade metro, têm amplas condições, está prevista, também, que seja dado acompanhamento relativamente às pessoas com dificuldades de mobilidade. O número de mesas não está, a informação que tenho não sei se já está totalmente fechado, mas situa-se em cerca do dobro das mesas que estavam colocadas aquando os votos das eleições europeias. -----

----- Relativamente ao património municipal. Senhores Deputados, a lista de património está divulgada há muito pela Câmara, tem obviamente algumas variações, mas no seu grosso, ela é aquela que está disponível. Nós temos feito um esforço muito grande na recuperação desse património e na colocação do património ao serviço da política de habitação. Por essa razão, aliás, é possível apresentar os dados que apresentei, relativamente à atribuição das seiscentas casas no ano passado e das oitocentas casas durante este ano e assim vamos prosseguir. -----

----- Relativamente a questão das pragas, que eu peço que seja divulgado pela Assembleia Municipal um ponto de situação por parte dos serviços de higiene urbana, tem sido feita uma ação sistemática relativamente às pragas. Aliás, numa das zonas da cidade relativamente ao Parque das Nações, a visibilidade do fenómeno decorre de intervenções feitas no sistema de saneamento, eu pedirei que seja facultado à Assembleia um ponto informação detalhado sobre isto. -----

----- Relativamente à peça que passou na TVI, não tenho para já mais nenhum comentário acrescentar àquele que tornei público, após a divulgação da mesma. -----

----- Obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Presidente.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Natacha Amaro do PCP.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Natacha Amaro (PCP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhoras Secretárias, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, caro público.” -----

----- A Informação Escrita traz-nos, como habitualmente, um conjunto de informações sobre a atividade desenvolvida nestes meses no município.-----

----- Para além da informação prestada, gostaríamos de colocar algumas questões relativamente a diversas matérias:-----

----- E começamos com o mesmo tema com que o Senhor Presidente iniciou a apresentação: a abertura do ano letivo 2019/2020. Ao longo do ano letivo anterior muitas foram as situações apontadas em estabelecimentos escolares da cidade de Lisboa, sendo algumas delas verdadeiramente complicadas e dramáticas, que exigiriam resposta urgente. Por diversas vezes, o executivo foi chamado a responder sobre problemas identificados na Escola Básica Professor Oliveira Marques (Calçada das Lajes – Penha de França), na Escola Fernanda de Castro (Tapada das Necessidades), na Escola Básica Alexandre Rodrigues Ferreira (Ajuda), na Escola

Eurico Gonçalves (Santa Clara), na Escola EB1 Teixeira de Pascoais (Alvalade), na Escola EB1 Telheiras (Lumiar), entre muitas outras escolas da cidade.-----

----- Problemas com espaços exteriores, com iluminação, com refeições e alimentação, com infiltrações, com insuficiente número de pessoal, problemas com obras concluídas e mal executadas, com pavimentos e outros materiais não adequados, apenas para referir algumas das muitas questões levantadas. -----

----- Passado o período de férias escolares, estes problemas foram enfrentados e resolvidos? O Senhor Presidente informou aqui hoje, dos projetos e programas de recuperação e manutenção para o futuro. Mas dada a urgência e premência de alguns destes casos, bem conhecidos aqui nesta Assembleia, não foi possível encontrar soluções imediatas? Por estas e muitas outras razões, é cada vez mais urgente, na nossa opinião, a finalização da revisão da Carta Educativa.-----

----- Ainda sobre escolas, uma outra questão que se relaciona com as creches da cidade. É referida na informação escrita que foram escolhidas as localizações para 4 novas creches, no Parque das Nações, Beato e São Domingos de Benfica. Noutras Informações Escritas, em meses anteriores, outras referências foram feitas a outras creches (em fase de proposta, projeto, concurso, etc.). Esta mesma Informação Escrita deste trimestre diz-nos que a Revisão das Orientações Estratégicas para a Infância – Rede Pública de Creches está concluída desde novembro de 2018 (há 10 meses, portanto!) e que aguarda agendamento do Senhor Presidente para iniciar período de discussão pública.-----

----- Com este ponto de situação sobre a Revisão das Orientações, que continua por terminar, qual tem sido então a Estratégia que o Município tem seguido para prosseguir na disponibilização de oferta de lugares em creches às crianças da cidade? -

----- Como tem decidido quais as prioridades e locais onde intervir, nesta matéria? Esta Revisão, há muito esperada e necessária, quando será concluída, apresentada e entrará em vigor? Irá ainda ao encontro das necessidades da cidade, tendo em conta o tempo em que foi feita/revista e as mutações e transformações da estrutura etária e demográfica da cidade? -----

----- Relativamente à Habitação, entendemos que seria importante esclarecer algumas questões relacionadas com o Concurso Habitar o Centro Histórico. A informação prestada diz-nos que, das 101 candidaturas, 46 foram consideradas improcedentes – é quase metade. O Senhor Presidente valorizou as 55 candidaturas mas este Concurso era a resposta da Câmara para as situações de emergência, para as famílias que estão em risco de perder a sua casa. Qual a razão de quase metade das candidaturas não terem sido contempladas? Não cumpriam requisitos de forma determinante ou esses mesmos requisitos são demasiado apertados para dar resposta? Em situações de emergência, de carência urgente, é importante perceber porque é que as necessidades dessas famílias não encontram resposta no Município. -----

----- Numa cidade que tem sido particularmente fustigada no domínio da habitação por força do crescimento do turismo que tem trazido a especulação imobiliária, o aumento exponencial dos preços da habitação, a precariedade habitacional, a gentrificação, a ocupação desmesurada de fogos com o Alojamento Local (a isto

associa-se a Lei dos Despejos que continua por revogar!), traça-se um panorama particularmente trágico para muitas famílias. Se este instrumento não dá resposta cabal aos pedidos e outros não se operacionalizam (exemplo: o PACA que poderia dar resposta a muitas questões e que continua por aplicar), falha-se junto da população numa matéria essencial à sua vida: a habitação.-----

----- As questões da Mobilidade também são particularmente importantes e gostaríamos de trazer aqui as carreiras de bairro anunciadas, em particular, a do Beato. Sendo positivo que finalmente se tenha iniciado esta carreira (é uma promessa anunciada há mais de um ano e meio!), a verdade é que a melhoria da mobilidade dos moradores do Beato ficou aquém das necessidades com a 34B. Ao contrário do que estava previsto no projeto inicial, esta carreira não vai aos centros de saúde que servem a freguesia: Centro de Saúde Oriente (na Av. Afonso III) e a Unidade de Saúde Familiar do Monte Pedral (na R. Adolfo Coelho). A ligação a estes dois fundamentais serviços ficou, assim, seriamente prejudicada. Estes dois equipamentos ficam fora do limite geográfico da freguesia mas são os que servem os fregueses do Beato, é ali que muitas pessoas se têm que deslocar (uma boa parte já com alguma idade e dificuldades de locomoção), e é inconcebível que esta necessidade – o acesso à saúde! - não tenha sido contemplada no percurso de uma nova carreira que pretendia contribuir “para uma melhoria significativa da mobilidade e acessibilidade”. -----

----- Ainda no campo da Mobilidade da cidade, é importante referir o Novo Regulamento Geral de Estacionamento e Paragem na Via Pública, em consulta pública até final deste mês. Esta consulta, mencionada na Informação Escrita, deveria ser acompanhada de sessões públicas, que apresentem e exponham o que está em causa, por forma a que os munícipes conheçam a proposta e possam formular a sua opinião. Não conhecemos sessões que se tenham realizado até hoje e seria importante conhecê-las e divulgá-las. Por outro lado, a própria consulta pública não tem qualquer destaque nas diferentes plataformas, da Câmara Municipal ou da EMEL. Existe uma entrada no *site* da Câmara, onde constam outras consultas a decorrer, sem indicação do início ou fim da mesma. O próprio aviso também não o refere, remetendo as informações para o Boletim Municipal, os munícipes se precisarem têm que ir procurar o recetivo Boletim para saberem mais informações. A própria informação escrita traz apenas um pequeno parágrafo sobre esta questão no início. Não é a forma que melhor incentiva a participação dos cidadãos numa matéria desta importância. -----

----- Estes são pequenos apontamentos, decorrentes da informação que nos chega, da mobilidade na cidade. Para o PCP, continuam a ser necessárias muitas mais medidas para aumentar e melhorar a oferta nomeadamente reforçando o número de trabalhadores, melhorando as infraestruturas e a manutenção das existentes, reforçando os meios financeiros. -----

----- Ainda um comentário relativamente às questões da cultura, na cidade. Não podemos deixar de apontar a permanente aposta deste Executivo nos grandes eventos e de grande consumo, nomeadamente turístico, continuando a faltar uma política cultural direcionada para as coletividades, associações e clubes da cidade, envolvendo as populações, estimulando a produção local e criando raízes para o futuro,

concretamente com a criação de novos públicos. Também se mantêm as opções de reabilitar e equipar espaços culturais com fundos públicos para depois os entregar à exploração privada. Os equipamentos e os meios financeiros – que são de todos nós – ao serviço das empresas que os irão explorar e com eles lucrar, criando uma “oferta” cultural pouco acessível a boa parte da população. São opções que recusamos liminarmente e que continuaremos a trazer a esta Assembleia.-----

----- Para finalizar, e porque pensamos que deverá ser um tema central nestes meses próximos, a política deste Executivo para as bibliotecas municipais. A definição do futuro de alguns destes espaços – fundamentais, emblemáticos, preciosos até, do ponto de vista académico mas também educativo – é uma questão elementar. A que se somam outras: os recursos financeiros disponibilizados, a aposta em programação adequada, os meios humanos necessários, o impacto e a implantação destes equipamentos no território da cidade. A Informação Escrita apresentada reduz a atividade da Divisão da Rede de Bibliotecas, neste trimestre, a mais uma edição da Feira do Livro de Lisboa e a números (de utilizadores, de documentos, de cópias, de horas, de pesquisas...). A Rede Municipal de Bibliotecas precisa e exige, neste momento, muito mais do que isto. Exige uma atenção, um empenho e, acima de tudo, uma intervenção, que o executivo está longe de espelhar.-----

----- Estas são algumas das muitas facetas de uma política para a Cidade de Lisboa que não corresponde, do nosso ponto de vista, às necessidades e anseios das populações. Para o PCP, é fundamental colocar o poder local, as suas estruturas e meios, ao serviço da população de Lisboa e não ao serviço do capital e dos seus interesses e construir uma cidade mais justa, mais desenvolvida e mais próxima dos seus bairros e populações.-----

----- Obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada.-----

----- Senhor Presidente, tem a palavra para responder.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra deu a seguinte resposta: ---

----- “Senhora Presidente, Senhores Deputados, eu peço desculpa, mas são tantas e tão diversas as questões que a Senhora Deputada coloca que é absolutamente impossível de lhes dedicar um mínimo de tempo útil.-----

----- Gostava de me concentrar numa, que é talvez uma das questões fundamentais, que se prende com a questão que a Senhora Deputada colocou e, bem, da habitação em particular no centro histórico.-----

----- Eu não disse, nem afirmo, nem o poderia fazer, que a intervenção do município dá resposta à totalidade das necessidades que nós vivemos no centro histórico. Não disse isso, nem digo! Não o podemos fazer! Responder à situação que hoje se vive de verdadeiro drama do acesso à habitação e, aliás, drama sublinhado de risco de perda de habitação em múltiplas zonas da cidade fruto do contexto que estamos a viver, que combina com taxas de juro muito baixas, pressão do aumento da oferta turística, efeitos da Lei do Arrendamento, esse conjunto de acumulação de fatores, que tem

expressões em múltiplas zonas da cidade e no centro histórico, não consegue ser resolvido só por si nem pelo município, nem nós temos esse poder.-----

----- Agora o que temos desenvolvido é um conjunto muito consistente de políticas, para nos dar instrumentos e mais instrumentos para podermos dar mais ferramentas às pessoas para minorar os impactos da situação. -----

----- Isto coloca desde logo, com tudo aquilo que nos empenhamos, relativamente à questão da alteração da lei das rendas, que veio de novo recolocar uma proteção que tinha sido retirada na legislação em vigor na origem do Governo anterior, relativamente àqueles que não tinham feito as renovações de contratos ou melhor devido àqueles que ao engano tinham transitado para o novo regime de arrendamento urbano e que assim ficaram vinculados a um regime muito menos garantido que o anterior.-----

----- Porque eu ouço muitas vezes, ainda agora no debate desta campanha eleitoral, ouço muito dizer, “Não, os despejos são muito baixos, os despejos não são a origem.”. A questão neste caso concreto não é do despejo, a questão deste caso é que houve pessoas que ao engano transitaram para o novo regime do arrendamento urbano, tendo já às vezes idade avançada e que após o período inicial do novo regime do arrendamento urbano, pura e simplesmente perderam as suas casas e não tinham nenhuma proteção na Lei e podiam ter a idade que quisessem! E podiam ter a sua idade, não era esse o patamar e este fator que é um fator de extrema violência social, conseguiu ser parado com alteração da Lei do arrendamento. -----

----- Como, também, conseguiu ser parado numa formulação muito próxima daquela que o Município de Lisboa defendeu, através da nova Lei relativamente ao alojamento local. Que se bem se recorda no início deste mandato autárquico, a Lei existente era uma Lei em que, quem pretendesse abrir um alojamento local só era obrigado a fazer um registo. Um registo que não corresponde a nenhuma necessidade de licenciamento, nem de autorização por parte do município. Isto é, o município não tinha qualquer instrumento para regular o alojamento local e que se em áreas teve uma grande importância na recuperação de edifícios que estavam abandonados e devolutos, é verdade, também, que noutras áreas o que fez foi a subtração de edificado de habitação para alojamento local. -----

----- E o que nós hoje já conseguimos, após a legislação aprovada foi de grande importância, porque nós já conseguimos estancar a progressão do alojamento local em áreas críticas. A própria Associação do Alojamento Local, hoje já vem falar que há retrocesso em algumas áreas face àquilo que tinham previsto e vamos ver aliás, de que forma é que vamos poder gerir bem este instrumento que estará, também, para aprovação final dos senhores deputados antes do final do ano, isto é, nós estamos sob medidas provisórias de contenção do novo regulamento que é mais denso, mais sofisticado, com mais instrumentos que estará aqui para apreciação, também, teremos mais instrumentos para o culminar. -----

----- Para terminar o terceiro pilar, foi, de facto, a recuperação acelerada do património que ainda dispúnhamos nestes bairros e nestas zonas. E Senhora Deputada, eu sei que não é resolver o problema todo! Mas responder como uma oferta de 150

habitações nos bairros históricos da cidade de Lisboa, mesmo considerando que estamos a falar de habitações de mais reduzida dimensão, nós estamos a falar em assegurar o direito à habitação a 300/400 pessoas, que sem a intervenção do Município de Lisboa a perdiam! Sem intervenção direta do Município neste instrumento preciso, tinham-na perdido! E, por isso, eu reputo esta intervenção de uma grande importância social, de uma grande importância na política de cidade que não pode ser desvalorizada, estamos satisfeitos! -----

----- E passamos para o problema seguinte. Não! De forma alguma Senhora Deputada, este é dos problemas mais difíceis, mais emergente e vai estar presente, seguramente durante todo o nosso mandato autárquico. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhor Presidente. -----

----- Apenas por uma questão de gestão do vosso tempo, há uma intervenção do Senhor Deputado do MPT e depois haverá uma intervenção do PAN, e terminamos as intervenções dos Senhores Deputados que se inscreveram.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado José Inácio do MPT.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, José Inácio (MPT)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente. -----

----- Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Caros Colegas, Público Presente. -----

----- O Partido da Terra, após análise do documento em apreciação entende tecer as seguintes considerações. -----

----- A cidade de Lisboa, no período de 1 de junho a 31 de agosto, foi palco das mais variadas festas, das marchas aos concertos, dos eventos às inaugurações, das celebrações às cerimónias. Resumindo agendas cheias de festa e muita publicidade. ----

----- Não fora estarmos em período eleitoral, seguramente seríamos os primeiros a pedir um voto de felicitação e um elogio a este Executivo. -----

----- Mas a realidade é bem outra. Enquanto isso, enquanto o rei vai nu, o amontoado de lixo cresceu exponencialmente pelas ruas da cidade. As pragas de baratas invadiram prédios e estabelecimentos, os alertas da CML (Câmara Municipal de Lisboa) nas redes sociais dispararam com a informação de que “tinham em marcha uma campanha de combate a pragas em várias zonas da cidade” e a remoção de resíduos foi feita sem qualquer critério. -----

----- Mas a realidade, Senhor Presidente, é, de facto, bem diferente e os números são reveladores da insatisfação dos munícipes. Ora vejamos: 25.898 ocorrências na área da Higiene Urbana no Portal Minha Rua, isto é, 68,14% de um total de 38 005 registos e 985 reclamações sobre o serviço de remoção de resíduos, sendo consideradas reclamações com fundamento cerca de 71% das analisadas. -----

----- Senhor Presidente, todos sabemos que as dificuldades do Departamento da Higiene Urbana não são novidade, mas a realidade em Lisboa tem-nos demonstrado que este problema é transversal a todo o município e que tem vindo a assumir proporções verdadeiramente alarmantes.-----

----- E vejamos, se, por um lado, é facto assente que é um verdadeiro privilégio para os lisboetas viver numa cidade equipada com um parque florestal como o de Monsanto, por outro lado verificamos rapidamente que um passeio por este espaço verde se pode transformar num verdadeiro pesadelo ou calvário!-----

----- E assim, de facto, parece ser, pois que quem se passeia por Monsanto é testemunha de contentores que transbordam de lixo e de resíduos levados pelo vento que acabam por dar uma triste, porca e feia imagem da Nossa Lisboa. -----

----- Posto isto, pena que o Senhor Vereador Sá Fernandes não esteja aqui porque muito gostaria de o felicitar pela renovação da certificação de Gestão Florestal do *Forest Stewardship Council!*-----

----- No entanto, não posso deixar de questionar em que moldes, de facto, é feita a verificação do cumprimento dos critérios para a atribuição desta certificação. -----

----- Posto isto, e considerando que até ao final deste mês se encontra aberta uma consulta pública para auscultação de opiniões sobre as atividades a desenvolver neste espaço verde da cidade, sugere o MPT que Vossa Excelência, Senhor Presidente por interposta pessoa, olhe para além do reconhecimento de entidades externas e se ouça, de facto, quem usufrui daquele espaço, isto é, os lisboetas. -----

----- Senhor Presidente, mais do que certificações ou prémios, o importante é manter o espaço apto a ser condignamente usufruído pelos lisboetas. -----

----- Uma última nota no que diz respeito ao Ambiente. -----

----- O documento apresentado pelo Senhor Presidente indica que, nos últimos meses, o Executivo desenvolveu esforços no sentido de otimizar a monitorização da qualidade do ar na cidade de Lisboa, nomeadamente através da integração de dados em tempo real fornecidos pela APA na Plataforma de Gestão Inteligente e da integração de um grupo de trabalho para lançamento de concurso para “Mapeamento Dinâmico da Qualidade do Ar na Cidade de Lisboa através de Sensores”. -----

----- Resta-nos, assim, aguardar ansiosamente pelos resultados deste investimento, uma vez que entendemos que a elaboração de um Mapa de Qualidade do Ar, que permita uma melhor compreensão deste problema e o desenvolvimento de soluções adequadas, são respostas de que há muito os lisboetas estão à espera e que teimam em ser apresentados por este Executivo.-----

----- Caros colegas, a verdade é que são muitos os programas de mobilidade apresentados nesta Informação Escrita e que aliás o Senhor Presidente aqui fez gala em festejar. Destacamos, por exemplo, o programa “Mãos ao Ar Lisboa” e o “A Rua é sua” tudo em nome da mobilidade.-----

----- Neste ponto, Senhor Presidente, não posso deixar de referir que não fôramos nos habituados a estes trocadilhos de Vossa Excelência, ou fossemos nós incautos turistas desconhecedores do sentido de humor deste executivo, seguramente estaríamos a pensar estar no séc. XIX em pleno Faroeste. -----

----- Mas deixemos a ironia de parte e falemos daquilo que em inúmeras ocasiões já aqui abordámos e que tem prejudicado verdadeiramente a mobilidade nos últimos 2 anos em Lisboa. E são elas: as trotinetes, as bicicletas, os dejetos caninos, os sacos de lixo amontoados e os variados eventos em nome da tão aclamada Mobilidade. A realidade crua e nua é que a rua e os passeios não são dos peões, lamentamos mas essa é a realidade experienciada e vivida em Lisboa. -----

----- E vejamos: A Avenida da Liberdade tem vindo a ser palco do programa “A Rua é Sua” onde de tudo acontece um pouco por todo o lado: há comes e bebes, danças e prática de modalidades desportivas, concertos e danças tudo em nome da suposta mobilidade. Mas a festa é tanta e por tantos meses, que não há espaço ajardinado da avenida que resista. -----

----- Posto isto, sendo a manutenção uma intenção que na prática não se tem realizado, há pois que plantar 11.000 novos pés de diversas espécies com referência a “menos manutenção e maior resistência” para apenas engalanar o palco de mais um programa em nome da Mobilidade.-----

----- Por fim, debruço-me sobre a outra dor de cabeça que tem manchado o percurso deste executivo no decorrer deste mandato - falo, especificamente, do mercado imobiliário.-----

----- Todos sabemos que não é fácil lidar com um mercado especulativo que afasta os lisboetas de uma cidade que outrora lhes pertenceu. Mas também sabemos que este mandato ficará marcado por um intenso processo de descaracterização do centro histórico da cidade de Lisboa; sabemos que também não é fácil ouvir os lamentos de quem se vê sem teto da noite para o dia e gerir as grandes listas de candidaturas à habitação municipal, mas também sabemos que esse é o desígnio de um qualquer executivo camarário que se preze.-----

----- Mas, Senhor Presidente, com um património imobiliário tão vasto, será que seria realmente necessário que o município tivesse que adquirir os 11 edifícios ao Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social?-----

----- Todos sabemos que o Município é a maior proprietária de imóveis na cidade, como se justifica que, para colmatar as falhas no mercado de arrendamento habitacional, se gastem mais de 57 milhões de euros na aquisição de mais património imobiliário? -----

----- E feitos estes reparos, pergunta-se por que motivo não recorre o executivo aos imóveis que detém, ou de que é proprietário, para alojar os seus munícipes através do Programa de Renda Convencionada, por exemplo? -----

----- Senhora Vereadora, não se mace com a resposta! Todos sabemos em que estado se encontra muitos dos imóveis de que a CML (Câmara Municipal de Lisboa) é proprietária. -----

----- Para nós torna-se óbvio que não se pode alojar famílias em edifícios degradados ou devolutos, mas já não é assim tão óbvio o motivo que leva a CML (Câmara Municipal de Lisboa) a gastar 57 milhões de euros na aquisição de prédios em vez de os aplicar na reabilitação e manutenção dos edifícios de que já é proprietária! -----

----- Posto isto, talvez a Senhora Vereadora nos possa esclarecer qual é a estratégia que este Executivo adotou e porque é que o investimento nos equipamentos passa pela economia linear – isto é comprar/usar/abandonar - e não pela apregoada política de economia circular, isto é recuperar e reutilizar como compromisso assumido pelo município de Lisboa para cumprir com os objetivos do desenvolvimento sustentável e a agenda 2030.-----

----- Muito obrigado!”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigada Senhor Deputado.-----

----- Pergunto à Câmara se quer responder? Senhor Presidente da Câmara, faça favor.”

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “Senhora Presidente, interpelando só pela condução dos trabalhos, nesta fase estamos ainda na fase da resposta um a um? Ou é ao conjunto de deputados?”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente tem que responder a todos os grupos e, portanto, neste momento falou o MPT e o Senhor Presidente tem tempo para responder, e depois só falta falar o PAN, e terá tempo para responder. Portanto, tem que gerir o tempo que tem disponível de respostas que são sete minutos e trinta para duas respostas, uma agora ao MPT e uma outra ao PAN e depois já não tem mais respostas a dar, Senhor Presidente.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra deu a seguinte resposta: ---

----- “Muito obrigada Senhora Presidente, era isso que precisava de saber.-----

----- Senhor Deputado, começando pela questão da habitação, a Câmara é, de facto, o maior proprietário da cidade em matéria de habitação, mas convém ter uma consciência de uma coisa, a vastíssima, larguíssima, quase totalidade da habitação que a Câmara Municipal dispõe está ocupada.-----

----- A Câmara tem cerca de 25.000 fogos, no seu património a quase uma parte muito importante este património está organizado em bairros municipais e este património está ocupado.-----

----- Em segundo lugar, a Câmara tem um outro segundo conjunto património significativo, algum dele ainda vem do tempo de Duarte Pacheco, que tem a ver com terrenos de anteriores quintas, que passaram para terrenos de propriedade da Câmara de Lisboa e com o tempo foram convertidos em terrenos urbanizáveis e que se dispõem em particular na zona oriental da cidade.-----

----- Isto para dizer o seguinte. A Câmara não dispõe de só por si de património, nem de longe nem de perto capaz de ser a resposta suficiente ao problema que nós temos sido confrontados, porque pensar que haveria uma resposta só na base do património municipal é um erro muito grande, porque ele não está disponível para esse fim, já está ocupado, está arrendado a pessoas.-----

----- E sempre que nós abrimos um concurso e, bem, abrimos um período relativamente ao período da renda apoiada, os fogos que normalmente, anualmente

ficam vagos por morte, por mudança de inquilino para outra cidade, por outro motivo qualquer, eles são reabilitados e são colocados e são atribuídos muitos, aliás, com prioridade no programa da renda apoiada. -----

----- Admito que haja alguém que possa ter outra prioridade, mas eu creio que nós dentro do património que temos, temos que dar sempre uma atenção grande às pessoas que estão na situação de entrarem pela renda apoiada, porque são aqueles que tem mais carência. -----

----- Isto significa que nós necessitamos muito de reforçar a oferta de iniciativa pública, dirigida às várias necessidades habitacionais da cidade, estejam nos segmentos da renda apoiada, estejam nos segmentos da renda acessível que agora, no fundo, incorporará o regime da renda convencionada. -----

----- É por essa razão que nós procedemos à aquisição destes edifícios, porque eles são essenciais! É essencial que nós os tínhamos, porque se nós não os tivéssemos adquirido estes edifícios, possivelmente teriam sido vendidos no mercado. Teriam, aliás, contribuído para alimentar a escalada dos preços e mesmo que não tivessem aumentado ninguém tem dúvidas que face à localização dos prédios, nós estamos a falar de edifícios em que os apartamentos com muita facilidade superariam muito o preço da capacidade de uma família da classe média os poder acorrer no crédito à habitação, socorrendo-se ao crédito habitação ou até através de arrendamento. -----

----- Por isso, o que nós fizemos foi essencial. Essencial para aumentarmos no curto prazo a oferta de habitação e há pouco disse os números dos edifícios que já estão em obra, que já podem ser vistos, aqueles que já estão adjudicados e cuja obra vai iniciar e aqueles que vão entrar na fase seguinte, significa que nós já vamos ter capacidade para dar resposta a muitas centenas de pessoas. -----

----- E, quando tivermos a residência para estudantes do ensino superior, nós estamos a falar de uma oferta de mais de 350 camas, o que será uma das maiores residências da cidade de Lisboa, o que tem naturalmente impacto, quer no mercado de arrendamento quer, também, no mercado de T0 para aquisição que era, no fundo, uma forma natural de acesso a isto. -----

----- Por isso, a resposta que nós estamos a ter é muito importante fazê-la, mas, é importante que não paremos aqui! É importante que continuemos a reabilitar e intensificar o esforço de reabilitação do nosso património que ainda temos, e é importante chamar para este esforço o Estado e a Administração Central. E foi, aliás, com grande satisfação que ouvi aquilo que é o corolário, aliás, de uma luta de muitas pessoas, quero aqui destacar, também, a nossa Presidente da Assembleia Municipal, foi a decisão que foi anunciada pelo Governo, relativamente ao futuro Miguel Bombarda. -----

----- O futuro do Miguel Bombarda, é uma afetação de um importante património público, numa zona estratégica da cidade de Lisboa, que vai ter como destino a construção de um número muito significativo de fogos que o programa de renda acessível, mas também dar espaço para a construção de uma nova escola que Arroios tanto precisa. -----

----- Como vi com muito bons olhos, a decisão que o Estado tomou de afetação do edifício da 5 de Outubro, o edifício ex-sede o Ministério da Educação na 5 de Outubro, integralmente é uma residência de estudantes do ensino superior, como as outras iniciativas do Estado de construção nova de cerca 3.000 fogos no concelho de Almada e outras que se têm procurado acentuar. -----

----- A vontade, também, e a atitude diferente que alguns ministérios têm tido no próprio diálogo com a Câmara e nós estamos a negociar outras aquisições que depois traremos aqui à Assembleia, exatamente, para o mesmo fim.-----

----- E, também, permitam-me para culminar, as iniciativas que têm vindo a ser tomadas para mobilizar o setor privado para esta oferta, porque nenhum dos esforços e demais ou é dispensável para a mobilização do número de casas que nós hoje precisamos para assegurar o acesso das pessoas à classe média e evitar aquilo que o Senhor Deputado referiu, que é um risco, naturalmente que é, no fundo, largos extratos da população não conseguirem assegurar e concretizaram um direito fundamental que é o acesso à habitação na cidade de Lisboa. -----

----- Segunda e última questão, que lhe queria responder ou duas ainda! Sobre a qualidade do ar da cidade de Lisboa. A decisão que nós tomamos, creio que é uma decisão muito importante, porque é uma decisão de nós passarmos a ter um sistema que regularmente nos vai informar sobre um aspeto nuclear para a saúde dos lisboetas e, também, para as decisões municipais é este sistema global da monitorização do ar. --

----- Relativamente à rua e aos passeios, o Senhor Deputado escolheu esse ângulo a para ver a realidade. Senhor Deputado, eu peço-lhe um pequeno esforço de memória, que é olhar quatro anos atrás e ver onde é que a cidade estava a este nível. Quando no Executivo anterior iniciou funções havia um cruzamento na cidade de Lisboa, um único cruzamento da cidade de Lisboa, desenhado e classificado como um cruzamento modelo do ponto de vista da acessibilidade de todos, que era o cruzamento precisamente da 5 de Outubro, o cruzamento mesmo em frente ao Ministério da Educação. -----

----- E foi com base nessa experiência, que se criou o Plano de Acessibilidade Pedonal, que se começou multiplicar o investimento na criação de passeios confortáveis, mais largos, confortáveis, acessíveis, que será a obra em todas as outras praças em cada bairro e no eixo central que tem um expoente máximo do que foi uma alteração radical das condições de mobilidade e que tem neste mandato um novo salto e um novo acréscimo.-----

----- É que se o Senhor Deputado reparar nos contratos de delegação de competências, celebrados com as Juntas de Freguesia e que foram, aliás, aqui aprovados pela Assembleia Municipal, é expressa uma verba de dimensão significativa à acessibilidade pedonal, é um dos objetivos nuclear que está nesses contratos, que tem uma verba significativa para as Juntas agora desmultiplicar as intervenções nos locais, na forma e no ritmo que só esta ação coordenada vai conseguir fazer, em favor da maior e da melhoria da mobilidade de todos os passeios da cidade de Lisboa.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente gastou o tempo todo que tinha, ainda temos um partido para intervir, que é o PAN.-----

----- O PS, cedeu um terço do tempo disponível, portanto, ficará com dois minutos e qualquer coisa para responder ao PAN, portanto, peço agora que se contenha nesse tempo porque já não tem mais cedências.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a senhora Deputada Inês de Sousa Real do PAN.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Inês Sousa Real (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa tarde, Excelentíssima Senhora Presidente, restantes membros da Mesa, Excelentíssimas Senhoras Vereadoras e Deputadas Municipais, Senhores Vereadores e Deputados Municipais, Público presente e Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara.”-----

----- O PAN teve oportunidade de analisar a Informação Escrita e desde logo surgem-nos algumas questões.-----

----- Começaríamos por referir, que a nossa seria e continuada preocupação no que diz respeito ao estado de emergência climática, em que nos encontramos, por enquanto, continuamos a constatar a prática de atos contra o ambiente que tem contado até com alguma omissão de pronúncia da Câmara Municipal e que se traduzem, por exemplo, em algumas ações de corte de árvores na cidade, conforme queixas dirigidas por cidadãos a este Grupo Municipal, árvores adultas e até algumas delas com dezenas de anos.-----

----- Diz-nos o Senhor Presidente na sua informação, que Lisboa venceu o projeto “*Life Lungs*”, obviamente, que nos congratulamos por esse feito, no âmbito de uma candidatura remetida à Comissão Europeia projeto que se consubstancia e sito: “*Na demonstração de boas práticas ambientais e, no âmbito a adaptação às alterações climáticas.*” Ora, precisamente parte da verba ganha neste projeto, 2,7 milhões de euros, é destinada ao aumento do coberto arbóreo e arbustivo que visa entre outras medidas, a redução da temperatura e uma maior resiliência à seca.-----

----- Permitam-me então Senhor Presidente, questionar por que razão é que, por um lado refere a necessidade de aumentar o património arbóreo e por outro, temos árvores continuamente a serem abatidas na cidade que, perante queixas de cidadãos nada se faz para se pôr termo.-----

----- Note-se ainda que a divisão de manutenção e requalificação da estrutura verde da Direção Municipal de Ambiente, procedeu ao abate de 155 árvores não tendo PAN verificado que estas árvores tivessem sido objeto reposição. Questionamos, por isso, que árvores foram abatidas, por que razões o foram? E se foram substituídas por outras?-----

----- Em relação à Informação Escrita do Senhor Presidente e passando aqui para outro tema, refere ainda o Senhor Presidente que foi implementado no Parque

Eduardo VII um sistema de rega sustentável, perguntamos então, quando poderemos ver este tipo de rega alargado a outros espaços da cidade, precisamente pela sua importância? Pois como tem conhecimento nosso país de norte a Sul vive um período de seca grave, que tende a ser cada vez mais frequente devido às alterações climáticas e gostaríamos por isso que Lisboa se destacasse por esta razão e daí colocámos a seguinte questão. Como saberá aos jardins sustentáveis não passam apenas pelo tipo de rega implementado, é necessário definir o tipo de espécies a plantar, o modo de corte entre outras questões.-----

----- Portanto, mais uma vez, o PAN alerta que são precisos espaços verdes, mas espaços verdes sustentáveis que não onerem o honorário público, os recursos naturais disponíveis para os manter, quer o abate de árvores, quer a existência de sistemas de rega que não utilizam água reciclada, entre outros problemas, encontram-se em nosso entender, em rota de colisão com a cidade que pretendemos ter na Lisboa “Capital Verde Europeia 2020”.-----

----- Passaria a seguir para dar uma palavra de apreço, daquilo que resulta da leitura não só da Informação Escrita do Senhor Presidente, como também de ações que foram amplamente divulgadas na comunicação social, que tem a ver com a campanha que foi lançada contra o abandono de animais de companhia, que veio para a rua em finais de julho, antecipando assim a necessária prevenção para um fenómeno que se agudiza normalmente nos meses de verão.-----

----- Assim, como pelo lançamento da ambulância veterinária municipal, um projeto do orçamento participativo, dando assim resposta ao que já era há muito reclamado pelos munícipes da nossa cidade.-----

----- Mas nesta área, temos uma pergunta que gostaríamos colocar ao Senhor Presidente, que tem a ver com a implementação de uma recomendação aprovada por esta Assembleia Municipal em janeiro de 2018. Uma recomendação precisamente para a implementação de um programa de acompanhamento da adoção dos animais na Casa dos Animais de Lisboa.-----

----- Passando agora para outro tema, verificamos da Informação Escrita que a Direção Municipal de Recursos Humanos, anunciou o programa “Lisboa ideia verde” e gostaríamos que o Senhor Presidente nos esclarecesse precisamente no que é que consiste este programa, para o que está previsto e que medidas e ações estão programadas? Pois não conseguimos retirar tal informação da Informação Escrita.-----

----- Passando agora um segundo tema. Gostaríamos de aproveitar a presença do Senhor Presidente para questionar quanto ao trabalho referente aos solos contaminados realizado pela Universidade Nova, sobre a coordenação da Direção Municipal do Ambiente Estrutura Verde, Clima e Energia, mais concretamente se foram ouvidas a este respeito as associações não-governamentais e as associações ligadas à defesa ambiental, considerando a importância que isto tem na preservação dos solos da nossa cidade.-----

----- Em relação à linha telefónica SOS Despejo, verificámos, também, através da Informação Escrita que a informação da Direção Municipal de Petição e Desenvolvimento Local, que foi registada uma média de dez chamadas por mês, entre

junho e agosto de 2019, e uma média de vinte e nove chamadas desde o seu início em julho de 2018. Ora, considerando a importância que esta ferramenta pode ter para combater as desigualdades sociais, nomeadamente no acesso à habitação, aquilo que gostaríamos, de facto, saber é se está pensada alguma campanha que permita uma maior dinamização desta linha telefónica e um melhor esclarecimento da população em relação aos apoios, incluíveis municipais existentes, para que possamos dessa forma combater aquele que é um fenómeno da pressão turística por um lado, mas também da necessidade de resposta perante estas pessoas que se veem na eminência de serem despejadas?-----

----- Ainda no âmbito da Informação Escrita, gostaríamos de saber relativamente ao programa de atribuição de espaços não habitacionais nos bairros municipais, há aqui uma referência a espaços que foram atribuídos, mas não dizem a que atividades é que são precisamente atribuídos, pelo que gostaríamos que constasse da Informação Escrita ainda que, de forma genérica a que atividades é que estes os espaços do município estão a ser atribuídos?-----

----- Aproveitamos ainda esta sessão, para colocar aqui duas questões, relativamente à higiene urbana e à grafitação que prolifera pela nossa cidade, desde de logo se estão a ser feitas mais ações para prevenir e fiscalizar a grafitação e a colocação de cartazes nas paredes da cidade, se estão a ser aplicadas contraordenações ou levantados autos de notícia por contraordenação, entre outras ações que possam diminuir a incidência desta atividade pelas paredes da nossa cidade?-----

----- Em relação, aqui à taxa de sucesso que consta da Informação Escrita das reclamações relacionadas com a remoção de resíduos urbanos, ela apesar de ser elevada, corresponde a 71%, aquilo que verificamos, são sucessivas denúncias relativamente à capacidade de resposta dos resíduos urbanos.-----

----- Recentemente circulou, também, um vídeo nas redes sociais que evidenciava serviços municipais a procederem à recolha de lixo, portanto, de lixo diferenciados para a reciclagem no mesmo camião de recolha, portanto, pondo assim termo, àquilo que é o esforço dos próprios municípios para reciclar e fazer a triagem. Pelo que gostaríamos de saber que medidas estão então a ser pensadas para assegurar uma melhor gestão dos resíduos urbanos?-----

----- Terminaríamos colocando a questão, relativamente a que ações é que estão a ser levadas a cabo, no sentido, de informar os encarregados de educação sobre o seu direito ao reembolso da verba gasta com as fichas que suportam os manuais escolares, uma vez que iniciámos agora mesmo o ano letivo.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigada Senhora Deputada.-----

----- Agora sim, Senhor Presidente tem cinco minutos, porque o CDS, também, cedeu tempo. Faça favor!”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra deu a seguinte resposta: ----

----- “Muito obrigado, a Senhora Presidente, não irei utiliza-lo na totalidade, há questões que pedirei depois que sejam enviadas as respostas por parte do Gabinete do Vereador Sá Fernandes, à Senhora Deputada. -----

----- Mas, eu gostava de falar um pouco sobre a questão importante que levantou, que é a questão do abate de árvores. Desde os tempos do Presidente António Costa, que vigora um regime no Município em que as árvores que estão doentes seguem um procedimento de abate, neste caso a Direção Municipal de Ambiente e Estrutura Verde, que pode proceder a esses abates, naturalmente, com o relatório devido, com a informação fitossanitária e todos os abate ou todas as mexidas em árvores que não tenham relatórios fitossanitários que implicam o seu abate, qualquer mexida em árvores noutras condições exigem o despacho do Presidente da Câmara. O despacho que é feito na base do fundamento, qual é a razão para que seja ponderada, a abertura de uma via, uma obra, um problema, aliás de segurança para o próprio edifício pela própria árvore ter crescido muito e pôr em causa qualquer coisa, pelas raízes da árvore ter entrado e estragado sistema de canalização, seja o que for, e na base dessa apreciação os serviços propõe uma alternativa de intervenção e o Presidente da Câmara aceita ou não aceita essas alternativas e este é o princípio. -----

----- Por isso, aquilo que a Senhora Deputada referiu, há informação detalhada sobre o que acontece a cada árvore da cidade de Lisboa do ponto de vista da sua ação, as que são abatidas por despacho do Diretor Municipal são acompanhadas de um relatório fitossanitário que justificam essa abate, todas as restantes são acompanhadas de um relatório que eu próprio aprecio e há em casos que elas são autorizadas, noutros casos que não são autorizadas. -----

----- Procura-se sempre restringir ao mínimo dos mínimos o abate de árvores e sempre que possamos utilizar outra forma, nomeadamente o transplantar de árvores, mesmo já árvores de dimensão significativa e com idade significativa, sempre que tal é possível nós fazemos essa operação. -----

----- Foi, aliás, o caso que eu acho um caso que merece ser relatado, que é aquilo que se passou, relativamente na preparação das obras da Praça de Espanha, aquilo que foi feito relativamente a um conjunto muito importante de árvores, já de grande porte e que foi lidado com enorme profissionalismo por parte dos serviços, com uma empresa contratada para o efeito devidamente acompanhada, em que foi possível fazer o transplante da generalidade das árvores, não tenho aqui o relatório à frente, não lhe posso assegurar que foram todas, mas se não foram todas foram quase todas para outras localizações, para que depois se possa dar início ao trabalho na rede viária. -----

----- Por isso, a palavra que aqui gostava de deixar, era uma palavra de tranquilidade, relativamente à forma como estamos a operar nesta matéria e, também, transparência, porque todos estes relatórios podem-lhe ser fornecidos, se a Senhora Deputada o quiser ver, quer as que não estavam bem, quer as que estavam doentes, quer aquelas que tiveram que ser mudadas por outro motivo. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhor Presidente-----
----- Terminámos esta fase dos nossos trabalhos.”-----
----- **2. PROPOSTA 599/CM/2019 - TRANSFERÊNCIA EM 2019, PARA O MUNICÍPIO DE LISBOA, DAS COMPETÊNCIAS PREVISTAS NO DECRETO-LEI SETORIAL N.º 23/2019, DE 30 DE JANEIRO, NO DOMÍNIO DA SAÚDE, ASSIM COMO O ACORDO PRÉVIO DO MUNICÍPIO DE LISBOA, ENQUANTO MEMBRO DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA, PARA A ASSUNÇÃO, EM 2019, POR PARTE DAQUELA ÁREA METROPOLITANA, DA COMPETÊNCIA PREVISTA NO REFERIDO DECRETO-LEI SETORIAL, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 2 DO ART.º 4.º, NO N.º 2 DO ART.º 30.º E NO ART.º 42.º DA LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO, NO DECRETO-LEI N.º 23/2019, DE 30 DE JANEIRO E NA ALÍNEA CCC) DO N.º 1 DO ART.º 33.º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, APROVADO E PUBLICADO COMO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDACÇÃO ACTUAL; 1,5 X GRELHA BASE- 51 MINUTOS;**-----
----- (A Proposta n.º 599/CM/2019, fica anexada a esta Ata, como Anexo I e dela faz parte integrante)-----
----- (O Parecer da 1ª Comissões Permanentes, fica anexado a esta Ata, como Anexo II e dela faz parte integrante)-----
----- (A Proposta 010/PCP72019, fica anexada a esta Ata, como Anexo III e dela faz parte integrante)-----
----- (A Proposta 004/BE/2019, fica anexada a esta Ata, como Anexo IV e dela faz parte integrante)-----
----- (A Proposta 006/PEV/2019, fica anexada a esta Ata, como Anexo V e dela faz parte integrante)-----
----- (A Recomendação 083/02, fica anexada a esta Ata, como Anexo VI e dela faz parte integrante)-----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -
----- Vamos entrar agora na Proposta n.º 599/CM/2019, trata-se da transferência para o Município de Lisboa das competências previstas no decreto sectorial relacionado com as questões da Saúde.-----
----- Temos uma proposta apresentada pela Câmara e temos três propostas, uma do PCP, uma do Bloco de Esquerda e outra do PEV, portanto, todos os proponentes vão ter tempo para poder fazer a apresentação das suas propostas e só depois disso é que abrimos o debate. Naturalmente, como as propostas, quer do PCP, do Bloco de Esquerda e do PEV, são contrárias à proposta da Câmara, terão que ser votadas em primeiro lugar, porque caso alguma delas seja aprovada a proposta da Câmara não pode ser posta à votação se, entretanto, alguma rejeição for aprovada.-----
----- Por isso, eu vou dar a palavra pela ordem de entrada das propostas, aos respetivos proponentes para as apresentarem. Começo pela proposta da Câmara, pergunto ao Senhor Vice-presidente ou o Senhor Presidente da Câmara se querem apresentar a

Proposta n.º 599/CM/2019, a transferência no domínio da saúde? Não querem apresentar! Naturalmente, os partidos que propõem as propostas querem-no fazê-lo. ---

----- Portanto, pergunto ao PCP se prefere fazer uma intervenção de apresentação e depois a intervenção no debate ou se prefere ter mais tempo no debate e faz a apresentação e a intervenção tudo de uma vez? Prefere a segunda hipótese! Muito bem!-----

----- Pergunto, também, ao PEV se concorda com isso e ao Bloco de Esquerda? Fazem a intervenção toda de uma vez! -----

----- Então antes de dar a palavra, ao PCP.-----

----- Pergunto se quer apresentar o Parecer da 1ª Comissão? Despeça a apresentação. --

----- Há uma recomendação que foi distribuída e é sobre esta recomendação que tinha dois pontos, que eu depois de ouvir a Senhora Presidente da 1ª Comissão e o relator retirei o segundo ponto, que estava no parecer da Comissão e pôs só um, pela simples razão. O primeiro ponto tem a ver com a matéria em causa na proposta, que é a transferência de competências no domínio da saúde entre a administração central e o município. O segundo ponto, era sobre as futuras transferências de competências para freguesias, e eu entendi que para freguesias que não era o caso e, portanto, não deveríamos estar a fazer uma recomendação sobre uma matéria que não era o foco, e houve acordo com o redator e da Senhora Presidente para que se retirasse da recomendação este segundo ponto do parecer e é por isso que ele não consta aqui na recomendação.-----

----- Posto, isto tem a palavra o PCP.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Graciela Simões do PCP.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Graciela Simões (PCP),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente da Mesa, Senhores Deputados e Deputadas, Senhor Presidente da Câmara, Vereadores e Vereadoras, Funcionários e Público, boa tarde ----

----- Portanto, sobre esta Proposta n.º 599/CM/2019 de domínio da saúde, as transferências de competências no domínio da saúde, nós votaremos contra e por que apresentaremos algumas razões.-----

----- Existe o risco de desequilíbrio no desenvolvimento dos cuidados de saúde primários, portanto, dependente dos vários municípios, cada um tem a sua capacidade financeira e as suas capacidades a nível técnicas.-----

----- Existam bem vários elementos inibidores da universalidade, ora, e este é um acesso à saúde que contraria inclusiva a constituição.-----

----- Os problemas a nível de recursos humanos que sabemos que existem a nível da saúde e dos cuidados de saúde primários, mas também o equipamento. Por exemplo, a nível do equipamento da saúde, a complexidade deste equipamento traz aos municípios alguma dificuldade ou incapacidade de dar resposta, porque deve caber ao Ministério da Saúde.-----

----- Existem, também, as dificuldades estruturais na negociação de serviços de cuidados de saúde primários, como as estruturas hospitalares. Portanto, que, também, não me parece que a nível dos municípios haja capacidade para desenvolver.-----

----- Além disso, a sustentabilidade financeira está em risco e porque nem todos os municípios têm a mesma capacidade económica do município de Lisboa e estará um serviço da saúde a várias velocidades.-----

----- Além disso, não é transferido para os municípios a capacidade nem de planear, nem de gerir, mas apenas de executar as políticas definidas pelo poder central há no fundo uma desresponsabilização do Estado Central, em quem estas responsabilidades da saúde devem de caber.-----

----- E por isso o PCP, apresenta uma proposta alternativa à proposta n.º 599 e essa proposta baseia-se exatamente em que deve ser proposto o início de um processo sério da descentralização inseparável da criação das regiões administrativas.-----

----- Deve ser considerado um processo de alteração das freguesias que foram suprimidas contra a vontade das populações.-----

----- Propõem um insertar de um processo de recuperação da capacidade financeira dos municípios, nomeadamente do Município de Lisboa e a sua plena autonomia, o que consideramos serem requisitos indispensáveis para o exercício pleno daquelas que são hoje as atribuições do poder local, ou sejam as competências que já têm.-----

----- Propomos a identificação no domínio da transferência de novas competências, daquelas que se adequam ao nível municipal e não devendo estas, no nosso entender e desde há muito, compreender direitos e funções que enquadrámos nas chamadas funções sociais do Estado. De forma a não comprometer a sua universalidade e os meios financeiros e as novas competências que não nestas áreas, sejam acompanhadas dos meios financeiros adequados e não apenas um pretexto para a desresponsabilização do Estado Central, por via de um subfinanciamento que existe e que este processo acaba por vir institucionalizar.-----

----- Estas são as razões fundamentais da nossa proposta, para que não haja exatamente uma saúde a vários níveis, a nível dos cuidados de saúde primários.-----

----- Tenho dito!”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- Muito obrigada Senhora Deputada.-----

----- Vamos agora dar palavra ao segundo partido que tem uma proposta, que é neste caso o Bloco de Esquerda, Senhora Deputada Isabel Pires.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Isabel Pires (BE),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigada Senhora Presidente.-----

----- Senhora Presidente, Senhores membros do Executivo, Senhores e Senhoras Deputadas.-----

----- Estamos novamente a debater e votar uma proposta relacionada com o processo de descentralização. As críticas e alertas que deixamos em julho do ano passado ou em janeiro deste ano, ou em março deste ano, mantêm-se e, aliás, agudizam-se, tanto

mais que, tal como o último decreto aqui analisado, trata de um direito fundamental, a saúde, e que é de acesso universal que fica, assim, posto em causa. -----

----- Em primeiro lugar, este é um dos pacotes legislativos mais significativos dos últimos anos relativo a freguesias: o processo de descentralização proposta pelo governo do PS, que contou com o apoio e acordo do PSD, naquilo que é, sem dúvida, um exercício de má memória do “centrão” político no nosso país e que terá consequências gravosas. -----

----- Em segundo lugar, está em causa a garantia de direitos básicos e a universalidade dos mesmos, uma característica fundamental na erradicação de desigualdades e mais importante ainda é assim que está instituído na constituição da República Portuguesa. A universalidade e igualdade no acesso a áreas fundamentais como a educação, à saúde, à ação social, em todo o país, não pode ficar nas mãos das autarquias. Não é esse o princípio da universalidade, nem é assim que se promove (nestas e noutras áreas) igualdade de acesso a serviços em todo o território. -----

----- Há demasiadas diferenças entre autarquias, especialmente na sua capacidade de operacionalizar as competências que lhes são transferidas ainda para mais sem meios suficientes a serem transferidos, meios sejam financeiros, seja de recursos humanos, seja até de edifícios em boas condições, para que um processo desta envergadura possa correr bem e para que a garantia destes direitos não fique refém das vontades políticas dos executivos camarários. -----

----- É, claramente, uma descentralização sem meios. O governo empurra para as autarquias os problemas que não consegue resolver, desde a falta de obras para manutenção e modernização de equipamentos de saúde até à falta de recursos humanos, por exemplo de auxiliares que é um problema que se vem a agudizar no serviço nacional de saúde. E faz tudo isto transferindo verbas muito baixas para as autarquias. Ou seja, esta descentralização não vai resolver problemas, apenas empurra para outros os problemas que existem, além de que não vais resolver os problemas existentes de desigualdades territoriais. -----

----- Além disto, o processo da descentralização está alicerçado na insuficiência de recursos financeiros, de meios humanos ou de recursos técnicos e poderá funcionar como uma rampa de lançamento para o recurso a privatizações, mais ou menos explícitas, também já tivemos oportunidade de alertar para este problema e aqui na área da saúde ele também se coloca. Porque este é um dos riscos para os quais o Bloco de Esquerda tem alertado desde o início da discussão deste processo de municipalização, porque não é descentralização, ainda para mais quando tanto se tem lutado para manter o serviço nacional de saúde público, quando tanto se tem lutado para retirar os privados de um serviço fundamental, nacional e que deve ser de acesso universal e gratuito. -----

----- Este processo está a ser feito ao contrário e à revelia de grande parte dos grandes municípios do país. Aliás, não deixa de ser paradoxal que tantos municípios, incluído do PS, tenham rejeitado o processo: porque ele não garante democracia, não garante universalidade no acesso a direitos básicos, não garante a prestação de bons serviços à população. -----

----- Por isso, continuamos a pugnar pela rejeição deste processo de transferência de competências, aqui como na Assembleia da República, como na Câmara Municipal de Lisboa, porque achamos que é uma matéria que a ser discutida deve ser discutida de forma séria, democrática e que garanta a universalidade do acesso a direitos básicos como a saúde.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigada Senhora Deputada.-----

----- Tem a palavra agora Senhor Sobreda Antunes do PEV, para apresentar a proposta do PEV sobre a mesma matéria.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente.-----

----- “Os Verdes” apresentam nova proposta com vista à rejeição de transferência de competências para o Município de Lisboa, em 2019, desta vez, no domínio da saúde.-----

----- Esta transferência de competências decorre do Decreto-lei nº 23/2019, de 30 de Janeiro. O seu âmbito pretende que os municípios exerçam “competências para participar na definição da rede de unidades de cuidados de saúde primários e de unidades de cuidados continuados de âmbito intermunicipal e emitir parecer sobre acordos em matéria de cuidados de saúde primários e de cuidados continuados”.-----

----- Com base nestes princípios, tudo bem.-----

----- Diz-se que “esta transferência de novas competências na área da saúde não coloca em causa a natureza pública das políticas”, por assegurar “a universalidade do serviço público, para além de incrementar a política de proximidade que constitui um dos pilares base da estratégia governativa para o sector saúde”.-----

----- Prevê-se, no entanto, que seja “transferida para os municípios a competência da manutenção e da conservação de equipamentos, salvo os equipamentos médicos, das unidades de prestação de cuidados de saúde primários e de gestão e execução dos serviços de apoio logístico das unidades funcionais dos Agrupamentos de Centros de Saúde”.-----

----- E é por aqui que poderão emanar eventuais incongruências. E porquê?-----

----- Porque consideramos que seria previamente necessário encetar-se um processo consistente de evitar o subfinanciamento da capacidade financeira do Município, incluindo com os meios e recursos indispensáveis nesta e noutras transferências de novas competências. Mas também por não deverem ser postos em causa os direitos das funções sociais do Estado constitucionalmente consagradas.-----

----- Relevamos, por isso, que estas funções e os direitos fundamentais têm que ser assegurados a todos os cidadãos de forma universal em todo o território, facto que tem conduzido que várias autarquias estejam a recusar novas competências, caminho que “Os Verdes” defendem que Lisboa deveria também seguir.-----

----- Na generalidade, “Os Verdes” reafirmam a defesa de um processo de descentralização que não se limite à transferência de responsabilidades e do acréscimo de despesas entre as Administrações Central e Local. Em alternativa, as autarquias

devem assumir, como prioritária, uma maior capacidade para responder aos seus problemas e dos cidadãos, respeitando a integridade do serviço público.-----

----- É que não devem ser aceites figuras de fragilização das funções sociais do Estado, nem a hipoteca da garantia da universalidade dessas mesmas funções que firam o princípio da subsidiariedade. -----

----- Neste contexto, “Os Verdes” propõem a rejeição da transferência para o Município de Lisboa, em 2019, das competências previstas no Decreto-lei nº 23/2019. -----

----- Mas manifestam o seu compromisso em continuar a empenhar-se na concretização de um processo de descentralização que considere a criação de regiões administrativas como previsto na Constituição da República Portuguesa, a reposição das freguesias extintas contra a vontade das populações, mas também encetar um processo com vista ao cumprimento da Lei das Finanças Locais para o exercício pleno das atuais atribuições do Poder Local e as inerentes competências dos seus órgãos. -----

----- Por isso, requeremos que se proceda a uma avaliação prévia ao reconhecimento das competências adequadas ao nível municipal, no âmbito do processo de transferência de novas competências da Administração Central, não comprometendo a universalidade das funções sociais do Estado, e contemplando a transferência dos recursos e meios financeiros em conformidade com o preceituado na Constituição da República Portuguesa e na Lei das Finanças Locais. -----

----- Obrigada Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada, nós Senhor Deputado. -----

----- Senhor Vice-presidente está a pedir a palavra, mas temos mais um deputado inscrito. O Senhor Vice-presidente quer falar já? Ou vamos ouvir o Senhor Deputado inscrito? Mais duas pessoas inscritas, depois o Senhor Vice-presidente quer usar da palavra.” -----

----- **A Senhora Primeira Secretária em exercício, Patrocínia Vale Cesar**, no uso da palavra referiu o seguinte: -----

----- “Tem a palavra Senhora Deputada, Teresa Craveiro.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Teresa Craveiro (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Nós só queríamos reafirmar, o Grupo de Cidadãos Independentes, que efetivamente a questão da descentralização, ela tem de ser extremamente cuidada nesta matéria. -----

----- Mas dizer que parece daqui um discurso aparentemente contraditório. Nós estamos efetivamente a construir já centros de saúde e, portanto, dependente de planeamento, de uma legislação que existe desde 2013, que confere às autarquias o poder planear e programar equipamentos e até os fazer. -----

----- Portanto, aquilo que nós, neste momento, sugeríamos e gostaríamos, é que toda esta matéria, como já há bocado o dissemos, é que fosse uma matéria de ponderação de toda uma estrutura a assumir a saúde e, também, a promoção da saúde. E a saúde 2020 ela é muito clara, ela diz que os governos locais podem tingir melhorias reais

significativas do estado de saúde das populações, assim como uma maior acuidade de acesso no trabalho da Saúde, mas para isso o que é necessário é melhorar a liderança e a governação participativa para a saúde. -----

----- Portanto, mais do que estarmos a discutir, se vamos já fazer ou não a descentralização quando ela, no fundo, também, já o estávamos a fazer de certo modo, o que nos parece é encontrar uma forma mais de unanimidade para trabalhar nesta matéria com a consistência e a participação de toda a comunidade.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhora Deputada.” -----

----- **A Senhora Primeira Secretária em exercício, Patrocínia Vale Cesar**, no uso da palavra referiu o seguinte: -----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada, Inês de Sousa Real.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Inês de Sousa Real (PAN)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, uma vez mais muito boa tarde. -----

----- Começar por referir que o direito à saúde não podemos de deixar de o ter presente que é um direito fundamental e que não faz assim tanto tempo que nem todas as pessoas tinham o direito de aceder à saúde. -----

----- Recentemente celebrámos os 40 anos do Sistema Nacional de Saúde e, portanto, passados estes anos é essencial que neste processo de transferência de competências não se perca aquilo que foi desiderato de termos um serviço público que dê resposta, sobretudo a quem mais precisa, porque ainda temos muitas desigualdades sociais e estruturais a combater. -----

----- Isto para dizer que efetivamente, este pacote transferência de competências, que passam desde logo pela manutenção e conservação de equipamentos assim, como pela gestão e realização de investimentos relativos às unidades de prestação de cuidados de saúde primários, é extremamente importante que se comece por definir claramente quais são os meios e recursos que, também, vão ser alocados a este processo. -----

----- E para isso, não basta como é referida na proposta, deixar para um momento posterior, um momento da discussão do Orçamento de Estado a discussão e a previsão daquilo que vai ser para a concretização efetiva destas transferências, as verbas alocadas a este processo, porque se não estaremos aqui a correr o risco de ser uma mera transferência formal de competências sem os meios para as efetivar. -----

----- O reforço do poder local ou a proximidade de resposta dos cidadãos, passa precisamente por isso, por acautelar que quando é feita esta descentralização são pensados os meios e definidos os objetivos com os quais vão ser exercidas essas mesmas competências. -----

----- É por essa razão que o PAN, não poderá acompanhar aceitação das competências já para o ano 2020. -----

----- Portanto, iremos proceder à rejeição das mesmas, sem que exista esta prévia avaliação das necessidades efetivas, para que tais competências possam ser transferidas para as autarquias. -----

----- Reiteramos que, de facto, tem de haver o compromisso e não negamos o princípio subjacente à transferência de competências mas, em primeiro lugar temos que acautelar que as pessoas, que os nossos munícipes não ficam depois sem o acesso efetivo à saúde e que não temos episódios como tivemos neste verão recente, em que não existe uma capacidade de resposta a quem mais precisa. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhora Deputada.” -----

----- Agora sim, Senhor Vice-presidente é a sua vez.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente, João Paulo Saraiva**, no uso da palavra deu a seguinte resposta: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Eu confesso que muitas vezes quando estamos a falar sobre esta matéria de transferência de competências, fico com a ideia que nem todos temos os mesmos diplomas, ou seja, que eu li um e que nós lemos um e que alguns dos grupos desta Assembleia e de uma forma geral vem fazer uma abordagem muito parecida com aquela que é feita a nível nacional pelos mesmos partidos, que não tem adesão àquilo que está escrito na Lei. -----

----- Ainda bem que o Deputado Sobreda Antunes, leu com pormenor aquilo que eram as competências que estavam a ser transferidas, porque assim ficamos todos a saber que estamos a falar da manutenção e conservação dos equipamentos, salvos os equipamentos médicos dada a sua natureza e a sua especificidade, das unidades de prestação de cuidados de saúde primários, da gestão e execução dos serviços de apoio logístico das unidades funcionais. -----

----- Portanto, sobre as competências que estão a ser transferidas, penso que talvez ficamos todos mais ou menos de acordo que são só estas, as outras continuou o Estado Central e, portanto, não me parece que seja através da transferência destas competências que eu acabei de referir, que possamos daí inferir qualquer análise que leve a alguma conclusão que está posta em causa a universalidade do Serviço Nacional de Saúde. -----

----- Portanto, vão-me desculpar, mas há aqui certamente uma análise que me escapa e que os senhores estão a fazer certamente, muito bem, mas eu não estou a ver como é que é possível nestas competências inferir naquilo que os senhores acabam de referir. -

----- Depois quanto aos meios, já agora uma coisa também boa e aí certamente estaremos de acordo, os órgãos municipais passaram a serão a fazer parte de um conjunto de instâncias que vão discutir a política de saúde em cada uma das áreas que estamos a falar neste caso no município. E, portanto, é-nos dada uma hipótese de participação e uma relevância que vem ainda ampliar aquilo que a Deputada Teresa Craveiro referiu, que já estava consagrado na Lei desde de salvo erro 2013, mas que veio agora a ser aprofundado com esta legislação e, portanto, essa parte, certamente estaremos de acordo que é boa, essa nossa possibilidade de participar na definição e na operacionalização das políticas em cada uma das áreas territoriais, neste caso aquela que nos diz respeito Município de Lisboa. -----

----- Quanto aos meios humanos e financeiros, eles são os que existem! Tem que ser protocolados com o município, portanto, o município ainda vai ter uma palavra a dizer na transferência concreta de cada um destes meios e de cada uma dessas unidades e serão definidas depois em Orçamento de Estado.-----

----- Eu não consigo certamente, acompanhar as reservas que não seja por uma abordagem mais ou menos de oposição política momentânea com este Governo e com esta maioria, que se organizou para aprovar esta legislação, porque se nos ativermos àquilo que são as competências municipais ao seu aprofundamento e à sua capacidade de reivindicada nesta mesma Assembleia sobre neste caso, a área da saúde não consigo perceber a posição dos partidos e dos grupos que se opõem a esta transferência de competências.-----

----- E, portanto, nós mantemos e como é evidente, e estamos muito convictos que vamos fazer muito melhor trabalho com aquilo que são as transferências que estamos aqui a propor que sejam transferidas para cada um dos nossos municípios, do que estivemos afastados neste processo e, não assumirmos com determinação aquilo que são responsabilidades que estão aqui a ser transferidas.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhor Vice-presidente.-----

----- Nós não temos mais inscrições, vamos passar à fase as votações, pedia a vossa atenção Senhores Deputados.-----

----- Nós vamos começar por votar as propostas que são contra a transferência de competências, uma vez que têm precedência, porque trata-se de contrariar aquilo que é proposto pela Câmara, a primeira proposta é a Proposta n.º 010/PCP/2019, esta tem dois pontos, um primeiro ponto sobre precisamente rejeitar assunção das competências e um segundo ponto que é uma proposta à Assembleia da República. Eu pergunto se querem fazer a votação separada ou se fazemos a votação em conjunto? Alguém requer a votação em separado destes dois pontos? Não requerem!”-----

----- Vamos passar à votação da **Proposta n.º 010/PCP/2019**. Votos contra do PS, PSD, CDS-PP, MPT, PPM, 6 IND, do Deputado Municipal Independente Raul Santos e do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves, não há abstenções, votos a favor do PCP, BE, PEV, PAN e do Deputado Municipal Independente Rui Costa. **A Proposta n.º 010/PCP/2019 foi rejeitada.**-----

----- (Ausência de dois Deputados (as) Municipais Independentes da Sala do Plenário)

----- Vamos passar à votação da **Proposta n.º 004/BE/2019**. Votos contra do PS, PSD, CDS-PP, MPT, PPM, 6 IND, do Deputado Municipal Independente Raul Santos e do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves, não há abstenções, votos a favor do PCP, BE, PEV, PAN e do Deputado Municipal Independente Rui Costa. **A Proposta n.º 004/BE/2019 foi rejeitada.**-----

----- (Ausência de dois Deputados (as) Municipais Independentes da Sala do Plenário)

----- Vamos passar à votação da **Proposta n.º 006/PEV/2019**. Votos contra do PS, PSD, CDS-PP, MPT, PPM, 6 IND, do Deputado Municipal Independente Raul Santos

e do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves, abstenção do Deputado Municipal Independente Rui Costa, votos a favor do PCP, BE, PEV, PAN. **A Proposta n.º 006/PEV/2019 foi rejeitada.**-----

----- (Ausência de dois Deputados (as) Municipais Independentes da Sala do Plenário)

----- Vamos passar à votação da **Proposta n.º 599/CM/2019**. Votos contra do PCP, BE, PAN, PEV e do Deputado Municipal Independente Rui Costa, abstenções do CDS-PP, MPT e PPM, votos a favor do PS, PSD, 6 IND, Do Deputado Municipal Independente Raul Santos e do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves. **A Proposta n.º 599/CM/2019 foi aprovada por maioria.** -----

----- (Ausência de dois Deputados (as) Municipais Independentes da Sala de Plenário)-

----- Vamos passar à votação a **Recomendação n.º 083/02**. Não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, 7 IND, do Deputado Municipal Independente Raul Santos, do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves e do Deputado Municipal Independente Rui Costa. **A Recomendação n.º 083/02 foi aprovada por unanimidade.** -----

----- (Ausência de um (a) Deputado (a) Municipal Independente da Sala de Plenário) --

----- **O Senhor Deputado Municipal do CDS-PP**, apresentou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto**:-----

----- “**DECLARAÇÃO de VOTO**-----

----- *Proposta 599/2019*-----

----- *Os Deputados Municipais do CDS-PP, declaram que se abstiveram na votação acima referenciada por considerarem que:*-----

----- 1. *O CDS-PP tem vindo a, consistentemente, defender a descentralização de competências, quer em termos nacionais, quer concretamente no que concerne à Câmara Municipal de Lisboa, por considerar que as autarquias locais têm constituído um veículo essencial no domínio da descentralização de políticas e do desenvolvimento económico e social das populações, afirmando-se como agentes essenciais na oferta de serviços públicos de qualidade aos portugueses;*-----

----- 2. *Com este ponto de partida, reiteram os Deputados Municipais CDS-PP a sua concordância, em termos de princípio orientador, com a descentralização de competência do Estado central para as autarquias locais e entidades intermunicipais, das quais as competências abrangidas pelo DL n.º 23/2019, de 30 de janeiro, são um exemplo;*-----

----- 3. *Assim, a posição do CDS-PP relativamente à pretendida transferência de novas competências tem sido clara: concordância com o princípio, mas oposição frontal ao método adoptado pelo actual Governo;*-----

----- 4. *E, no que concerne concretamente às novas competências previstas transferir em matéria de saúde (e que incluem a realização de investimentos em novas unidades de prestação de cuidados de saúde primários, nomeadamente na sua construção, equipamento e manutenção, e o dever de gerir os trabalhadores) mantém-se tal posição do CDS-PP;*-----

----- 5. *Na verdade, é inevitável concluir que, numa perspectiva de apreciação geral do atabalhado método de transferências de competências para as câmaras*

municipais adoptado pelo actual Governo, atentas as suas implicações financeiras, humanas e logísticas e a constante falta de informação e de planeamento atempado, responsabilmente a CML deveria ter recusado as citadas competências, para 2019, e igualmente em devido tempo deveria ter comunicado à DGAL tal recusa; -----

----- 6. A CML optou por o não fazer; agora, é tarde demais para recusar mas não é tarde demais para exigir do executivo municipal informação concreta sobre o impacto, em especial financeiro, que a assunção destas competências traz ao orçamento municipal; -----

----- 7. Com efeito, verifica-se que esta Proposta é totalmente omissa quanto a:-----

----- a) Listagem de equipamentos já existentes a transferir para esfera municipal, assim como um relatório das intervenções (de requalificação, de modernização ou de apetrechamento) a efectuar em tais equipamentos e a consequente definição dos respectivos custos; esta listagem deveria, aliás, ter sido remetida pelo Governo para a CML durante o ano de 2019 mas desconhecemos se tal documento foi enviado pois nada, nem no texto da Proposta em causa, nem nos seus anexos e nem mesmo na discussão havida aquando da sua votação, permitiu perceber se os referidos elementos foram remetidos à CML e qual a posição que, quanto aos mesmos, esta edilidade assumiu; -----

----- b) Listagem de funcionários a transferir para o quadro de pessoal da CML e explicitação do inerente impacto de tal transição; -----

----- c) Informação fidedigna sobre os montantes a serem transferidos no âmbito da transferência destas novas competências, em sede de Orçamento de Estado; -----

----- 8. Ora, não obstante as lacunas de informação identificadas entendem, todavia, os Deputados Municipais do CDS-PP que se o Executivo PS/BE aceita estas competências é porque, certamente, entende que os montantes a transferir serão suficientes para a concretização das competências em causa; -----

----- 9. Deste modo, inequivocamente a citada transferência será concretizada sob inteira responsabilidade da referida facção do actual executivo municipal, com o inerente “tiro no escuro” que, sobretudo do ponto de vista financeiro, a aceitação destas novas competências. -----

----- Nesta conformidade e atenta a crónica falta de informação sobre o impacto (financeiro e em termos humanos e logísticos) que a aceitação da transferência das competências ora em causa acarreta para a cidade de Lisboa, os Deputados Municipais do CDS-PP não poderiam deixar de se abster na votação da Proposta em causa. -----

----- Lisboa, 17 de Setembro de 2019-----

----- Pelo Grupo Municipal do CDS-PP-----

----- Diogo Moura” -----

3. PROPOSTA 550/CM/2019, PONTO 1 DA PARTE DELIBERATIVA – ADENDA AOS CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS CELEBRADOS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DO LUMIAR, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ART.º 23º, NA ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ART.º 25º, NO ART.º 116º E NO N.º 2

DO ART.º 120º, TODOS DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO; GRELHA BASE- 34 MINUTOS;-----

----- (A **Proposta n.º 550/CM/2019**, fica anexada a esta Ata, como **Anexo VII** e dela faz parte integrante) -----

----- (O **Parecer da 1ª Comissões Permanentes**, fica anexado a esta Ata, como **Anexo VIII** e dela faz parte integrante)-----

----- (A **Recomendação n.º 083/01**, fica anexada a esta Ata, como **Anexo IX** e dela faz parte integrante)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -
----- “Senhores Deputados., passamos ao ponto seguinte da ordem de trabalhos, vou pedir um esforço que eu penso que nós conseguiremos concluir a ordem de trabalhos que há poucas pessoas inscritas e os pontos não são muito complicados e vamos tentar, porque a nossa próxima reunião só será depois das eleições e, portanto, convinha deixarmos esta ordem de trabalhos esgotada.-----

----- O Ponto 1 da parte deliberativa é uma adenda aos contratos de delegação de competências celebrados entre o Município e a Freguesia do Lumiar. -----

----- Há um quadro com erros materiais, que eu antes da votação lembrarei, é uma pequena coisa e há uma recomendação. Pergunto à Câmara se quer apresentar a proposta, Senhor Vice-presidente? Prescinda! -----

----- Parecer da 1ª Comissão Permanente, não sei de quem é? Não está o Senhor Deputado, portanto, não vai apresentar. -----

----- Vamos dar a palavra a quem a pediu neste caso é, o Senhor Deputado Sobreira Antunes. -----

----- Aproveito para dizer os erros materiais e ficarão registados em ata. -----

----- Os erros materiais são relativamente simples, nesta proposta e são os seguintes:---

----- No Considerando 14, onde está “*alínea K do n.º do artigo 25º*”, deve ler-se “*alínea K do n.º 1 do artigo 25º*”. -----

----- Na Adenda, no considerando A) onde se lê “*Campolide*”, deve ler-se “*Lumiar*” e isto é mesmo importante porque trocava as freguesias. -----

----- E no considerando 2 que identifica o Primeiro Contratante, na penúltima linha retirar a frase “*e da Proposta n.º.XXXX, aprovada em XXXX*”-----

----- No local da assinatura, onde se lê “*Vereador*”, deve ler-se “*Vice-Presidente*”. ----

----- E finalmente na 3ª linha da nota prévia, onde se lê “*artigo 115º, ambos*”, deve ler-se “*artigo 115º*”.-----

----- Senhor Deputado Sobreira Antunes, faça favor!” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Sobreira Antunes (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

----- A presente Proposta nº 550/2019 refere-se a uma adenda a 9 contratos de delegação de competências celebrados entre a Câmara e a Freguesia do Lumiar, no anterior mandato autárquico de 2013 a 2017.-----

----- Elucida o Executivo que a necessidade de se recorrer a esta adenda se deve ao facto de haver situações ou por concluir, ou por não terem sido executadas pela

freguesia, ou por o terem sido, mas por um valor diverso dos recursos financeiros afetos, ou ainda por terem sido incluídas outras intervenções entretanto consideradas de maior prioridade. Tal facto terá resultado num aumento dos custos inerentes, o que vai implicar a transferência de novos recursos financeiros. -----

----- Lembramos Senhora Presidente, que não foram remetidos a esta Assembleia o cabimento e a sua DFD (Declaração de Fundo Disponível)-----

----- Neste contexto, Senhor Vice-presidente, solicitamos dois esclarecimentos.-----

----- Primeiro, de acordo com o quadro contido na proposta, o total de intervenções previstas nos CDC's ascendia a 1.667.674,53 euros e as intervenções concluídas com recursos financeiros transferidos ficaram em 1.486.845,53 euros. Ou seja, existe um diferencial de 180.829 € que ainda não chegou a ser utilizado.-----

----- Depois, requer esta proposta que seja agora transferido um montante de 174.910,84 euros, referente à diferença entre os trabalhos a mais e a menos. Mas mais nos diz que falta também libertar uma segunda tranche no valor de 136.829 euros, como consta na página 3 do quadro da informação do Senhor Chefe de Divisão de Relação com as Juntas de Freguesia.-----

----- E a primeira questão é: para além dos 174 mil euros da presente adenda, quando e em que moldes será transferida a segunda tranche com os 136 mil euros? Através de nova delegação de competências?-----

----- O segundo esclarecimento reporta-se a um projeto inicialmente incluído na Proposta nº 175/2016, sobre a requalificação de uma área de terreno expectante, com cerca de 2.600 m², localizada no Alto da Faia, entre o Eixo Norte-Sul e as ruas Prof. João de Castro Mendes e Prof. Prado Coelho, para a construção de um Campo do Jogo da Malha. -----

----- Trata-se, porém, de um equipamento que não chegou a ser construído, mas sobre o qual estranhámos também não exista referência na atual Proposta nº 550/2019. -----

----- Assim, a última questão é a seguinte: qual o motivo concreto para o manifesto atraso no início da empreitada de construção do Campo do Jogo da Malha no Alto da Faia, quando ela se encontrava devidamente cabimentada com uma verba específica destinada para o efeito na proposta de 2016? Terão a Câmara e a Junta desistido de concretizar esta obra ou terá ficado adiada para posterior acerto em nova delegação de competências?-----

----- Obrigado, Senhora Presidente.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, eu.-----

----- Penso que há mais um Deputado inscrito!”-----

----- **A Senhora Primeira Secretária em exercício, Patrocínia Vale Cesar**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado Pedro Delgado Alves.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Pedro Delgado Alves (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente e muito obrigada, também ao senhor Deputado Sobreda Antunes, pelo rigor e pela análise dos temas em questão. -----

----- Muito telegraficamente não querendo-me substituir ao Senhor Vereador, mas há aqui questões, de facto, que tem a ver com a execução dos contractos de delegação de competências, fundamentalmente este é um contrato similar aqueles que a Assembleia já apreciou em relação a várias freguesias, de acerto em relação ao mandato anterior a contratos delegação de competências, alguns ficaram aquém de execução e outros ficaram para lá discussão, mas respondendo concretamente às duas questões que têm mais a ver connosco, estas duas últimas. -----

----- Em primeiro lugar, a questão relativa ao campo da malha, a segunda tranche até penso que, o Senhor Vereador confirmará, mas é um processo de execução do contrato ainda em curso, não é necessário novo contrato de delegação de competências, uma vez que isto é uma adenda, portanto, ela estando prevista, faz-se a transferência de todos os valores que constavam deste bolo de contratos. -----

----- O que é necessária e a razão pela qual existe esta delegação de competências, é para fazer o acerto de contas entre aquilo que foi gasto a mais e aquilo que ficou por executar, sendo que aí há um saldo que ainda assim é necessário compensar em relação à freguesia, portanto, daí haver a necessidade de titular por esta via essa transferência. -----

----- Mas quanto à pergunta concreta do campo da malha, fundamentalmente não foi possível proceder à execução, uma vez que naquele local aonde está prevista essa instalação, no conjunto da área, não na totalidade, mas de uma parcela relevante que corresponde o projeto de execução, aliás, é uma iniciativa que até já tem projeto de execução e, portanto, é uma questão só de lançar o procedimento, se instalaram hortas urbanas de natureza irregular que gostaríamos de conseguir relocalizar antes de proceder à sua remoção. -----

----- Ou seja, elas, de facto, não são regularizadas naquele local, algumas até utilizaram abusivamente recursos de água existente nas imediações e o que estamos a procurar em diálogo com as pessoas que as ocupam, encontrar uma solução em que seja possível enquadrá-las num local. Até, porque paralelamente com esta Assembleia, bem sabe, também, no processo de resolução do terreno “K zero” há também hortas por ocupar e, portanto, o nosso objetivo é não penalizar quem faz aquela ocupação, ainda que irregular encontrar uma solução. -----

----- Uma vez libertado terreno, ele será executável. Razão pela qual não há necessidade de um novo contrato de delegação de competências para poder fazê-lo, é porque ela já se encontra naquele pacote grande que a Assembleia aprovou por todas as freguesias e uma das rubricas que lá se encontra previsto, é precisamente a retoma deste campo da malha, projeto que não foi abandonado e cuja execução já está titulada por um contrato de delegação competência em que ela tem prevista, essa verba estava prevista na nova geração de contratos de delegação de competências, já apreciado pela Assembleia. -----

----- Sucede por acertos de contas e por afinamentos finais entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal, este contrato que aqui apreciamos não foi analisado antes dos

novos e, portanto, há um desfasamento temporal, mas até já aprovámos a continuação dessa intervenção e, portanto, nesse sentido, há nossa intenção de executar o campo da Malha, queremos é resolver primeiro a situação que naquele local se coloca. -----

----- E pensamos que com isto fica completo o quadro de resolução do CDC da geração anterior e a execução daqueles que já foram aqui aprovados anteriormente. ----

----- Muito obrigado, Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado.-----

----- Senhor Vice-presidente quer usar da palavra, para alguns esclarecimento ou resposta?” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente, João Paulo Saraiva**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Sim, Senhora Presidente, muito rapidamente, muito obrigado.-----

----- Só para dizer que o Senhor Presidente de Junta Freguesia do Lumiar, explicou muito bem o que está em causa, dizer, também, que aprendemos como todos sabem, com este processo e incorporámos nos novos o CDC um conjunto de metodologias que nos vão permitir que estas situações de *delay* e fecho de contractos, digamos de forma um pouco dilatada no tempo, possa ser corrigida. Eles estão a correr a bom ritmo os novos, dos antigos só há dois que estão a ser ultimados a documentação para serem trazidos e levados à Câmara e esta Assembleia.-----

----- Quanto aos novos, vamos agora fazer e tendo uma unidade orgânica dedicada ao trabalho e a relação com as Juntas, vai-nos permitir que o trabalho seja muito mais próximo e possamos ter um acompanhamento dos processos muito mais próximo e façamos um ponto de situação intermédio em breve a esta Assembleia da execução dos contractos, quer dos antigos que ainda estão execução quer neste já provados durante este mandato. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Vice-presidente. -----

----- Estamos em condições de votar, portanto, trata-se da Proposta n.º 550/CM/2019, há uns erros materiais que já identifiquei e quadro está anexo ao parecer da Comissão e a Proposta tem dois pontos, é a celebração desta adenda aos contratos e é aprovar a minuta da adenda.” -----

----- Vamos passar à votação da **Proposta n.º 550/CM/2019**. Não há votos contra, abstenções do BE, PAN, PEV e MPT, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, 7 IND, do Deputado Municipal Independente Raul Santos, do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves e do Deputado Municipal Independente Rui Costa. A **Proposta n.º 550/CM/2019** foi **aprovada por maioria.**” -----

----- (Ausência do Grupo Municipal de PPM da Sala de Plenário)-----

----- (Ausência de um (a) Deputado (a) Municipal Independente da Sala de Plenário) --

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Há uma recomendação, a Recomendação n.º 83/01 que vamos pôr à votação, vou só lembrar o que ela diz, que é a continuidade no incremento número e âmbito destes contractos interadministrativos e a correção dos erros materiais. -----
----- Lembrar, também, que esta aprovação, eu não o disse, mas digo agora, está condicionada a que seja colocado a declaração de fundos disponíveis e, portanto, os documentos faltavam que o Senhor Deputado Sobreda Antunes assinalou a falta, a proposta não se pode executar sem esses documentos existirem.” -----
----- Vamos passar à votação do **Ponto 1 da Recomendação n.º 083/01**. Voto contra do PCP, abstenções do BE e PAN, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PEV, MPT, 7 IND, do Deputado Municipal Independente Raul Santos, do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves e do Deputado Municipal Independente Rui Costa. O **Ponto 1 da Recomendação n.º 083/01** foi **aprovado por maioria**. -----
----- Vamos passar à votação do **Ponto 2 da Recomendação n.º 083/01**. Não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, 7 IND, do Deputado Municipal Independente Raul Santos, do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves e do Deputado Municipal Independente Rui Costa. O **Ponto 2 da Recomendação n.º 083/01** foi **aprovado por unanimidade**.” -----
----- (Ausência do Grupo Municipal de PPM da Sala de Plenário, nestas votações) -----
----- (Ausência de um (a) Deputado (a) Municipal Independente da Sala de Plenário, nestas votações) -----
----- **4. PROPOSTA 562/CM/2019, PONTO 2 DA PARTE DELIBERATIVA –, EM 2020 E 2022, NO ÂMBITO DA MINUTA DE PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A “BETTERWORLD”, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ART.º 16º DA LEI 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, NA REDACÇÃO ACTUAL; GRELHA BASE - 34 MINUTOS;** -----
----- (A **Proposta n.º 552/CM/2019**, fica anexada a esta Ata, como **Anexo X** e dela faz parte integrante) -----
----- (O **Parecer da 1ª Comissão Permanente**, fica anexado a esta Ata, como **Anexo XI** e dela faz parte integrante) -----
----- “Vamos pôr agora à consideração a Proposta 562/CM/2019, o Ponto 2 da parte deliberativa trata-se de uma isenção do pagamento das taxas devidas à Câmara pela realização da 9ª e 10ª do Rock in Rio Lisboa 2020 e 2022. E, portanto, a proposta foi apreciada pela 1ª Comissão, perguntou à Câmara se quer apresentar a proposta? Senhor Vice Presidente dispensa a apresentação da proposta. -----
----- O parecer da Comissão é do Senhor Deputado Hugo lobo que não está presente. Pergunto se alguém quer apresentar o parecer da 1ª Comissão? Ninguém se apresenta para o efeito, ele foi distribuído e é do conhecimento de todos.” -----
----- **A Senhora Primeira Secretária em exercício, Patrocínia Vale Cesar**, no uso da palavra referiu o seguinte: -----
----- Tema a palavra o Senhor Deputado Modesto Navarro.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Só para assinalar que estivemos sempre contra o apoio a estas iniciativas, de uma empresa que agora até se revela no Brasil como apoiante Bolsonaro. São cerca de três milhões de euros que a Câmara diretamente fornece a esta empresa, por não cobrar taxas e sem contar com outros apoios, a recuperação do espaço que todos os anos se realiza o Rock in Rio, trabalhos que são da Câmara e que não cobrem a esta empresa. -----

----- Vou só fazer uma graça Senhora Presidente, se me permite? Está ausente o Vereador José Sá Fernandes, tenho pena! Foi ele que assinou esta proposta e que devia estar presente como é obvio, mas eu queria agradecer-lhe sobretudo a confiança que ele teve desde o início, porque esta proposta foi preparada à tempo, no êxito da Festa do Avante este ano, porque marcou a festa dos quinze anos exatamente para o dia 6 dia 7 e dia 8 de setembro com a empresa, portanto, era só agradecer ao Vereador Sá Fernandes, a confiança numa festa que foi, de facto, um êxito. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhor Deputado. -----

----- Naturalmente, festas há muitas, mas com a do Avante não há nenhuma, portanto, não pense que esta concorrência vos possa ter sido prejudicial, esta é a minha opinião como cidadã. -----

----- **A Senhora Primeira Secretária em exercício, Patrocínia Vale Cesar**, no uso da palavra referiu o seguinte: -----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado Rui Costa.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Rui Costa (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora, Presidente, Senhor Vice-presidente, Senhores e Senhoras Vereadoras, Senhoras e Senhores Deputados Municipais. -----

----- De facto, a ausência do Senhor Vereador José Sá Fernandes, plenamente justificada pela vindima dos nossos bons vinhos, aliás, publicitada profusamente nas redes sociais está mais que justificada. -----

----- Mas não era hoje não que o Senhor Vereador José Sá Fernandes me teria de ouvir mas, sim, o próprio Senhor Vice-presidente da Câmara. -----

----- Senhor Vice-presidente, eu ando um pouco cansado e acho que os senhores e as senhoras deputadas municipais, também, andam um pouco cansados todos de me ouvirem falar num regulamento para as isenções e para os benefícios fiscais. Pois é, ele faz falta! Faz particularmente falta para que esta deliberação possa ser conforme à Lei, é que com a alteração à Lei n.º73/2013 no início do ano e com a necessidade de se estabelecer um regulamento para todas as isenções e benefícios fiscais e a Lei é muito clara impostos municipais e outros tributos, tal como o caso das taxas torna-se impossível a concessão desta isenção. -----

----- E, portanto, tenho de vir dizer, já a declaração de voto a qual remeto para esta intervenção, que não posso infelizmente acompanhar-vos na passagem deste cheque de três milhões de euros, independentemente do mérito político, da decisão, é que este regulamento tinha de cá estar. Tinha de estabelecer as condições com objetividade e com igualdade para todos aqueles que queiram ter iniciativas deste género. -----

----- E sim, Lisboa tem de começar a pensar neste tipo de iniciativas como meio de promoção turística, porque parece que a dita galinha dos ovos de ouro do turismo barato e o alojamento local e até já deu de si e até vem, pasme-se, em auxílio do programa renda acessível, com um batalhão de casas que já foi anunciado pela direção da Associação do Alojamento Local e agora pelos vistos não funciona tão bem, regressam ao mercado de habitação, bem mas isso são os oportunismos do mercado! --

----- O que é certo, também, é que a Lei n.º73/2013 nesta nova redação prevê que estes benefícios fiscais não se possam estender durante mais dez anos e, portanto, é muito bom, que estas decisões sejam tomadas num quadro de legalidade, mas também num quadro de estratégia de um município quer para a sustentabilidade as suas receitas, quer, também, para a continuação do seu êxito turístico. É que se não correremos o risco, também, de ver estes espetáculos itinerantes que, no fundo vampirização à custa dos benefícios fiscais e de outro tipo de benefícios que obtenham e competem nas cidades. -----

----- Disse! -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhor Deputado. -----

----- Senhor Vice-presidente tem a palavra.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente, João Paulo Saraiva**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito rapidamente, Senhora Presidente só para dizer que, da mesma maneira que eu não diria cansados, mas que já ouvimos por diversas vezes o Senhor Deputado Rui Costa, referir a necessidade deste regulamento, também, já devem ter ouvido a minha resposta que vou repetir com o próximo processo orçamental, cá estarão Senhores Deputados, cá estará Senhor Deputado uma proposta de regulamento que depois fará o seu percurso, certamente para que possamos debatê-la e aprová-la, e entrar em vigor no dia um de janeiro de 2020, se tudo correr bem! -----

----- Obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Vice-presidente. Dado este esclarecimento mais ninguém pede a palavra.” -----

----- Vamos passar à votação da **Proposta n.º562/CM/2019**. Voto contra do PCP, BE, PAN, PEV, 2 IND e do Deputado Municipal Independente Rui Costa, abstenções do 1 PS E 5 IND, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, MPT, do Deputado Municipal Independente Raul Santos e do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves. A **Proposta n.º562/CM/2019** foi **aprovada por maioria**. -----

----- (Ausência do Grupo Municipal de PPM da Sala de Plenário.)-----

----- (Ausência de um (a) Deputado (a) Municipal Independente da Sala de Plenário.)--

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “O Senhor Deputado Rui Costa, apresentará uma declaração de voto. -----

----- Senhores deputados quando fizermos a alteração regimental, nós teremos o cuidado de tornar claro que eu vou ter que passar a dizer, relativamente aos onze deputados independentes, um a um os nomes de todos, porque é a única maneira de terem um tratamento igual. Mas, como até aqui não fazemos assim, estou aqui numa situação “*nem o meu pai morre, nem que a gente almoça*”, mas, a gente vai resolver isto evidentemente, com alteração do regimento. -----

----- Vamos agora continuar os nossos trabalhos. Esta proposta está aprovada o Senhor Vice-presidente comprometeu-se a apresentar o regulamento que cá estaremos para ver se o regulamento vai ou não vem!”-----

----- (Senhor Deputado Municipal Independente Rui Costa, não entregou posteriormente a sua Declaração de Voto)-----

----- **5. APRECIACÃO PARA VOTAÇÃO FINAL DA PROPOSTA 369/CM/2019 - ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA RECONVERSÃO URBANÍSTICA DAS ÁREAS URBANAS DE GÉNESE ILEGAL, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 7 DO ARTIGO 112.º E DO ARTIGO 241.º DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA, DA ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ARTIGO 33.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, DO ARTIGO 49.º DO REGIME JURÍDICO DAS ÁREAS URBANAS DE GÉNESE ILEGAL, APROVADO PELA LEI N.º 91/95, DE 2 DE SETEMBRO, NA REDAÇÃO ATUAL, NOS ARTIGOS 99.º, 135.º E SEQUINTE DO CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, APROVADO PELO DECRETO-LEI N.º 4/2015, DE 7 DE JANEIRO E NA ALÍNEA B) DO N.º 1 DO ART.º 70º DO REGIMENTO; (APROVADA NA GENERALIDADE EM PLENÁRIO DE 16.07.2019, BAIXOU À 3ª CP PARA ANÁLISE NA ESPECIALIDADE); GRELHA G - LIMITE DE 2 HORAS;**-----

----- (A Proposta n.º 369/CM/2019, fica anexada a esta Ata, como Anexo XII e dela faz parte integrante) -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Vamos agora passar à Proposta n.º 369 /CM/2019 – alteração ao regulamento municipal para a reconversão urbanística das áreas urbanas de génese ilegal. Esta proposta já foi aprovada na generalidade, baixou à 3ª Comissão para ver se queriam fazer alguma sugestão ou alteração na especialidade. A 3ª Comissão não recebeu nenhuma iniciativa, nem nenhum impulso, nem nenhuma proposta de ninguém, para alteração nenhuma, também, não houve nenhuma iniciativa de cidadãos ou bairros ou associações, nesse sentido, neste ínterim. -----

----- E, portanto, o Senhor Presidente da 3ª Comissão disse-me que entendia que não havia razão para a 3ª Comissão fazer algum parecer, não havia nenhuma objeção a apresentar e é por essa razão que não há parecer da 3ª Comissão. -----

----- E estamos em condições de dar a palavra a quem a quiser usar. Não há inscrições!-----

----- A proposta, ela não foi apresentada pela Câmara é relativamente simples, nós não havendo então objeções.”-----

----- Vamos passar à votação da **Proposta n.º 369/CM/2019**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, 7 IND, do Deputado Municipal Independente Raul Santos, do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves e do Deputado Municipal Rui Costa. A **Proposta n.º 369/CM/2019** foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- (Ausência do Grupo Municipal de PPM da Sala de Plenário.)-----

----- (Ausência de um (a) Deputado (a) Municipal Independente da Sala de Plenário.)--

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Ainda bem que assim é, que agora depois de votada já o posso dizer, é que há, de facto, uma série de AUGI’s em Lisboa que estão à espera destas alterações para poderem concluir os seus processos e, portanto, ainda bem que a Assembleia fez a sua parte para que as coisas possam prosseguir.”-----

----- **6. APRECIACÃO CONJUNTA DAS SEGUINTE PROPOSTAS DE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS; GRELHA BASE - 34 MINUTOS:**-----

----- **6.1. PROPOSTA 618/CM/2019 - ALTERAÇÃO À PRÉVIA AUTORIZAÇÃO PARA A REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, PARA OS ANOS ECONÓMICOS 2019 A 2022, RELATIVOS AO PROCEDIMENTO N.º 011AQ/OLIVAIS/2019 2022 – “AQUISICÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E TRABALHOS DE REABILITAÇÃO DOS ESPAÇOS VERDES DOS OLIVAIS, AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO”, , NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ART.º 24.º E N.º 1, DO ARTIGO 6.º, DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NOS N.ºS 1 E 6, DO ARTIGO 22.º, DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO E NA ALÍNEA C), DO N.º 1, DO ART.º 6.º, DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA REDAÇÃO ACTUAL;**-----

----- **6.2. PROPOSTA 619/CM/2019 - ALTERAÇÃO À PRÉVIA AUTORIZAÇÃO PARA A REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, PARA OS ANOS ECONÓMICOS 2019 A 2022, RELATIVOS AO PROCEDIMENTO N.º 009AQ/BELAVISTA/2019 2022 – “AQUISICÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E TRABALHOS DE REABILITAÇÃO DOS ESPAÇOS VERDES NA BELAVISTA, AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO”, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ART.º 24.º E N.º 1, DO ARTIGO 6.º, DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NOS N.ºS 1 E 6, DO ARTIGO 22.º, DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO E NA ALÍNEA C), DO N.º 1, DO ART.º 6.º, DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA REDAÇÃO ACTUAL;**-----

----- **6.3. PROPOSTA 621/CM/2019 - REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PLURIANUAIS E AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PARA OS ANOS ECONÓMICOS DE 2020 A 2023, NO ÂMBITO DA ABERTURA DO PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO PARA “AQUISIÇÃO DE PEÇAS, COMPONENTES E ACESSÓRIOS ORIGINAIS PARA VIATURAS DA FROTA MUNICIPAL DE MARCA MERCEDES BENZ”, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ART.º 24.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NOS N.ºS 1 E 6, DO ARTIGO 22.º, DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO, NA ALÍNEA B) DO ART.º 3.º E NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º 6.º, AMBOS DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA REDACÇÃO ACTUAL;**-----

----- **6.4. PROPOSTA 622/CM/2019 - REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PLURIANUAIS E AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PARA OS ANOS ECONÓMICOS DE 2020 A 2022, NO ÂMBITO DA ABERTURA DO PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO PARA “AQUISIÇÃO DE PEÇAS ORIGINAIS POR LOTES, PARA VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL” (PROC. N.º 12682/CML/19 E PROC. N.º 10/CPI/DA/DCP/2019), NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ART.º 24.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NOS N.ºS 1 E 6, DO ARTIGO 22.º, DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO, NA ALÍNEA B) DO ART.º 3.º E NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º 6.º, AMBOS DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA REDACÇÃO ACTUAL.**-----

----- (A Proposta n.º 618/CM/2019, fica anexada a esta Ata, como Anexo XIII e dela faz parte integrante) -----

----- (A Proposta n.º 619/CM/2019, fica anexada a esta Ata, como Anexo XIV e dela faz parte integrante) -----

----- (A Proposta n.º 621/CM/2019, fica anexada a esta Ata, como Anexo XV e dela faz parte integrante) -----

----- (A Proposta n.º 622/CM/2019, fica anexada a esta Ata, como Anexo XVI e dela faz parte integrante) -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Vamos passar agora a um conjunto de propostas de repartição de encargos. Houve aqui uma chamada de atenção que não estava disponível no *site* a discussão em Câmara, já está! Já ficou disponível no princípio desta sessão, foi distribuída em papel, já está disponível, são as Propostas 618, 619, 621 e 622. Pergunto à Câmara se quer apresentá-las? Não senhor! Temos pessoas inscritas! Um dos Senhores Deputados do Grupo do PCP creio que queria falar sobre estas propostas, não sei se é o Senhor Deputado Fábio Sousa? E só para uma declaração de voto. -----

----- Senhores Deputados, então se não há pedidos de palavra, vamos vota-las uma a uma como tem que ser.” -----

----- Vamos passar à votação da **Proposta n.º618/CM/2019**. Voto contra do PCP, BE e PEV, abstenções do PSD, CDS-PP, MPT e do Deputado Municipal Independente Raul Santos, votos a favor do PS, PAN, 7 IND e do Deputado Municipal Independente Rui Costa. A **Proposta n.º618/CM/2019** foi **aprovada por maioria**. ----

----- (Ausência do Grupo Municipal de PPM da Sala de Plenário.)-----

----- (Ausência de um Deputado (a) Municipal Independente e do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves da Sala de Plenário.)-----

----- Vamos passar à votação da **Proposta n.º619/CM/2019**. Voto contra do CDS-PP, PCP, BE e PEV, abstenções do PSD, MPT e do Deputado Municipal Independente Raul Santos, votos a favor do PS, PAN, 7 IND e do Deputado Municipal Independente Rui Costa. A **Proposta n.º619/CM/2019** foi **aprovada por maioria**. ----

----- (Ausência do Grupo Municipal de PPM da Sala de Plenário.)-----

----- (Ausência de um Deputado (a) Municipal Independente e do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves da Sala de Plenário.)-----

----- Vamos passar à votação da **Proposta n.º 621/CM/2019**. Não há votos contra, abstenções do PSD, CDS-PP, MPT e do Deputado Municipal Independente Raul Santos, votos a favor do PS, PCP, BE, PAN, PEV, 7 IND e do Deputado Municipal Independente Rui Costa. A **Proposta n.º621/CM/2019** foi **aprovada por maioria**. ----

----- (Ausência do Grupo Municipal de PPM da Sala de Plenário.)-----

----- (Ausência de um Deputado (a) Municipal Independente e do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves da Sala de Plenário.)-----

----- Vamos passar à votação da **Proposta n.º 622/CM/2019**. Não há voto contra, abstenções do PSD, CDS-PP e do Deputado Municipal Independente Raul Santos, votos a favor do PS, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, 7 IND e do Deputado Municipal Independente Rui Costa. A **Proposta n.º622/CM/2019** foi **aprovada por maioria**. ----

----- (Ausência do Grupo Municipal de PPM da Sala de Plenário.)-----

----- (Ausência de um Deputado (a) Municipal Independente e do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves da Sala de Plenário.)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “O Senhor Deputados Fábio Sousa tem direito, não percebi que era uma declaração de voto oral, faça favor.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Fábio Sousa (PCP)**, no uso da palavra, fez a seguinte **Declaração de Voto Oral**:-----

----- Boa tarde, Senhora Presidente.-----

----- É uma declaração de voto oral relativamente às Propostas 618 e 619, portanto, é conhecida a posição do PCP. O PCP sempre esteve contra este procedimento, a externalização dos serviços afetos à Câmara Municipal de Lisboa, não tem garantido uma melhoria na manutenção dos serviços públicos e muito menos tem melhorado a qualidade dos mesmos, aliás, é bem visível, quando passeamos pela cidade. -----

----- Temos assistido sim, à entrega da gestão e manutenção dos espaços verdes e de uma parte significativa da cidade a empresas privadas que assim garantem contractos de avultados montantes.-----

----- Continuamos a verificar a falta de vontade política para inverter esta situação, dotando o Município de meios humanos qualificados, através da contratação neste setor e pela reativação da Escola de Jardinagem para que o Município possa assumir por inteiro esta tarefa, agora assegurada por entidades externas, que fazem muito pouco e que em nosso entendimento, ganham cada vez mais. -----

----- Obrigado” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado. -----

----- Senhores Deputados, terminámos os nossos trabalhos. -----

----- Queria deixar aqui dois recados importantes. -----

----- O primeiro, senhores deputados é que amanhã às seis da tarde, temos aqui uma audição pública promovida pela 5ª Comissão que é a Comissão de Habitação, sobre o Regulamento do Direito à Habitação e, portanto, estão todos convidados a participar, embora seja uma audição promovida por uma Comissão estão todos convidados a participar, o anúncio foi feito e os convites também seguiram. -----

----- A segunda coisa que os queria dizer, é que nós só voltaremos a reunir em sessão plenária da Assembleia Municipal, salvo algumas superveniência grave que aconteceu com esperemos que não, no dia 8 de outubro depois das eleições para declarações políticas e, certamente teremos muitas declarações a fazer, portanto, o que me compete como Presidente desta Assembleia é desejar, boa sorte a todos, embora todos não a possam ter, mas sobretudo boa campanha, boa animação, boa luta, pelos vossos ideais. Cá estaremos no dia 8 e não sei se faremos Conferência de Representantes, porque depende da hora a que nós tivermos notícias dos resultados eleitorais e do que for a noite eleitoral, mas se não houver Conferência de Representantes fica desde já combinado que a ordem de trabalhos do dia 8 e para declarações políticas nos termos regimentais. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- A sessão terminou, eram dezanove horas. -----

----- **Nota:** As propostas votadas na presente reunião foram aprovadas, em minuta, nos termos da deliberação n.º 353/AML/2017 tomada pela Assembleia, por unanimidade, na reunião realizada no dia 21 de Novembro de 2017. -----

----- Eu _____, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 6 de Novembro de 2017 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2017. -----

-----A PRESIDENTE -----